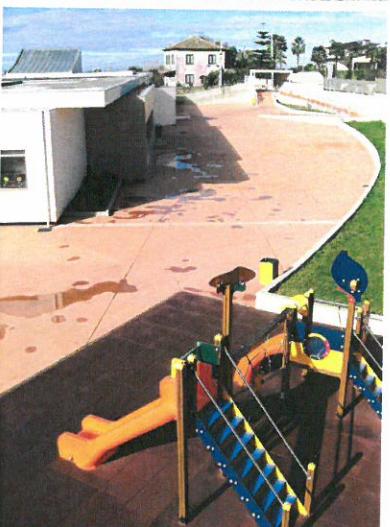
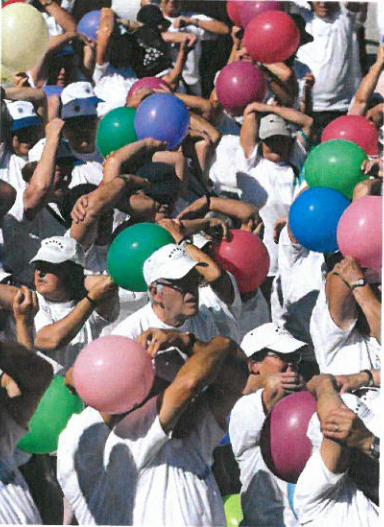
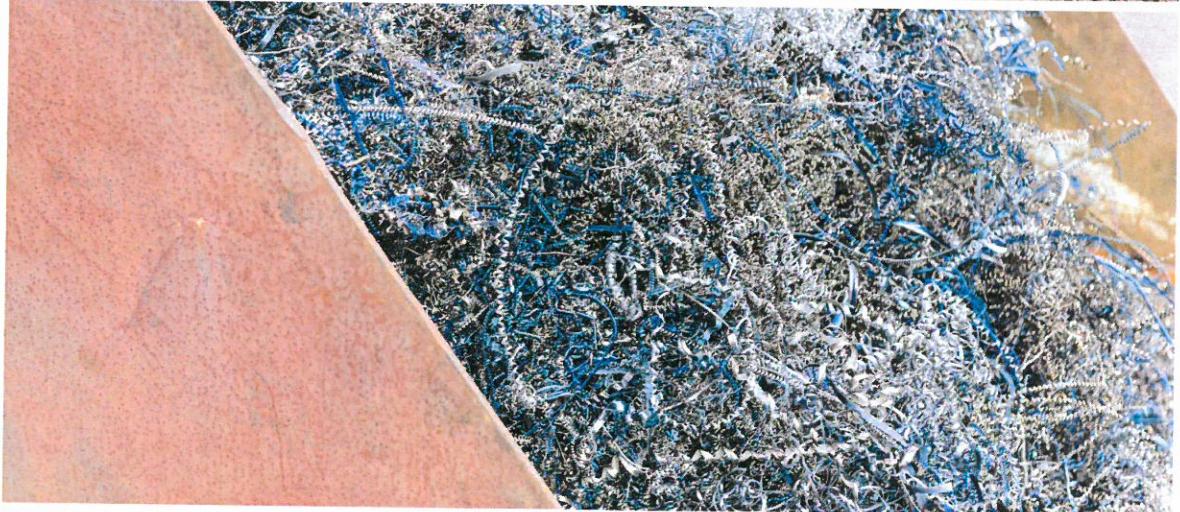


# RELATÓRIO E CONTAS

santa maria da feira  
Câmara municipal

2013



## Índice

INTRODUÇÃO.....	7
PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL .....	10
I.    Análise Global do Orçamento .....	11
Poupança Corrente .....	13
II.   Análise do Orçamento da Receita.....	14
Receitas Próprias.....	15
Transferências.....	20
Passivos Financeiros .....	22
III.  Análise do Orçamento da Despesa .....	23
Despesas de Funcionamento .....	24
Transferências Correntes .....	31
Investimento Global.....	33
Serviço de Dívida .....	36
IV.   Estrutura Orçamental - Rácios .....	37
PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO.....	38
V.    Dívida Municipal.....	39
Introdução .....	39
Evolução da dívida global.....	41
Dívida de médio e longo prazo .....	43
Dívida de curto prazo .....	45
Prazo médio de pagamento .....	47
Pagamentos em atraso.....	48
VI.   Análise da capacidade de endividamento do município.....	50
Entidades relevantes para os limites legais.....	54

Endividamento de curto prazo .....	58
Endividamento de médio e longo prazo .....	59
Endividamento líquido .....	60
VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) .....	64
<b>PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....</b>	<b>67</b>
VIII. Balanço.....	68
Ativo .....	70
Imobilizado.....	71
Circulante .....	91
Fundos Próprios.....	94
Passivo .....	95
Acréscimos e Diferimentos - passivo.....	96
IX. Demonstração de Resultados.....	100
X. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício .....	105
XI. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta .....	106
XII. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	108
Introdução .....	108
8.1 Caracterização da Entidade .....	108
8.1.1. Identificação.....	108
8.1.2. Legislação.....	109
8.1.3. Estrutura organizacional efetiva .....	109
8.1.4. Descrição sumária das atividades .....	109
8.1.5. Recursos Humanos .....	109
8.1.6. Organização Contabilística .....	110
8.1.7. Outras informações relevantes.....	110
8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.....	111

Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL.....	112
8.2.2. – Comparabilidade.....	112
8.2.3. – Critérios Valorimétricos .....	112
8.2.7. – Movimentos do Ativo Imobilizado .....	114
8.2.8. – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado .....	116
8.2.12. – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros.....	116
8.2.14. – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.....	118
8.2.15. – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões .....	119
8.2.16. - Mapa das entidades participadas .....	119
8.2.22. – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço .....	120
8.2.26. – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança .....	120
8.2.27. – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.....	122
8.2.28. – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço .	123
8.2.29. – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	127
8.2.31. – Demonstração dos Resultados Financeiros .....	127
8.2.32. – Demonstração dos Resultados Extraordinários .....	128
8.3. Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução .....	129
8.3.1. - Modificações ao Orçamento.....	129
8.3.2. - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal.....	129
8.3.3. – Outras Informações Relevantes.....	129

## Índice Quadros

Quadro 1 - Orçamento do ano 2013 .....	11
Quadro 2 - Reforço do orçamento da receita.....	13
Quadro 3 - Evolução da Poupança Corrente do Exercício .....	13
Quadro 4 - Estrutura Geral da Receita.....	14
Quadro 5 - Receitas Próprias .....	15
Quadro 6 - Impostos Diretos .....	17
Quadro 7 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades .....	18
Quadro 8 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes .....	19
Quadro 9 - Rendimentos de Propriedade .....	20
Quadro 10 - Transferências.....	20
Quadro 11 - Transferências e Comparticipações .....	21
Quadro 12 - Empréstimos .....	23
Quadro 13 - Estrutura Geral da Despesa.....	23
Quadro 14 - Estrutura Geral das Despesas de Funcionamento.....	25
Quadro 15 - Despesas com o Pessoal.....	27
Quadro 16 - Aquisição de Bens .....	30
Quadro 17 - Aquisição de Serviços.....	31
Quadro 18 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios.....	32
Quadro 19 - Investimento Global .....	33
Quadro 20 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2013 .....	34
Quadro 21 - Transferências de Capital .....	35
Quadro 22 - Evolução do Serviço da Dívida .....	36
Quadro 23 - Ráctios.....	37
Quadro 24 - Evolução da Dívida Global.....	41
Quadro 25 - Dívida de Médio e Longo Prazo.....	44
Quadro 26 - Dívida de Curto Prazo .....	46
Quadro 27 - Prazo Médio Pagamentos .....	47
Quadro 28 - Pagamentos em Atraso.....	49
Quadro 29 - Limites de Endividamento - LOE .....	52
Quadro 30 - Limites de Endividamento – LFL.....	52
Quadro 31 - Entidades Participadas .....	56
Quadro 32 - Entidades Participadas .....	57
Quadro 33 - Outras Participações.....	58
Quadro 34 - Posição do Município .....	59
Quadro 35 - Apuramento da situação de Endividamento .....	60
Quadro 36 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2013.....	61
Quadro 37 - Balanço .....	62

Quadro 38 - Dívida do Município com as participadas <sup>1</sup> .....	62
Quadro 39 – Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2014.....	63
Quadro 40 - Limites para 2014.....	63
Quadro 41 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético.....	68
Quadro 42 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia - Percentagem.....	69
Quadro 43 - Evolução do Imobilizado Líquido .....	71
Quadro 44 - Investimentos Financeiros .....	72
Quadro 45 – Composição Aumento Ativo Bruto – Bens Móveis .....	73
Quadro 46 - Diminuições de Imobilizado .....	75
Quadro 47 - Abates Bens Móveis .....	77
Quadro 48 - Amortizações do Exercício - Variação .....	79
Quadro 49 - Ativo Bruto – Bens Imóveis .....	80
Quadro 50 - Outras Construções e Infraestruturas.....	81
Quadro 51 - Edifícios e Outras Construções .....	82
Quadro 52 - Diminuições dos Imóveis .....	83
Quadro 53 - Abates – Bens Imóveis .....	84
Quadro 54 - 44.2.1- Terrenos e Recursos Naturais.....	85
Quadro 55 - 44.2.2.1.03 - Instalações Desportivas e Recreativas .....	85
Quadro 56 - 44.2.2.1.06 - Escolas .....	85
Quadro 57 - 44.2.2.1.08 - Outros Edifícios .....	86
Quadro 58 - 44.2.2.2.01 - Viadutos, arruamentos e Obras Complementares.....	86
Quadro 59 - 44.2.2.2.04 - Parques e Jardins.....	86
Quadro 60 - 44.2.2.2.08 - Sinalização e Trânsito .....	87
Quadro 61 - 44.2.2.2.11 - Cemitérios.....	87
Quadro 62 - 44.2.2.2.12.01 - Redes de Abastecimento de Água.....	87
Quadro 63 - 44.2.2.2.05 - Instalações Desportivas e Recreativas .....	88
Quadro 64 - 44.2.2.2.12.02 - Redes de Saneamento e Esgotos.....	89
Quadro 65 - 44.2.2.2.12.03 - Construções diversas em Curso .....	89
Quadro 66 - 44.2.5 - Ferramentas e Utensílios.....	90
Quadro 67 - 44.5.3.2. - Parques e Jardins .....	90
Quadro 68 - 44.8.1- Terrenos e Recursos Naturais.....	90
Quadro 69 - Ativo Circulante .....	91
Quadro 70 - Acréscimos e Diferimentos - Ativo .....	93
Quadro 71 - Estrutura do Passivo .....	95
Quadro 72 - Acréscimos e Diferimentos - Passivo .....	96
Quadro 73 - Obras Financiadas .....	98
Quadro 74 - Demonstração de Resultados.....	100
Quadro 75 - Estrutura dos Custos/Proveitos .....	101
Quadro 76 - Indicadores Financeiros .....	103
Quadro 77 - Ráctios.....	104

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada .....	12
Gráfico 2 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada Despesa ....	12
Gráfico 3 - Evolução da Receita.....	14
Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias .....	16
Gráfico 5 - Composição das Receitas Próprias .....	16
Gráfico 6 - Evolução dos Impostos Diretos .....	17
Gráfico 7 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades.....	18
Gráfico 8 - Estrutura Geral da Despesa.....	24
Gráfico 9 - Composição das Despesas de Funcionamento - 2013 .....	25
Gráfico 10 - Peso das Despesas de Funcionamento no Total da Despesa Corrente.....	26
Gráfico 11 - Evolução da Dívida Global .....	41
Gráfico 12 - Dívida Total.....	43
Gráfico 13 - Dívida de Médio e Longo Prazo .....	45
Gráfico 14 - Prazo Médio Pagamentos .....	47
Gráfico 15 – Evolução dos pagamentos em atraso .....	49
Gráfico 16 - Comparação do Limite de Endividamento entre LOE e LFL .....	53
Gráfico 17 - Limite/Margem Endividamento.....	61
Gráfico 18 - Estrutura e Evolução da Autarquia.....	70
Gráfico 19 - Estrutura do Ativo .....	71
Gráfico 20 - Evolução do Imobilizado Líquido.....	72
Gráfico 21 – Evolução do Ativo Bruto - Bens Móveis .....	73
Gráfico 22 - Distribuição do Aumento .....	74
Gráfico 23 - Abates.....	76
Gráfico 24 - Amortizações do Exercício .....	79
Gráfico 25 - Evolução Ativo Bruto - Bens Imóveis .....	80
Gráfico 26 - Distribuição do Aumento 2012-2013.....	81
Gráfico 27 - Ativo Circulante.....	92
Gráfico 28 - Peso Fundos Próprios .....	94
Gráfico 29 - Distribuição Fundos Próprios .....	94
Gráfico 30 - Estrutura do Passivo .....	95

## INTRODUÇÃO

“Quem administra bens alheios presta contas”

“Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão.

Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”.

*Tribunal de Contas*

Na linha de orientação destes princípios, o regime de contabilidade autárquica legalmente estabelecido (POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) determina a elaboração dos documentos de prestação de contas dos quais deve fazer parte integrante o relatório de gestão.

O presente Relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Maria da Feira para 2013, sendo elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o preceituado no n.º 13 do POCAL e apresenta em documento autónomo os mapas de Prestação de Contas.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada pela informação produzida pela contabilidade orçamental e patrimonial da responsabilidade da Divisão Financeira e Gestão Patrimonial, constante nos diversos documentos de prestação de contas.

Esta análise permite uma reflexão sobre o modo da execução do orçamento bem como a posição financeira da autarquia, através do estudo da evolução da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2013.

Do resultado da análise efetuada ao desempenho de gestão pode resumir-se, e por comparação com o ano anterior, no seguinte:

**1. Em termos de posição financeira assinala-se:**

- a. Aumento do ativo líquido na ordem dos 10.649.282,96 €;
- b. Diminuição em 6.274.529,25 € do passivo total;
- c. O passivo de médio e longo prazo aumentou em 2013 no montante de 7.047.094,05€ e o passivo de curto prazo diminuiu, no mesmo período, cerca de 17.952.789,33 €;

**2. Em termos de resultados:**

- Resultado operacional positivo no montante de 11.387.872,33 €;
- Resultados correntes igualmente positivos no valor de 10.378.219,81 €;
- Resultados financeiros negativos de 1.009.652,52 €;
- Resultado líquido do exercício positivo no montante de 12.812.374,93 €.

**3. Em termos orçamentais:**

- Receita cobrada total de 77.862.406,53 € correspondendo a uma execução orçamental de 76,18%;
- As receitas correntes cobradas situaram-se nos 48.8 milhões de euros, enquanto as despesas correntes pagas atingiram cerca de 46.4 milhões de euros; em

consequência, obteve-se uma poupança corrente (por valores pagos) de 2,4 milhões de euros;

- Saldo de disponibilidades de 4.455.253,59 € dos quais 3.295.542,83 € são de operações orçamentais, a transitar para 2014.

O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

- na primeira parte insere-se uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- na segunda parte é efetuada uma análise detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e uma análise de monitorização ao programa de apoio à economia local (PAEL);
- na terceira parte é introduzida a análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados;

Como suporte fundamental desta análise constam os anexos às demonstrações financeiras, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Finaliza-se a presente nota introdutória com uma breve referência ao contributo do Município de Santa Maria da Feira para a consolidação orçamental das finanças públicas, cuja performance nos últimos anos está comprovada com os resultados obtidos, designadamente ao nível da evolução da dívida.

Os resultados obtidos no exercício de 2013 comprovam a redução do endividamento municipal, e que, apesar do contexto de crise económica, o Município soube adequar o seu orçamento à realidade, designadamente promovendo um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

O Município de Santa Maria da Feira, tem vindo a melhorar de forma significativa os seus prazos médios de pagamentos a fornecedores, contribuindo também para gerar maior liquidez no mercado, e consequentemente dinamizar a economia.

Conclui-se assim do rigor financeiro e de gestão, visivelmente patentes nos dados contidos no presente relatório.



## PARTE I – ANÁLISE ORÇAMENTAL

## I. Análise Global do Orçamento

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao princípio do equilíbrio orçamental, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

Com o objetivo de avaliar quer a fiabilidade do orçamento apresentado, quer a capacidade financeira da sua execução em função do montante de receitas efetivamente arrecadadas, insere-se um quadro com os valores do orçamento inicial, final e executado, da receita e da despesa, e respetivos desvios.

Refira-se que no âmbito da análise deste capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

**Quadro 1 - Orçamento do ano 2013**

	PREVISÃO			EXECUÇÃO	
	INICIAL	FINAL	DESVIO	VALOR	Taxa de Execução%
Receitas Correntes	50.283.409,00 €	50.404.233,00 €	120.824,00 €	48.833.669,18 €	96,88%
Receitas Capital	40.476.212,00 €	50.888.916,99 €	10.412.704,99 €	28.141.741,78 €	55,30%
Outras Receitas	- €	28.145,00 €	28.145,00 €	2.190,00 €	7,78%
Saldo da Gerência Anterior	- €	884.805,57 €	884.805,57 €	884.805,57 €	100,00%
<b>Total</b>	<b>90.759.621,00 €</b>	<b>102.206.100,56 €</b>	<b>11.446.479,56 €</b>	<b>77.862.406,53 €</b>	<b>76,18%</b>
Despesas Correntes	46.063.926,00 €	52.463.365,68 €	6.399.439,68 €	46.448.264,67 €	88,53%
Despesas Capital	44.695.695,00 €	49.742.734,88 €	5.047.039,88 €	28.118.599,03 €	56,53%
<b>Total</b>	<b>90.759.621,00 €</b>	<b>102.206.100,56 €</b>	<b>11.446.479,56 €</b>	<b>74.566.863,70 €</b>	<b>72,96%</b>

Do observado do quadro anterior resulta que o total do Orçamento inicial aprovado para o ano de 2013 foi de 90.759.621,00 €, sendo o total da receita cobrada de 77.862.406,53 € e o total da despesa executada de 74.566.863,70 €.

Em matéria de execução orçamental, regista-se que:

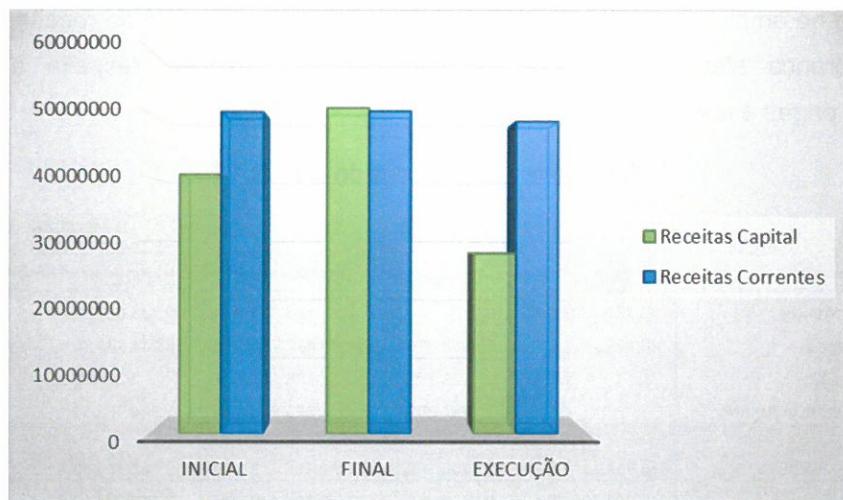
- A taxa de execução das receitas correntes foi de 96,88%, o que significa que para uma previsão final de 50.404.233,00 € se atingiu uma execução de 48.833.669,18 € que traduz um desvio de 1.570.563,82 €, sobretudo devido à influência da rubrica Venda de Bens e Serviços Correntes;

- No que respeita às receitas de capital, e para uma previsão final de 50.888.916,99 € apenas se atingiu uma execução de 28.141.741,78 €, representando um desvio de (-)

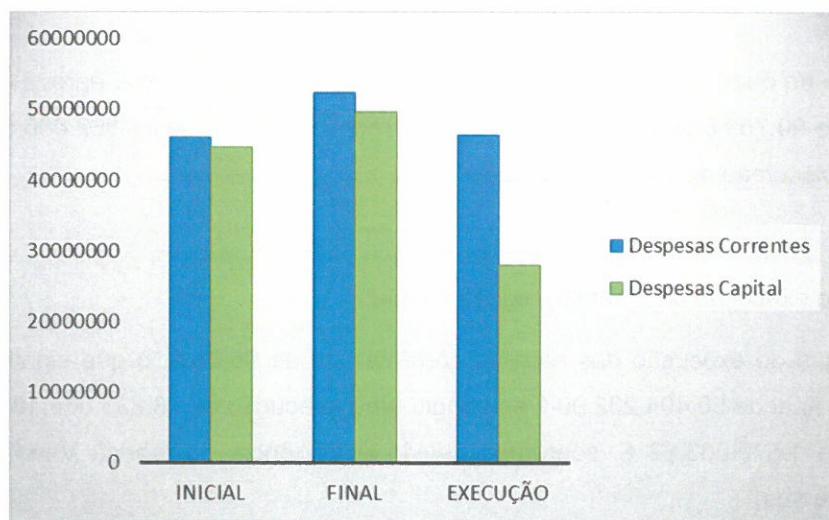
22.747.175,21 €, correspondendo a uma taxa de execução 55,30%, Esta situação deve-se essencialmente à não arrecadação efetiva dos montantes dos fundos comunitários.

- No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 76,18%, com as despesas correntes e as despesas de capital a alcançarem respetivamente níveis de execução orçamental de 88,53%, e 56,53%, do total orçamentado, o que determina que sejam as despesas correntes que mais contribuem para a execução orçamental.

**Gráfico 1 – Comparação entre Receita orçamental inicial, final e executada**



**Gráfico 2 - Comparação entre Despesa orçamental inicial, final e executada Despesa**



O reforço do orçamento da receita deve-se à incorporação dos valores a seguir descriminaados:

**Quadro 2 - Reforço do orçamento da receita**

	Descrição	Reforço
Transferências Correntes - Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais - Programa de Emergência Social - Área Metropolitana do Porto		120.824,00 €
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - Obra " Redes de Drenagem de Águas Residuais das Bacias Laje e Cáster2 do Eixo II		6.821.227,02 €
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados - POVT - Caldas RiverNatura		119.622,97 €
Empréstimos a Curto Prazo		3.500.000,00 €
Saldo da Gerância Anterior		884.805,57 €
<b>Total</b>		<b>11.446.479,56 €</b>

### Poupança Corrente

O Plano Oficial Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e algumas disposições legais anteriores prevêem o princípio do equilíbrio orçamental, estabelecendo que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas, impondo que as receitas correntes sejam pelo menos, iguais às despesas correntes. Tais condições em termos de execução orçamental funcionam como forma de contenção do *deficit* orçamental e de formação da poupança corrente, tendo em vista a sua aplicação na despesa de investimento.

Do exposto no quadro seguinte, é visível que em matéria de execução orçamental, o município tem cumprido na íntegra o princípio do equilíbrio formal, ao apresentar consecutivamente receitas correntes cobradas superiores às despesas correntes pagas.

Assim, da atividade financeira do município resulta, uma poupança corrente bruta de 2.385.404,51 €.

**Quadro 3 - Evolução da Poupança Corrente do Exercício**

	2011	2012	2013
Receita Corrente Executada	45.579.329,07 €	45.217.269,42 €	48.833.669,18 €
Despesa Corrente Executada	38.994.290,92 €	37.589.849,26 €	46.448.264,67 €
<b>Poupança Corrente Bruta</b>	<b>6.585.038,15 €</b>	<b>7.627.420,16 €</b>	<b>2.385.404,51 €</b>

## II. Análise do Orçamento da Receita

Na gerência em apreço, a receita cobrada bruta totalizou 77.862.406,53 €, sendo que a arrecadação de receitas correntes foi de 48.833.669,18 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 96,88% face ao previsto.

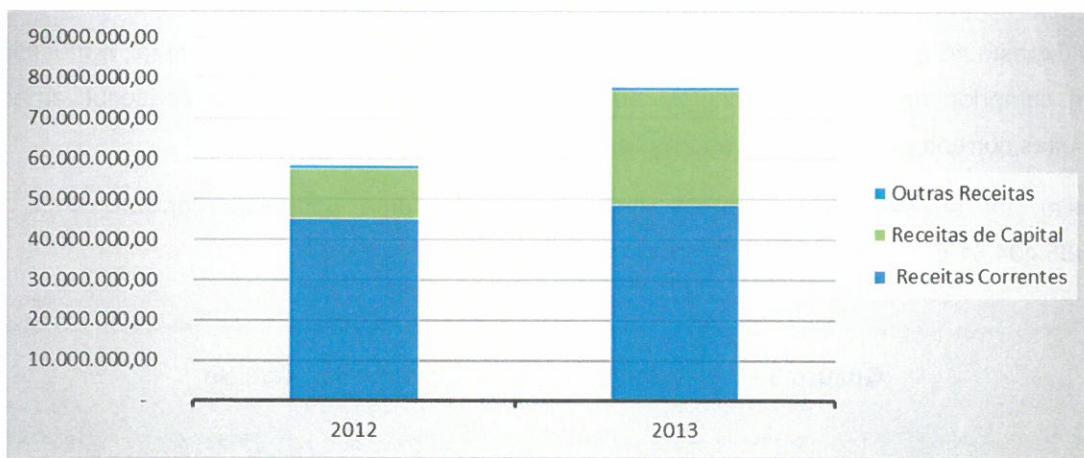
A arrecadação de receitas de capital foi de 28.141.741,78 €, correspondendo a uma taxa de execução de 55,30%, face à previsão orçamental.

No quadro e gráfico abaixo inseridos apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da receita.

**Quadro 4 - Estrutura Geral da Receita**

Tipo	Execução	% Peso na Rubrica	2012		2013		% Peso na Rubrica	% Execução
			Dotação Inicial	Dotação Final	Execução			
Correntes	45.217.269,42 €	77,22%	50.283.409,00 €	50.404.233,00 €	48.833.669,18 €	62,72%	96,88%	
Capital	12.431.088,98 €	21,23%	40.476.212,00 €	50.888.916,99 €	28.141.741,78 €	36,14%	55,30%	
Outras Receitas	910.378,77 €	1,55%	- €	912.950,57 €	886.995,57 €	1,14%	97,16%	
Total	58.558.737,17 €	100,00%	90.759.621,00 €	102.206.100,56 €	77.862.406,53 €	100,00%	76,18%	

**Gráfico 3 - Evolução da Receita**



Apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada, por subgrupos de Receitas Municipais:

- Receitas Próprias
- Transferências
- Passivos

### Receitas Próprias

Receitas próprias são aquelas que o município pode arrecadar, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos, nos termos da autonomia financeira de que dispõe, excluem-se das receitas próprias, as receitas relativas a transferências ou a empréstimos contraídos.

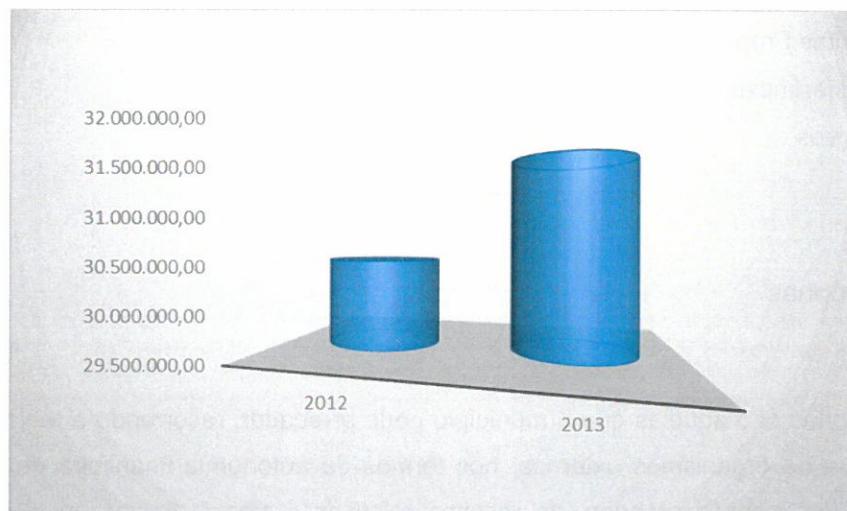
As receitas próprias incluem quer receitas correntes quer receitas de capital. As receitas correntes dizem respeito aos impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, venda de bens e prestações de serviços e outras receitas correntes. As receitas de capital respeitam às vendas de bens de investimentos e outras receitas de capital.

O quadro e gráfico seguintes espelham as receitas próprias da autarquia nos dois últimos exercícios.

**Quadro 5 - Receitas Próprias**

	2012	2013	Variação 2012/2013	% Receitas Próprias	% Receitas Correntes	% Receitas Totais
<b>RECEITAS CORRENTES</b>						
Impostos Directos	21.408.000,38 €	23.446.013,16 €	9,52%	73,99%	48,01%	30,11%
Impostos Indirectos	241.990,10 €	173.500,75 €	-28,30%	0,55%	0,36%	0,22%
Taxas, Multas e Outras Penalidad	2.248.821,57 €	1.657.727,07 €	-26,28%	5,23%	3,39%	2,13%
Rendimento de Propriedade	2.727.869,93 €	2.192.681,00 €	-19,62%	6,92%	4,49%	2,82%
Vendas Bens Prestações Serviços						
Correntes	3.436.885,70 €	3.213.403,45 €	-6,50%	10,14%	6,58%	4,13%
Outras Receitas Correntes	107.193,96 €	577.995,74 €	439,21%	1,82%	1,18%	0,74%
Total	<b>30.170.761,64 €</b>	<b>31.261.321,17 €</b>	3,61%	98,65%	64,02%	40,15%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>						
Venda de Bens de Investimento	363.599,60 €	426.907,17 €	17,41%	1,35%	0,87%	0,55%
Total	<b>363.599,60 €</b>	<b>426.907,17 €</b>	17,41%	1,35%	0,87%	0,55%
Total das Receitas Próprias	<b>30.534.361,24 €</b>	<b>31.688.228,34 €</b>	<b>3,78%</b>	<b>100,00%</b>	<b>64,89%</b>	<b>40,70%</b>
Total das Receitas Correntes	<b>45.217.269,42 €</b>	<b>48.833.669,18 €</b>	<b>8,00%</b>	-	<b>100,00%</b>	<b>62,72%</b>
Total de Receitas	<b>58.558.737,17 €</b>	<b>77.862.406,53 €</b>	<b>32,96%</b>	-	-	<b>100,00%</b>

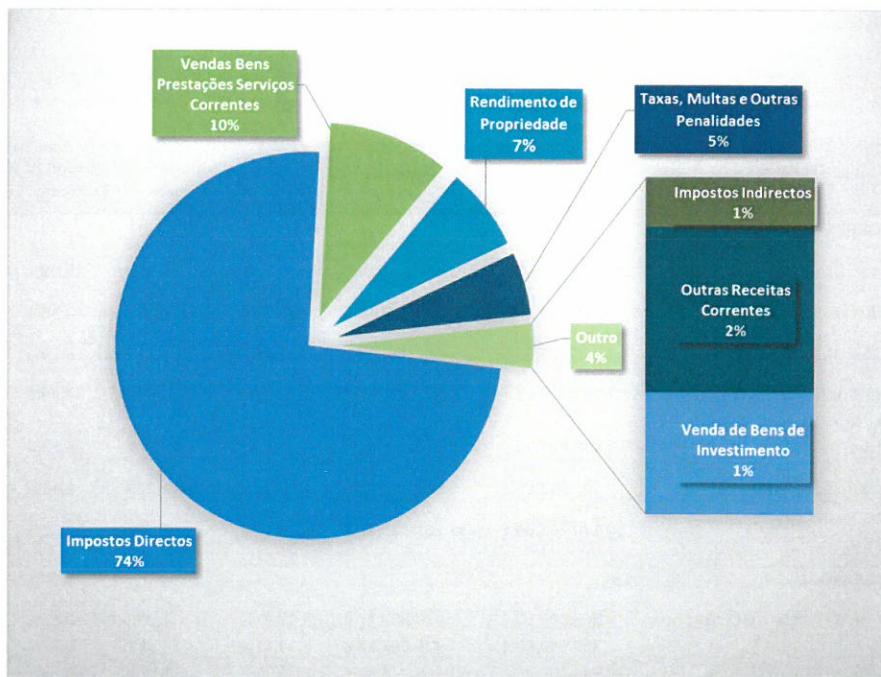
**Gráfico 4 - Evolução Receitas Próprias**



Do observado no quadro anterior verifica-se que o total das receitas próprias subiram ligeiramente em relação ao ano anterior (3,78%).

Da análise do próximo gráfico podemos, de imediato, verificar como se decompõe as receitas próprias e que importância tem cada uma das suas componentes.

**Gráfico 5 - Composição das Receitas Próprias**



Os impostos diretos são os recursos com maior expressão no conjunto das receitas próprias, atingindo os 74%, dos mesmos, seguem-se as Vendas de bens e prestações de serviços correntes (10,4%) e a rubrica dos Rendimentos de Propriedade com 6,9%.

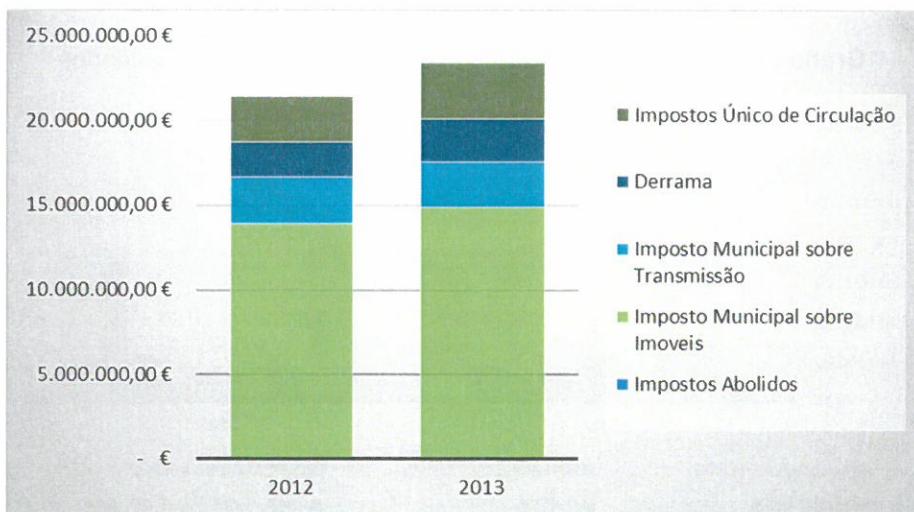
Dada a sua importância no cômputo geral da receita própria, os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos, as Taxas, Multas e Outras Penalidades e os Rendimentos de propriedade serão objeto de uma análise detalhada.

### Impostos Diretos

**Quadro 6 - Impostos Diretos**

	2012	2013	Variação
Impostos Abolidos	86.800,72 €	19.956,66 €	-77,01%
Imposto Municipal sobre Imóveis	13.823.194,59 €	14.868.991,81 €	7,57%
Imposto Municipal sobre Transmissão	2.748.853,45 €	2.701.494,87 €	-1,72%
Derrama	2.114.326,57 €	2.563.202,64 €	21,23%
Impostos Único de Circulação	2.634.825,05 €	3.292.367,18 €	24,96%
	<b>21.408.000,38 €</b>	<b>23.446.013,16 €</b>	<b>9,52%</b>

**Gráfico 6 - Evolução dos Impostos Diretos**



Ao nível dos impostos diretos, as rubricas com maior peso são o IMI – Imposto Municipal de Imóveis, o IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, e o IUC – Imposto Único de Circulação.

Na conformidade do verificado em anos anteriores destaca-se sobremaneira o IMI, ao ser responsável em 2013 por cerca de 63,4% do total dos impostos diretos.

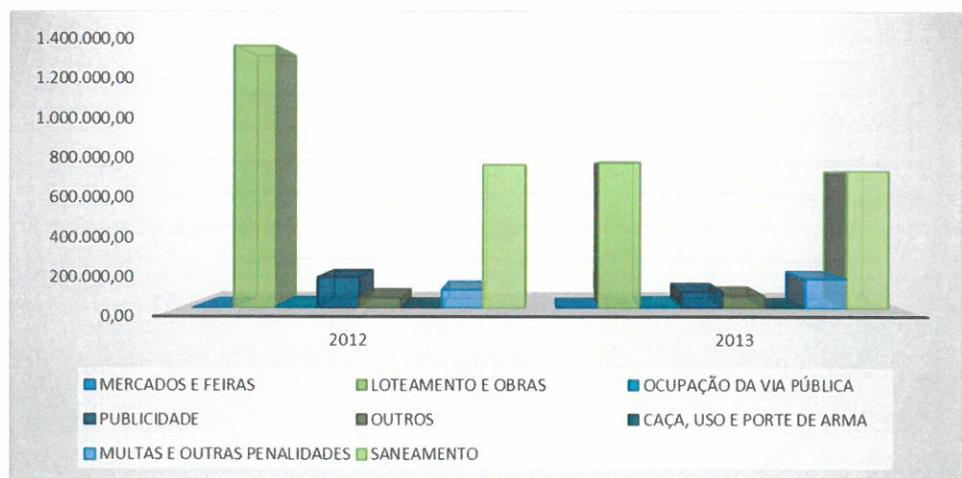
### Impostos Indiretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades

**Quadro 7 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades**

	2012		2013		Taxa de Execução	Variação 2012/2013
	Execução	Previsão	Execução			
MERCADOS E FEIRAS	1.896,75 €	1.900,00 €	903,70 €	47,56%	-52,36%	
LOTEAMENTO E OBRAS	1.397.879,65 €	1.340.293,00 €	778.254,35 €	58,07%	-44,33%	
OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA	9.152,01 €	7.986,00 €	9.827,96 €	123,06%	7,39%	
PUBLICIDADE	164.560,34 €	248.269,00 €	87.016,98 €	35,05%	-47,12%	
OUTROS	53.360,05 €	48.746,00 €	65.552,41 €	134,48%	22,85%	
CAÇA, USO E PORTE DE ARMA	461,66 €	391,00 €	362,51 €	92,71%	-21,48%	
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	98.197,58 €	125.267,00 €	157.771,97 €	125,95%	60,67%	
SANEAMENTO	765.303,63 €	347.070,00 €	731.537,94 €	210,78%	-4,41%	
Total	2.490.811,67 €	1.772.852,00 €	1.831.227,82 €	103,29%	-26,48%	

Un: Euros

**Gráfico 7 - Impostos Indiretos e Taxas Multas e Outras Penalidades**



Da apreciação do quadro e gráfico anterior resulta que a receita cobrada em 2013, através de impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades, ascendeu a 1.831.227,82 €, sendo a

sua componente mais representativa os loteamentos e obras e, de seguida a receita da rubrica saneamento.

### Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes

**Quadro 8 - Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes**

	2012		2013		Taxa de Execução	Variação 2012/2013
	Execução	Previsão	Execução	Previsão		
<b>Venda de Bens</b>	3.414,09 €	2.115,00 €	7.659,68 €	3.621,16 €	362,16%	124,35%
<b>Prestação Serviços Diversos</b>						
S.Sociais, Recreativos, Culturais e Desportivos	59.500,67 €	65.611,00 €	46.683,17 €	71.15 €	-21,54%	
Serviços Específicos das Autarquias	2.982.822,63 €	4.671.901,00 €	2.765.180,73 €	59,19 €	-7,30%	
Outros	431,74 €	500,00 €	1.800,00 €	360,00 €	316,92%	
<b>Sub-total</b>	<b>3.042.755,04 €</b>	<b>4.738.012,00 €</b>	<b>2.813.663,90 €</b>	<b>59,38 €</b>	<b>-7,53%</b>	
<b>Rendas e Alugueres</b>	<b>390.716,57 €</b>	<b>378.702,00 €</b>	<b>392.079,87 €</b>	<b>103,53 €</b>	<b>0,35%</b>	
<b>Total</b>	<b>3.436.885,70 €</b>	<b>5.118.829,00 €</b>	<b>3.213.403,45 €</b>	<b>62,78 €</b>	<b>-6,50%</b>	

A receita total da Venda de bens e prestação de serviços em 2013 fixou-se em 3.213.403,45 €, abaixo do executado no ano anterior em (-) 223.482,25 €.

A rubrica Serviços específicos das autarquias compreendem vertentes muito importantes da atividade municipal, nomeadamente, cobrança da recolha dos resíduos sólidos (1.819.166€), refeições escolares (600.051€), transportes escolares (106.700€), transportes coletivos de pessoas (131.752€), e outros.

### Rendimentos de Propriedade

A rubrica Rendimentos de propriedade apresenta uma execução de 2.192.681,00 € (80,39%) e titulam 6,92% das Receitas Próprias do Município. De referir, que a variação negativa de 23,6% na arrecadação da renda da concessão da EDP deve-se ao facto da renda do 4º trimestre só ter dado entrada nos serviços municipais em Janeiro de 2014.

O quadro abaixo reflete a distribuição da rubrica Rendimentos de Propriedade.



### Quadro 9 - Rendimentos de Propriedade

	2012	2013			
	Execução	Previsão	Execução	Taxa de Execução	Variação 2012/2013
Juros - Sociedades Financeira	25.033,27 €	36.640,00 €	3.681,96 €	10,05%	-85,29%
Dividendos e Participações nos lucros	24.949,05 €	33.300,00 €	125.925,10 €	378,15%	404,73%
Rendas					
Concessão da EDP	2.552.046,20 €	2.552.047,00 €	1.949.327,16 €	76,38%	-23,62%
Concessão da Indáqua	82.798,94 €	82.799,00 €	85.774,82 €	103,59%	3,59%
Terrenos	26.802,83 €	22.886,00 €	27.971,96 €	122,22%	4,36%
Outros	16.239,64 €	20,00 €	- €	0,00%	-100,00%
Total	2.727.869,93 €	2.727.692,00 €	2.192.681,00 €	80,39%	-19,62%

### Transferências

O quadro que se segue, reflete a natureza e montante das transferências efetuadas em 2012 e 2013.

### Quadro 10 - Transferências

	Execução		Taxa de Variação %
	2012	2013	
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>			
Estado	14.999.098,22 €	14.814.022,00 €	-1,23%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	47.409,56 €	92.246,78 €	94,57%
<b>Sub-total</b>	<b>15.046.507,78 €</b>	<b>14.906.268,78 €</b>	<b>-0,93%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>			
Estado	4.936.621,54 €	3.007.570,04 €	-39,08%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	4.439.909,02 €	10.966.384,90 €	147,00%
<b>Sub-total</b>	<b>9.376.530,56 €</b>	<b>13.973.954,94 €</b>	<b>49,03%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.423.038,34 €</b>	<b>28.880.223,72 €</b>	<b>18,25%</b>

Como podemos constatar no quadro acima mencionado, as Transferências do Estado – Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados, correntes e de capital, apresentam no ano de 2013 um acréscimo de cerca de 6.571.313,10 €. Em contrapartida as transferências provenientes do Orçamento de Estado, corrente e de capital, tiveram um decréscimo de 2.114.127,72 €.

## Quadro 11 - Transferências e Comparticipações

	Transferências e Comparticipações	Montante
<i>Transferências correntes</i>		
Administração Central_Estado_Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		92.246,78 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-08-0369-FEDER-000013, Centro Criação de Teatro e Artes de Rua-CCTAR		15.133,69 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-09-0230-FEDER-000075, Reabilitação Gestão Activa Corredor Ecológico Rio Uima		9.709,06 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-07-0927-FEDER-000120, Projecto ART@BIBLIO		31.981,58 €
P.O.P.H._Programa Operacional do Potencial Humano_Planos para a Igualdade		35.422,45 €
<i>Transferências capital</i>		
Administração Central_Estado_Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		10.966.384,90 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Encerramento da decisão_Projeto 2004/PE/021-\FUNDO COESÃO		764.822,29 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Projeto POVT-12-0154-FCOES-000060 - Redes de Drenagem de Águas Residuais das Bacias Laje e Cáster		2.976.617,14 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Projeto POVT-12-0338-FCOES-000003 - Recuperação Ambiental das Pedreiras de Lourosa		166.687,14 €
D.R.E.N./D.G.E.S.T.E._Operação Norte-10-0197-FEDER-000008, Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Paços de Brandão		686.920,47 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação POVT-09-0353-FEDER-000128, Concepção/Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães		273.801,03 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Via Feira Nova - 1.º Circular		463.877,18 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000098, Centro Escolar Igreja, Lourosa		301.319,26 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000347, Centro Escolar Valrico, Souto		166.054,43 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-08-0369-FEDER-000013, Centro Criação de Teatro e Artes de Rua-CCTAR		568.940,18 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000096, Centro Escolar S. Domingos, Argoncilhe		165.960,18 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000278, Centro Escolar Souto, Nogueira da Reedegoura		79.449,89 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000226, Centro Escolar Arraial, Sanguedo		77.827,78 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000103, Centro Escolar Igreja, Lobão		66.645,54 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000503, Centro Escolar Canedo		190.084,90 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000300, Centro Escolar S. João de Vér		628.709,29 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0144-FEDER-000313, Centro Escolar Espargo		201.319,02 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-09-0347-FEDER-000174, Ampliação Museu Convento dos Loios		199.124,97 €
I.F.A.P._Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas_Projeto Mobilidade para Todos_no âmbito ação 3.2.2. PRODER-1.ºInstalação\Portaria 521/2009		2.362,01 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-09-0230-FEDER-000075, Reabilitação Gestão Activa Corredor Ecológico Rio Uima		49.407,14 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-09-0138-FEDER-000005 - Recuperação Ambiental das Pedreiras de Lourosa		573.077,24 €
I.F.D.R._Instituto Financeiro para Desenvolvimento Regional, I.P._Operação Norte-10-0197-FEDER-000005_Construção da EB_2_3 de Santa Maria da Feira		2.303.566,33 €
I.F.A.P._Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas_Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural_Caldas RiverNatura\PRODER		59.811,49 €

Dos diversos projetos de financiamento comunitários que o MSMF tem em execução, verificamos que os montantes arrecadados por cada projeto, a despesa associada a esta receita é um indicador que permite aferir a eficácia, ou desempenho em cada projeto. Comparando a despesa que foi submetida para aprovação e o financiamento máximo previsto para o projeto, objeto de contratualização, será de salientar o elevado aproveitamento dos fundos disponibilizados.

O MSMF apresentou o montante de 41.015.355,59 € que corresponde a comparticipação total aprovada e homologada. Todavia deste valor apenas foi recebido pelo município até 31 de dezembro de 2013 o valor de 21.863.504,18 €, correspondendo a uma taxa de 53,31%. Sendo que, existe um montante de 2.474.737,94 € submetido às diversas entidades que tutelam os financiamentos, mas que ainda se encontra pendente o seu recebimento.

Não podemos deixar de referir, que apesar da taxa da execução da receita ser de 76%, esta taxa poderia ser melhorada se excluirmos o valor da receita prevista/arrecadada em orçamento referente a pedidos de financiamentos de obras homologadas, esta taxa atingiria os 93%. O diferencial destas taxas de execução da receita deve-se ao volume de financiamentos

homologados e que ainda não foram arrecadados pelo município, resultado do andamento na execução das obras.

## Passivos Financeiros

O regime de crédito das autarquias locais encontra-se regulamentado no art. 38.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro) e na Lei do Orçamento de Estado para 2013, sendo aí estabelecido que:

- Os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de tal montante ser considerado para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo;
- Os empréstimos a médio e longo prazo podem ser contraídos para aplicação em investimentos, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro dos municípios, desde que o montante em dívida desta natureza não exceda, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e da participações do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

Nesta conformidade durante a gerência de 2013, no âmbito das decisões financeiras ao nível da gestão de tesouraria, foi utilizado um empréstimo bancário de curto prazo no montante de 1.000.000,00 €, com a instituição Santander Totta. Este empréstimo não teve qualquer impacto ao nível do endividamento municipal, uma vez que foi integralmente amortizado em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso de 2013, e no que diz respeito à utilização de empréstimos de médio e longo prazo, foram utilizados os seguintes valores:

**Quadro 12 - Empréstimos**

Entidade Financiadora	Finalidade	Data Utilização	Montante
Governo Português	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	14/02/2013	9.029.549,73 €
Governo Português	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	01/07/2013	3.524.004,89 €
BEI - Banco Europeu de Investimentos	Conceção/Construção DO Pavilhão de Fiães	23/12/2013	125.918,84 €

### III. Análise do Orçamento da Despesa

Perante um contexto de fortes limitações financeiras, o Município procurou reforçar a racionalização e a contenção da despesa pública municipal, através de um controlo rigoroso dos gastos, quer ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos. Por conseguinte, as autarquias veem assim limitada a sua capacidade no que respeita à realização de certos investimentos, projetos ou programas, diante da difícil realidade socioeconómica que atravessam, assim como o país no seu todo e que se faz sentir no dia-a-dia.

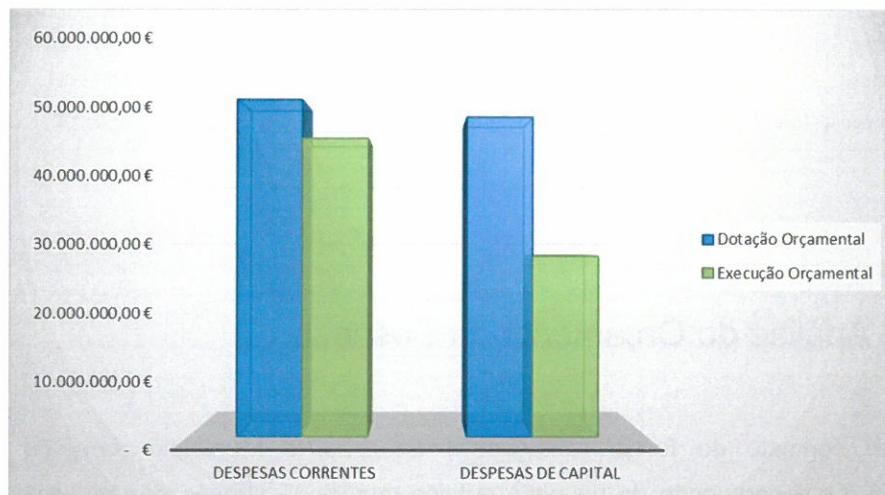
No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição e bens e serviços, transferências, etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento.

No quadro e gráfico inseridos, apresentam-se os valores constantes da previsão e execução da despesa no ano de 2013.

**Quadro 13 - Estrutura Geral da Despesa**

	Dotação inicial	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	% Peso na Rubrica	% Execução
Despesas Correntes	46.063.926,00 €	52.463.365,68 €	46.448.264,67 €	62,29%	88,53%
Despesas de Capital	44.695.695,00 €	49.742.734,88 €	28.118.599,03 €	37,71%	56,53%
<b>Total</b>	<b>90.759.621,00 €</b>	<b>102.206.100,56 €</b>	<b>74.566.863,70 €</b>	<b>100,00%</b>	<b>72,96%</b>

**Gráfico 8 - Estrutura Geral da Despesa**



A despesa paga no exercício de 2013 representou uma taxa de execução de 72,96% atingindo o montante de 74,6 milhões de euros.

Dentro da despesa, na sua globalidade, justifica-se fazer uma análise mais detalhada de alguns dos seus subgrupos, dada a relevância que ocupam na estrutura geral da despesa, como sejam:

- Despesas de Funcionamento
- Transferências Correntes
- Investimento Global
- Serviço da Dívida

#### Despesas de Funcionamento

As despesas de funcionamento são representativas do dispêndio necessário ao normal funcionamento da atividade de um município, sendo sem dúvida um importante índice da diligência da atividade autárquica, na medida em que representam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pela edilidade, agrupando as despesas com “Pessoal”, as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços” e as “Outras Despesas Correntes”, cuja distribuição nos últimos dois anos está vertida no quadro a seguir ilustrado.

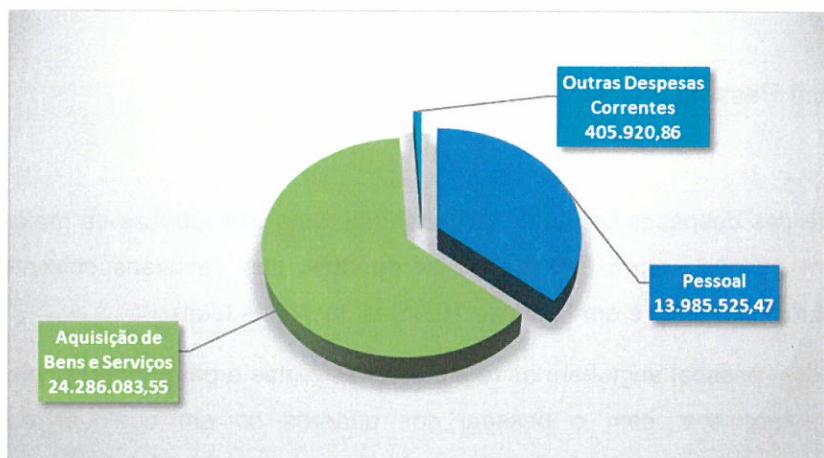
**Quadro 14 - Estrutura Geral das Despesas de Funcionamento**

	2012				2013			
	Despesa Realizada			Valor	Despesa Realizada			%Desp Total
	Valor	%Desp Func	%Desp Corrente		Valor	%Desp Func	%Desp Corrente	
Pessoal	11.889.146,48 €	38,97%	31,63%	20,61%	13.985.525,47 €	36,16%	30,11%	18,76%
Aquisição de Bens e Serviço	18.264.616,47 €	59,87%	48,59%	31,67%	24.286.083,55 €	62,79%	52,29%	32,57%
Outras Despesas Correntes	352.045,13 €	1,15%	0,94%	0,61%	405.920,86 €	1,05%	0,87%	0,54%
Total Desp Funcionamento	30.505.808,08 €	100,00%	81,15%	52,89%	38.677.529,88 €	100,00%	83,27%	51,87%
Total Despesas Correntes	37.589.849,26 €	-	100,00%	65,18%	46.448.264,67 €	-	100,00%	62,29%
<b>TOTAL</b>	<b>57.673.931,60 €</b>	-	-	<b>100,00%</b>	<b>74.566.863,70 €</b>	-	-	<b>100,00%</b>

No ano de 2013 as despesas de funcionamento realizadas atingiram o valor de 38.677.529,88€, sendo a rubrica de aquisição de bens e serviços a que tem maior peso no total das despesas de funcionamento 62,8% e representa 52,3% das despesas correntes.

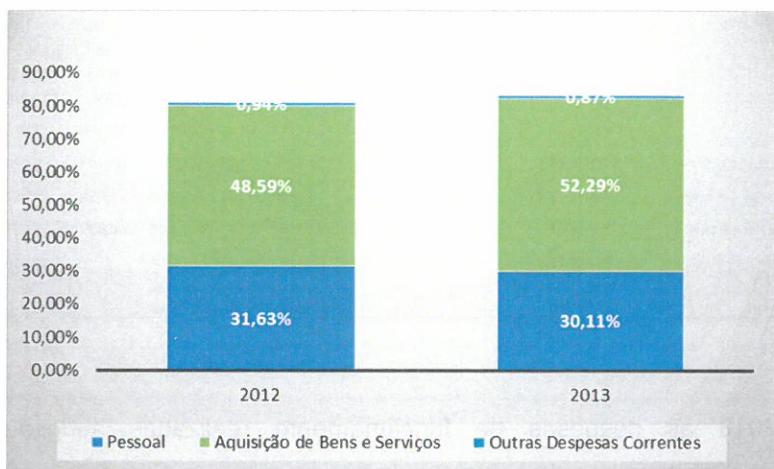
Apresenta-se de seguida um gráfico, que ilustra o peso das despesas de funcionamento no exercício de 2013.

**Gráfico 9 - Composição das Despesas de Funcionamento - 2013**



Atendendo às competências das autarquias locais e face ao seu estado de maturidade, como seria expectável as despesas de funcionamento espelham um volume bastante significativo de encargos obrigatórios do Município, tendo um peso muito expressivo, quer no total das despesas correntes, quer no conjunto geral da despesa ao representarem 82,27% e 51,87%, respetivamente.

**Gráfico 10 - Peso das Despesas de Funcionamento no Total da Despesa Corrente**



Com o objetivo de melhor apreciar a dinâmica das rubricas que integram esta tipologia de despesa, procede-se a uma análise mais detalhada das Despesas com Pessoal a da rubrica Aquisição de Bens e Serviços.

### Despesas com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 30% das despesas correntes, 36% das despesas de funcionamento e em cerca de 19% das despesas totais.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros ou em qualquer outra situação, remunerações por doença e maternidade/paternidade, subsídio de refeição, subsídios de férias e Natal, despesas de representação, suplementos e prémios. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal, designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Segurança Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

O quadro que se segue espelha a estrutura detalhada das despesas com pessoal da autarquia nos dois últimos exercícios.

### Quadro 15 - Despesas com o Pessoal

	2012	2013	Variação
<b>Remunerações membros Órgãos Autárquicos</b>	<b>158.624,40 €</b>	<b>167.426,03 €</b>	<b>5,55%</b>
TITULARES DE ÓRGÃO DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃO AUTÁRQUICO	158.624,40 €	167.426,03 €	5,55%
 <b>Remunerações do Pessoal</b>	 <b>7.974.530,80 €</b>	 <b>8.158.190,22 €</b>	 <b>2,30%</b>
PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	7.300.620,63 €	7.244.474,35 €	-0,77%
PESSOAL CONTRATADO A TERMO	246.702,89 €	525.950,38 €	113,19%
PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	- €	- €	
PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	15.391,44 €	17.881,93 €	16,18%
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	239.194,63 €	245.050,47 €	2,45%
REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	172.621,21 €	124.833,09 €	-27,68%
 <b>Suplementos de Remuneração</b>	 <b>1.452.780,19 €</b>	 <b>2.546.504,91 €</b>	 <b>75,28%</b>
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	709.744,76 €	798.096,71 €	12,45%
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	492.961,18 €	1.501.688,37 €	204,63%
REPRESENTAÇÃO - PESSOAL DIRIGENTE	110.045,32 €	92.655,30 €	-15,80%
HORAS EXTRAORDINÁRIAS	76.555,86 €	68.872,49 €	-10,04%
AJUDAS DE CUSTO	14.234,66 €	10.679,04 €	-24,98%
ABONO PARA FALHAS	3.763,55 €	3.752,79 €	-0,29%
OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	39.398,24 €	46.834,08 €	18,87%
INDEMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	6.076,62 €	23.926,13 €	
 <b>Prestações Sociais Diretas</b>	 <b>52.092,78 €</b>	 <b>51.868,57 €</b>	 <b>-0,43%</b>
SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	49.577,46 €	51.868,57 €	4,62%
OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	2.515,32 €	- €	-100,00%
 <b>Outros Custos com Pessoal</b>	 <b>838.620,49 €</b>	 <b>1.027.742,87 €</b>	 <b>22,55%</b>
ENCARGOS COM A SAÚDE	691.948,31 €	866.927,26 €	25,29%
SEGUROS	96.863,95 €	91.909,38 €	-5,11%
OUTRAS PENSÕES	49.808,23 €	68.906,23 €	38,34%
 <b>Encargos sobre remunerações</b>	 <b>1.412.497,82 €</b>	 <b>2.033.792,87 €</b>	 <b>43,99%</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1.412.497,82 €	2.033.792,87 €	43,99%
 <b>TOTAL</b>	 <b>11.889.146,48 €</b>	 <b>13.985.525,47 €</b>	 <b>17,63%</b>

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 13.985.525,47 €, isto é, mais 2.096.378,99 € que em 2012, o que representa um acréscimo de 17,63%.

Como se verifica, o subagrupamento remunerações do pessoal, absorveu em 2013 a grande fatia em relação ao total das Despesas com Pessoal, ou seja, cerca de 58,3%.

Comparativamente ao ano de 2012, verifica-se um aumento da despesa global, tendo contribuído para o mesmo a inconstitucionalidade da medida de congelamento do pagamento do subsídio de férias e natal, bem como o pagamento da caducidade dos contratos que cessaram no ano de 2013 e a admissão de 107 assistentes operacionais em dezembro de 2012, cuja despesa com as remunerações apenas se espelhou no ano de 2013.

As remunerações do pessoal contratado por tempo indeterminado em 2013 representaram 51,80% do total das despesas com pessoal, cabendo-lhes cerca de 7,24 milhões de euros,

tendo-se verificado a redução nesta rubrica de 0,77%, comparativamente ao ano de 2012, situação que reflete as medidas de contenção em matéria de recrutamento.

Os encargos com segurança social e caixa geral de aposentações absorveram 14,54% do total das despesas com pessoal, correspondendo a 2.033 milhões de euros.

Os encargos com a Saúde representam cerca de 6,2% da despesa global com pessoal, o que totalizou aproximadamente 867 mil euros, representando um acréscimo do valor pago (25,2%) comparativamente ao mesmo período do ano de 2012, motivado pelo aumento do número de trabalhadores a beneficiar da ADSE, os quais foram admitidos, no último trimestre do ano de 2012.

Constatou-se uma diminuição do valor pago em ajudas de custo, em aproximadamente 25%, relativamente ao valor do ano de 2012.

No ano de 2013, foram gastos 68.872,49 € em trabalho extraordinário tendo-se verificado um decréscimo de cerca de 10% no valor pago nesta rubrica, comparativamente ao período homólogo ao ano transato, situação que se justifica em larga medida pelo decréscimo das percentagens a aplicar ao valor hora.

### Limites legais das despesas com pessoal

1. A LOE para o ano de 2013, determinou a continuidade do definido pela LOE 2012, no respeita às reduções das remunerações totais ilíquidas mensais dos trabalhadores, de valor superior a 1.500,00€, nos seguintes termos:
  - 3,5% sobre o valor total das remunerações superiores a 1.500 € e inferiores a 2.000€;
  - 3,5% sobre o valor de 2.000 € acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os 2.000 €, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a 2.000 € até 4.165 €;
  - 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165 €.
2. Aos eleitos locais para além imposição legal acima descrita, continuou em vigor a aplicação da redução de 5% ao vencimento mensal ilíquido, prevista no art.º 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010 de 30 de Junho, e na Lei n.º 47/2010 de 7 de Setembro, para os universos neles referidos.

3. Durante 2012, manteve-se em vigor a regra que proibia a prática de quaisquer atos que consubstanciem em valorizações remuneratórias, nomeadamente alterações de posicionamento remuneratório, atribuição de prémios de desempenho, entre outras.
4. A LOE de 2013, introduziu ainda a suspensão do pagamento do subsídio de férias e de natal de todos os trabalhadores em qualquer modalidade do RJEP; do pessoal dirigente e equiparados, bem como dos eleitos locais e respetivos membros dos gabinetes de apoio, contudo tal medida acabou mais tarde por ser abandonada, na medida em que o Tribunal Constitucional decretou a sua inconstitucionalidade.
5. Em 2013 verificou-se uma redução da compensação devida pelo pagamento de horas extraordinárias, para metade do valor abonado em 2012:
  - 12,5% do valor hora na primeira hora e de 18,75% na segunda (dias normais de trabalho)
  - 25% do valor hora nos dias de descanso ou feriados.
6. Durante o ano de 2013, as autarquias locais foram obrigadas a reduzir, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, conforme o disposto no artº 65º da LOE 2013. Para apuramento do número de trabalhadores a reduzir, o presente artigo impunha que não fosse considerado o pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências central para a administração local no domínio da educação, bem como o número de contratos que cessaram por motivo de caducidade. Estes últimos (contratos a termo), foram alvo de redução autónoma, nos termos do artº 59º da LOE 2013, como seguidamente se explica.  
Assim, até ao final do ano 2013, o Município de Santa Maria da Feira, tinha que reduzir 13 trabalhadores, sendo que essa redução se fixou em 19 trabalhadores (16 trabalhadores aposentados, 2 trabalhadores por recurso à mobilidade para o Municípios do Porto e Espinho e ainda outro, que ingressou na situação de licença sem vencimento).
7. Durante o ano de 2013, os Municípios estiveram legalmente impedidos de proceder a renovações de contratos a termo e ainda obrigados a uma redução de 50% do número de contratos vigentes a 31 de dezembro. No entanto, perante a dificuldade em concretizar a redução de 50% do número de contratos a termo incerto, este Município recorreu à exceção prevista no disposto n.º 3 do artº 59º da LOE 2013, no sentido de reduzir os contratos a termo em número inferior ao legalmente exigível, situação aprovada pelo órgão executivo. Assim, dos 122 contratos a termo

(9 a termo certo e 113 a termo incerto), 15 cessaram, tendo sido diligenciado nessa mesma altura a cessação de mais 2 contratos a termo incerto por caducidade do objeto dos mesmos, cujo seu término ocorreu em fevereiro de 2014.

## Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A Aquisição de Bens e Serviços compreende os bens de consumo, bem como todas as despesas com a aquisição de serviços a terceiros, pelo que faremos uma análise separada de cada componente.

A aquisição de bens são despesas a que não se possa reconhecer a natureza de despesas de capital, abrangendo designadamente as matérias-primas e subsidiárias, combustíveis e lubrificantes, alimentação – refeições, material de escritório, limpeza e higiene, prémios condecorações e ofertas, material de educação cultura e recreio.

**Quadro 16 - Aquisição de Bens**

	2012			2013			Variação da		
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	Valor a transitar	% Pago	Facturação	
MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	13.424,50 €	13.089,83 €	97,51%	7.812,29	7.523,82 €	288,47 €	96,31%	-41,81%	
GASOLINA	33.059,54 €	33.059,54 €	100,00%	13.756,87	13.756,87 €	- €	100,00%	58,39%	
GASOLEO	232.113,72 €	219.413,63 €	94,53%	204.510,41	186.880,22 €	17.630,19 €	91,38%	-11,89%	
OUTROS	39.886,54 €	35.221,05 €	88,30%	37.736,74	31.209,66 €	6.527,08 €	82,70%	-5,39%	
LIMPEZA E HIGIENE	46.154,50 €	37.232,20 €	80,67%	26.229,03	20.860,72 €	5.368,31 €	79,53%	-43,17%	
ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONFEC.	2.986.106,51 €	2.200.145,98 €	73,68%	2.164.115,53	1.893.221,65 €	270.893,88 €	87,48%	-27,53%	
VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	3.835,07 €	3.348,97 €	87,32%	7.433,35	6.020,11 €	1.413,24 €	80,99%	93,83%	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	87.780,28 €	70.616,26 €	80,45%	62.646,13	58.606,93 €	4.039,20 €	93,55%	-28,63%	
PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICO	26,15 €	26,15 €		4.244,87	4.244,87 €	- €	100,00%	16132,77%	
MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO						- €			
MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	56.099,42 €	38.960,48 €	69,45%	52.645,91	48.398,44 €	4.247,47 €	91,93%	-6,16%	
MATERIAL DE CONSUMO HOTELEIRO	6.096,36 €	5.433,51 €	89,13%	11.154,64	10.315,17 €	839,47 €	92,47%	82,97%	
OUTRO MATERIAL- PEÇAS				174,55	- €	174,55 €	0,00%		
PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	168.652,56 €	138.613,74 €	82,19%	62.942,68	62.507,32 €	435,36 €	99,31%	-62,68%	
MERCADORIAS PARA VENDA	2.808,48 €	2.171,18 €	77,31%	5.394,70	4.623,18 €	771,52 €	85,70%	92,09%	
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	20.087,36 €	9.177,55 €	45,69%	17.263,99	16.279,82 €	984,17 €	94,30%	-14,06%	
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	7.764,69 €	642,99 €	8,28%	7.215,40	7.215,40 €	- €	100,00%	-7,07%	
ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	153,67 €	153,67 €	100,00%	150,00	150,00 €	- €	100,00%	-2,39%	
MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E REI	213.616,76 €	105.849,61 €	49,55%	173.369,47	158.536,04 €	14.833,43 €	91,44%	-18,84%	
OUTROS BENS	164.170,79 €	132.319,98 €	80,60%	107.603,56	100.962,96 €	6.640,60 €	93,83%	-34,46%	
Total	4.081.836,90 €	3.045.476,32 €		2.966.400	2.631.313,18 €	335.086,94 €	88,70%	-27,33%	

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de bens (-) 27,33%. Em termos de preponderância destas rubricas, para além do peso das refeições que, ao assumirem 2.164.115,53 €, por si só representam 72,95% do total da despesa faturada, logo seguida dos combustíveis com um peso de 7,36%.

No que diz respeito à aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública,

vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, seguros, estudos pareceres e projetos, etc., apresentamos o seguinte quadro:

**Quadro 17 - Aquisição de Serviços**

	2012			2013			Valor a transitar	% Pago	Variação
	Facturado	Pago	%	Facturado	Pago	%			
ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	4.638.655,89 €	4.034.823,90 €	86,98%	2.958.567,90 €	2.941.585,07 €	99,43%	-36,22%		
LIMPEZA E HIGIENE	113.772,87 €	96.157,84 €	84,52%	82.415,40 €	71.107,36 €	86,28%	-27,56%		
CONSERVAÇÃO DE BENS	135.413,83 €	87.494,52 €	64,61%	67.629,29 €	63.447,84 €	93,82%	-50,06%		
LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	212.789,77 €	212.789,77 €	100,00%	178.442,00 €	178.442,00 €	-	100,00%	-16,14%	
LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	- €	- €		177.568,86 €	138.545,82 €	78,02%			
LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	67.437,83 €	35.875,68 €	53,20%	111.861,33 €	93.323,32 €	83,43%	65,87%		
COMUNICAÇÕES	276.643,04 €	265.303,57 €	95,90%	208.570,53 €	200.917,47 €	96,33%	-24,61%		
TRANSPORTES	3.199.252,42 €	2.677.013,71 €	83,68%	1.597.011,01 €	1.407.199,83 €	88,11%	-50,08%		
SEGUROS	138.117,26 €	138.117,26 €	-	92.739,70 €	92.739,70 €	-	100,00%	-32,85%	
REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	4.729,36 €	4.719,36 €	99,79%	7.081,42 €	7.081,42 €	-	100,00%	49,73%	
DESLOCAMENTOS E ESTADAS	4.613,80 €	4.613,80 €	100,00%	20.392,52 €	18.107,84 €	88,80%	341,99%		
EST., PARCERIAS, PROJECTOS E CONSULT.	786.974,99 €	260.977,52 €	33,16%	580.916,97 €	578.702,97 €	99,62%	-26,18%		
FORMAÇÃO	10.067,09 €	8.828,59 €	87,70%	11.923,02 €	11.923,02 €	-	100,00%	18,44%	
SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	100,00 €	- €	0,00%	100,00 €	100,00 €	-	100,00%	0,00%	
PUBLICIDADE	127.504,51 €	114.322,42 €	89,66%	45.467,43 €	42.684,31 €	93,88%	-64,34%		
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	301.236,31 €	216.318,42 €	71,81%	221.044,49 €	175.646,42 €	79,46%	-26,62%		
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	492.311,40 €	381.107,98 €	77,41%	254.532,60 €	214.843,17 €	84,41%	-48,30%		
OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	122.712,65 €	35.657,95 €	29,06%	106.253,29 €	104.355,23 €	98,21%	-13,41%		
SERVIÇOS DE SAÚDE	31.601,52 €	31.601,52 €	100,00%	12.228,80 €	7.261,70 €	59,38%	-61,30%		
ENCARGOS DA COBRANÇA DE RECEITAS	856.275,66 €	856.275,66 €	100,00%	439.108,09 €	439.108,09 €	-	100,00%	-48,72%	
OUTROS SERVIÇOS	14.065.608,01 €	5.757.140,68 €	40,93%	13.749.715,54 €	10.945.079,57 €	79,60%	-2,25%		
Total	25.585.818,21 €	15.219.140,15 €		20.923.570,19 €	17.732.202,15 €	84,75%	-18,22%		

Pela análise do quadro anterior pode-se observar um decréscimo no cômputo geral da aquisição de serviços (-) 18,22%. A rubrica que apresenta o maior peso face ao total (65%) diz respeito aos encargos com a Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e Recolha e tratamento de Afluentes – Saneamento, logo seguida dos encargos com instalações (Eletricidade, água, gás, etc.) com um peso de cerca de 14%.

### Transferências Correntes

Na esfera das atribuições que são conferidas ao Município em vários campos de ação que vão desde a educação, ação social, desporto, património, cultura e ciência, o Município conferiu ao longo deste exercício económico determinados subsídios a organismos e entidades, com intenção de financiar as suas despesas correntes, demonstrando um claro intervencionismo no processo de desenvolvimento urbano com a finalidade de proporcionar condições de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo, educacional e de ação social.

Estes apoios financeiros concedidos deverão ser vistos como uma importante fonte de despesa autárquica, responsáveis em 2013, por cerca de 13% do total da despesa corrente executada,

revelando o acentuado intervencionismo do município no processo de desenvolvimento urbano com o objetivo de propiciar condições de incremento aos setores cultural, desportivo e de ação social e com vista à renovação e integração urbanas.

Na rubrica de transferências estão registados os fluxos que se destinam a apoiar o funcionamento de diversas instituições particulares com interesse municipal, assim como: transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos, destacando-se os apoios concedidos no âmbito das atividades desportivas, culturais, humanitárias, sociais e de ação social escolar, transferência para a Administração Local – Freguesias, que se destinam a apoiar o funcionamento das suas atividades, transferências para a Administração Central – Serviços e Fundos Autónomos, transferências para Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras, transferências para as famílias, que passa pela concessão de apoios sociais e económicos a pessoas portadoras de deficiências, atribuição de bolsas de estudo, apoios a atletas na área desportiva, e outras transferências.

No que respeita à rubrica dos Subsídios, tendo, embora, a natureza de transferências correntes, revestem-se, contudo, de características especiais que, sob o aspeto económico, recomendam uma identificação à parte daquelas. Assim, consideram-se “Subsídios”, os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, auxiliando nas correspondentes despesas de funcionamento.

Seguidamente apresenta-se um quadro, onde estão presentes um resumo das transferências correntes e subsídios atribuídos. O discriminativo destas transferências encontram-se espelhadas no Anexo dos documentos constantes da Prestação de contas, nomeadamente no mapa – Transferências Correntes – Despesas.

**Quadro 18 - Evolução das Transferências Correntes e Subsídios**

	Execução		Taxa de Variação %	%Desp Correntes	%Desp Total
	2012	2013			
Transferências Correntes	4.160.692,74 €	4.514.127,29 €	8,49%	9,72%	6,05%
Subsídios	1.812.000,00 €	1.567.000,00 €	-13,52%	3,37%	2,10%
Total	5.972.692,74 €	6.081.127,29 €	1,82%	13,09%	8,16%
 Total Despesas Correntes	 37.589.849,26 €	 46.448.264,67 €		100,00%	62,29%
 Total Despesas	 57.673.931,60 €	 74.566.863,70 €		100,00%	

## Investimento Global

O desenvolvimento estratégico da autarquia encontra-se evidenciado no tipo de investimento realizado, refletindo assim as suas linhas orientadoras.

Neste conceito de investimento global do município estão incluídos o Investimento Direto - Aquisição de bens de capital, Transferências de Capital (Investimento indireto), Ativos Financeiros e Outras despesas de capital.

A observação do próximo quadro permite refletir sobre a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos dois anos, assim como sobre o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

**Quadro 19 - Investimento Global**

	2012		2013			Taxa variação %
	Despesa Executada	%Desp Total	Despesa Executada	%Desp Total	%Desp Capital	
Aquisição Bens de Capital	12.120.549,04 €	19,50%	18.680.710,97 €	25,05%	66,44%	54,12%
Transferências de Capital	2.012.160,02 €	3,49%	3.360.441,23 €	4,51%	11,95%	67,01%
Activos Financeiros	30.000,00 €	-	- €	0,00%	0,00%	
Outras Despesas de Capital	30.382,69 €	0,05%	47.500,00 €	0,06%	0,17%	56,34%
<b>TOTAL</b>	<b>14.193.091,75 €</b>	<b>24,61%</b>	<b>22.088.652,20 €</b>	<b>29,62%</b>	<b>78,56%</b>	<b>55,63%</b>

O investimento global representa cerca de 30% do total da despesa realizada da autarquia.

É nas Aquisições de Bens de Capital que o investimento da autarquia tem maior expressão, apresentam um valor de cerca de 18.7 milhões de euros e, constam de forma discriminada da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

O quadro seguinte reflete a política de investimentos diretos desenvolvida pela autarquia nas suas múltiplas áreas de intervenção.

### Quadro 20 - Plano Plurianual Investimentos do ano 2013

Classificação Funcional	Dotação Inicial	Realização Valor	Coef.%
Funções Gerais	449.013,59 €	414.238,44 €	92,26%
Serviços Gerais de Administração Pública	448.913,59 €	414.238,44 €	92,28%
Segurança e Ordem Públicas	100,00 €	- €	0,00%
Funções Sociais	34.082.206,82 €	15.476.065,10 €	45,41%
Educação	9.240.648,46 €	6.409.899,05 €	69,37%
Saúde	1.248.060,00 €	549.527,66 €	44,03%
Segurança e Ação Sociais	31.000,00 €	28.824,20 €	92,98%
Habitação e Serviços Colectivos	17.319.309,96 €	6.808.633,75 €	39,31%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	6.243.188,40 €	1.679.180,44 €	26,90%
Funções Económicas	5.505.242,93 €	2.786.661,28 €	50,62%
Indústria e energia	238.680,00 €	18.454,34 €	7,73%
Transportes e Comunicações	5.055.394,46 €	2.756.186,87 €	54,52%
Comércio e Turismo	172.068,47 €	- €	0,00%
Outras Funções Económicas	39.100,00 €	12.020,07 €	30,74%
Outras Funções	5.537,92 €	3.746,15 €	67,65%
<b>Total</b>	<b>40.042.001,26 €</b>	<b>18.680.710,97 €</b>	<b>46,65%</b>

A análise do quadro permite concluir que as Funções Sociais e as Funções Económicas têm uma posição de liderança, muito embora sejam as subfunções ordenamento do território, saneamento, proteção do meio ambiente e conservação da natureza e transportes rodoviários que mais contribuem para essa posição.

De seguida, apresentamos um quadro discriminado, que traduz a despesa associada às transferências de capital que representam 4,5% da despesa total e cerca de 12% da despesa de capital do Município.



## Quadro 21 - Transferências de Capital

Transferências Capital	Montante
ACADEMIA DE CULTURA E COOPERACAO DE SANTA MARIA DA FEIRA	9.500,00 €
AGRUPAMENTO V. ESCOLAS DE ARRIFANA	4.500,00 €
ASS. ALCOOLICOS RECUPERADOS CONCELHO S. M. FEIRA	2.500,00 €
ASS. HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNT. ARRIFANA	17.000,00 €
ASS.HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS LOUROSA	17.000,00 €
ASS.OBRAS SOCIAIS S.VICENTE DE PAULO / CASA OZANAM	50.000,00 €
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA LAVANDEIRA, S J VER	8.000,00 €
ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR S. M. LAMAS	43.540,00 €
ASSOCIAÇÃO HUMANITARIA BOMBEIROS VOLUNTARIOS DA FEIRA	17.000,00 €
ASSOCIAÇÃO MUNICIPIOS TERRAS SANTA MARIA	93.394,72 €
ASSOCIAÇÃO PARTICULAR SOLID. SOCIAL PADRE OSORIO	5.000,00 €
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES NEUROMUSCULARES	11.000,00 €
ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DE SANFINS	20.000,00 €
ASSOCIAÇÃO DE APOIO SOCIAL DE SANFINS	2.500,00 €
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ARGONCILHE	1.628,70 €
CASA DE NOSSA SENHORA DO SAMEIRO	20.000,00 €
CASA DO PVO DO CENTRO DA FEIRA	4.529,57 €
CENTRO SOCIAL DE GIÃO	45.000,00 €
CENTRO SOCIAL DE PAÇOS DE BRANDÃO	55.000,00 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ARGONCILHE	70.000,00 €
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE ARRIFANA	15.000,00 €
CENTRO SOCIAL PADRE JOSE COELHO	52.500,00 €
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO VALE	82.000,00 €
CENTRO SOCIAL S. TIAGO DE LOBÃO	23.575,00 €
CENTRO SOCIAL SÃO CRISTOVÃO NOG. DA REGEDOURA	3.380,00 €
CENTRO SOCIAL VILAMAIORENSE	55.000,00 €
CLUBE DESPORTIVO PAÇOS DE BRANDÃO	4.000,00 €
FABRICA DA IGREJA DE CANEDO	5.000,00 €
FABRICA DA IGREJA DE SANTO ISIDORO DE ROMARIZ	10.000,00 €
FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. CIPRIANO DE PAÇOS DE BRANDÃO	12.000,00 €
FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TIAGO DE LOUROSA	40.000,00 €
FABRICA IGREJA PAROQ. FREGUESIA S. MARTINHO ESCAPÃES	10.000,00 €
FABRICA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. ANDRÉ DE GIÃO	42.500,00 €
FREGUESIA CANEDO, VALE E VILA MAIOR	16.974,66 €
FREGUESIA DE ARGONCILHE	127.554,61 €
FREGUESIA DE ARRIFANA	48.523,11 €
FREGUESIA DE CALDAS DE S. JORGE	34.109,21 €
FREGUESIA DE CALDAS SÃO JORGE E DE PIGEIROS	4.722,72 €
FREGUESIA DE CANEDO	78.362,11 €
FREGUESIA DE ESCAPÃES	37.965,37 €
FREGUESIA DE ESPARGO	37.862,11 €
FREGUESIA DE FIÃES	115.850,20 €
FREGUESIA DE FORNOS	55.828,32 €
FREGUESIA DE GIÃO	24.000,07 €
FREGUESIA DE GUISANDE	92.573,70 €
FREGUESIA DE LOBÃO	85.069,82 €
FREGUESIA DE LOUREDO	28.390,81 €
FREGUESIA DE LOUROSA	114.143,82 €
FREGUESIA DE MILHEIROS DE POIARES	81.746,79 €
FREGUESIA DE MOSTEIRÓ	21.834,76 €
FREGUESIA DE MOZELOS	76.258,22 €
FREGUESIA DE NOGUEIRA DA REGEDOURA	209.966,95 €
FREGUESIA DE PAÇOS DE BRANDÃO	51.009,12 €
FREGUESIA DE PIGEIROS	117.977,47 €
FREGUESIA DE RIO MEÃO	102.220,00 €
FREGUESIA DE ROMARIZ	127.213,08 €
FREGUESIA DE S MIGUEL DE SOUTO E MOSTEIRÓ	8.776,90 €
FREGUESIA DE S. JOÃO DE VÉR	170.550,04 €
FREGUESIA DE S. PAIO DE OLEIROS	64.243,09 €
FREGUESIA DE S.MIGUEL DE SOUTO	66.554,01 €
FREGUESIA DE SANFINS	24.676,88 €
FREGUESIA DE SANGUEDO	33.830,81 €
FREGUESIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	47.546,73 €
FREGUESIA DE SANTA MARIA DE LAMAS	102.311,24 €
FREGUESIA DE TRAVANCA	36.226,53 €
FREGUESIA DE VILA MAIOR	21.713,89 €
FREGUESIA DO VALE	32.134,26 €
FREGUESIA STA. M. FEIRA, TRAVANCA, SANFINS, E ESPARGO	2.957,58 €
GRUPO COLUMBOFILO DE FIÃES	4.000,00 €
GRUPO MUSICAL ESTRELA DE ARGONCILHE	8.927,75 €
GRUPO RECREATIVO INDEPENDENTE BRANDOENSE	24.000,00 €
M.A.S.S.P.O MOVIMENTO APOIO SOCIAL S.P.OLEIROS	2.010,00 €
O ABRIGO - CENTRO DE SOLID. SOCIAL S. J. VER	58.587,10 €
O ABRIGO - CENTRO DE SOLID. SOCIAL S. J. VÉR	1.870,00 €
O JARDIM - CENTRO DE SOLID. SOCIAL DE CANEDO	45.000,00 €
O JARDIM - CENTRO DE SOLID. SOCIAL DE CANEDO	1.870,00 €
OS DRAGOS DE MOZELOS	21.000,00 €
RANCHO FOLCLORICO S. TIAGO DE LOBÃO	22.500,00 €
SANTA CASA MISERICORDIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	3.380,00 €
SPORT CICLISMO S. JOÃO DE VÉR	3.740,00 €
TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL	9.829,40 €
Total	3.360.441,23 €

## Serviço de Dívida

Considerando a importância da dívida de médio e longo prazo no contexto do endividamento municipal, assume particular relevância avaliar o peso dos encargos daí decorrentes, designadamente no que respeita aos juros e amortizações, e o seu peso no total da despesa e receita municipal.

O quadro seguinte espelha a evolução do serviço de dívida no último triénio, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pelo município.

**Quadro 22 - Evolução do Serviço da Dívida**

	2011	2012	2013
Juros	752.897,51 €	728.220,05 €	614.178,61 €
Amortizações	4.165.028,56 €	3.890.990,59 €	4.014.460,29 €
Amortização de Emp.curto prazo	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	1.000.000,00 €
<b>Total do Serviço da Dívida</b>	<b>6.917.926,07 €</b>	<b>6.619.210,64 €</b>	<b>5.628.638,90 €</b>
Taxa de Crescimento do Serviço da Dívida		-4,32%	-14,97%
Juros / Receita Total Cobrada	1,12%	1,17%	0,79%
Juros / Despesa Total Paga	1,12%	1,18%	0,82%
Juros / Despesa de Capital Paga	2,67%	3,06%	2,18%
Serviço da Dívida / Receita Total Cobrada	11,89%	10,75%	7,23%
Serviço da Dívida / Despesa Total Paga	11,91%	10,88%	7,55%

Conforme se pode constatar neste quadro, verifica-se uma diminuição global dos encargos decorrentes do serviço da dívida municipal em 0,67% face ao ano anterior.

## IV. Estrutura Orçamental - Rácios

A execução orçamental e do plano traduzem a estratégia integrada da gestão do Município, exposta através de indicadores de gestão permitindo uma análise direta da evolução da entidade no último quadriénio.

**Quadro 23 - Rácios**

Rácios Receita	2010	2011	2012	2013
Imp.Directos/Rec. Correntes	46,32%	47,56%	47,34%	48,01%
Transf.Correntes/Rec. Correntes	39,64%	36,05%	33,28%	35,98%
Venda Bens e Serv./Rec. Corrente	9,25%	10,67%	7,60%	6,58%
Rec. Correntes / Rec. Totais	69,54%	70,85%	77,22%	62,72%
Rec. Capitais / Rec. Totais	30,35%	28,29%	21,23%	36,14%

Rácios Despesa	2010	2011	2012	2013
Pessoal/Desp. Correntes	44,49%	39,63%	31,63%	30,11%
Aq.Bens e Serv./Desp. Correntes	36,27%	41,95%	48,59%	52,29%
Investimentos/Desp. De Capital	61,83%	65,01%	60,35%	66,44%
Passivos Fin./Desp. De Capital	25,70%	25,08%	29,33%	21,44%
Desp. Correntes/Desp. Total	58,00%	61,33%	65,18%	62,29%
Desp. Capital/Desp.Total	42,00%	38,67%	34,82%	37,71%

Rácios Financeiros	2010	2011	2012	2013
Pessoal/Rec. Correntes	37,03%	33,90%	26,29%	28,64%
Amortiz+Juros/Rec. Totais	11,89%	10,75%	11,30%	8,44%
Rec.Correntes/Desp.Correntes	120,15%	116,89%	120,29%	105,14%
Rec.Capital/Desp.Capital	72,40%	74,02%	61,90%	100,08%



## PARTE II – ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

## V. Dívida Municipal

### Introdução

A continuidade da conjuntura económica de crise, resulta na necessidade de os governos manterem as finanças públicas saudáveis e sustentáveis, de forma a evitarem défices orçamentais excessivos, sendo um fator determinante para preservar a estabilidade de toda a área do euro e, consequentemente, exige a introdução de regras orçamentais específicas e rigorosas, através da inclusão da “regra de equilíbrio orçamental” e de um mecanismo para adoção de medidas corretivas.

Desta necessidade de controlo da execução orçamental, em particular, da despesa pública como garante do cumprimento das metas orçamentais do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), celebrado com a União Europeia (UE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE), a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso publicada (LCPA) a 21/02/2012, assumiu desde o ano económico de 2012, uma relevância particular, com o principal objetivo e motivação, o controlo dos pagamentos em atraso como critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF; a expressividade dos montantes de pagamentos em atraso das entidades públicas e a interrupção a acumulação de dívida.

Pelo princípio da solidariedade recíproca, os subsectores do sector público administrativo (SPA), nomeadamente o subsetor Autárquico, ficaram obrigados, através dos seus organismos a contribuírem proporcionalmente para a estabilidade orçamental, fixando limites específicos de endividamento das autarquias locais, compatíveis com o saldo orçamental calculado para todo o sector público administrativo, princípio este reforçado pela lei de enquadramento orçamental, com a sua nova redação dada pela Lei n.º 37/2013 de 14 de junho.

A Lei das Finanças Locais, apesar de impor limites, estes têm vindo sempre a ser constantemente alterados pela Lei de Orçamento de Estado (LOE), impondo limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo mais restritivos. A LOE para 2013, para além de impor novos limites de redução do endividamento líquido, impõe uma redução do nível dos pagamentos em atraso, introduz outra obrigação, nomeadamente a de utilização do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI) resultantes do processo de avaliação geral dos prédios urbanos na redução do endividamento de médio e longo prazo do município, tal como define o artigo 96º, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2013 de 24 de julho, que se abaixo se transcreve:

*1 – Até ao final do ano de 2013, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem para além das já previstas no PAEL, aprovado pelo*

*Decreto-Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL), em setembro de 2012.*

**2 – Revogado**

*3 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os municípios reduzem, até ao final do 1º semestre de 2013, e em acumulação com os já previstos no PAEL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, no mínimo 5% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012.*

*4 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto –Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60 -A/2011, de 30 de novembro, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município e ou, pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de junho de 2012.*

*5 — Os municípios que cumpram os limites de endividamento líquido calculado nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, podem substituir as reduções de endividamento referidas no número anterior por uma aplicação financeira a efetuar obrigatoriamente junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública — IGCP, E. P. E. (IGCP, E. P. E.), no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo.*

*6 — A aplicação financeira referida no número anterior é efetuada até 15 de Dezembro de 2013, só podendo ser utilizada para efeitos de redução de pagamentos em atraso há mais de 90 dias ou do endividamento municipal.*

*7 — No caso de incumprimento das obrigações previstas no presente artigo, há lugar a uma redução das transferências do Orçamento do Estado no montante equivalente a 20 % do valor da redução respetivamente em falta.*

Deste modo, iremos proceder numa primeira fase a uma análise à dívida no seu cômputo geral, seguida de uma análise em particular à dívida de médio e longo prazo e à dívida de curto prazo.

Como término do capítulo do endividamento analisaremos o nosso município em particular, face às exigências legais.

## Evolução da dívida global

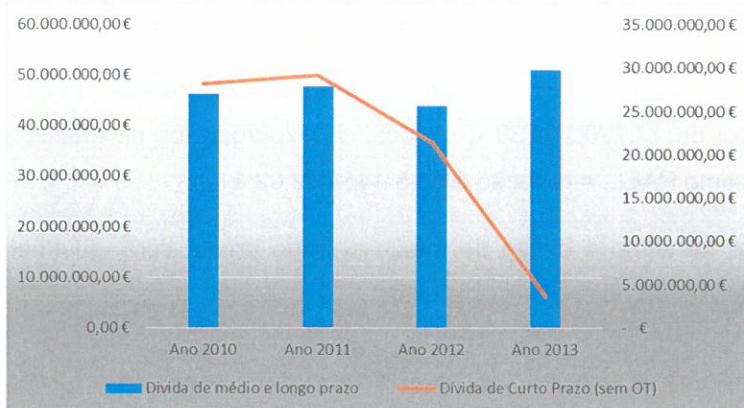
Na análise da dívida, apenas, examinaremos a dívida comercial e financeira, ou seja, será apenas tida em consideração as operações de natureza orçamental, excluindo as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do município.

O quadro que se encontra abaixo, retrata a evolução da dívida global do município desde 2010 até ao exercício económico em apreciação.

**Quadro 24 - Evolução da Dívida Global**

Descrição da Natureza da Dívida	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013			Valores em absoluto 2010/2013	Valores em absoluto 2012/2013
					Δ 2010/2013	Δ 2012/2013		
Dívida de médio e longo prazo	46.263.082,13 €	47.680.846,56 €	44.016.089,95 €	51.063.184,00 €	10,38%	16,01%	4.800.101,87 €	7.047.094,05 €
Dívida de curto prazo (sem OT)	28.181.990,42 €	29.156.359,29 €	21.361.955,57 €	3.591.663,18 €	-87,26%	-83,19%	- 24.590.327,24 €	- 17.770.292,39 €
Dívida Total	74.445.072,55 €	76.837.205,85 €	65.378.045,52 €	54.654.847,18 €	-26,58%	-16,40%	- 19.790.225,37 €	- 10.723.198,34 €

**Gráfico 11 - Evolução da Dívida Global**



Da análise do quadro, pode-se constatar que a dívida do município atingiu na gerência de 2013 o montante global de 54.654.847,18 €, montante este, que reflete uma abatimento em relação ao ano transato no montante 10.723.198,34 €. Este decréscimo tão acentuado da dívida é o reflexo da trajetória que o município adotou, na redução do seu nível de endividamento, quer ao nível do déficit público municipal, quer ao nível do déficit público nacional.

Em comparação com a gerência de 2012, o município, reduziu em 16,40% a sua dívida total, mas, se atendermos à gerência de 2011, altura em que a dívida global atingiu o seu pico, teve

uma redução de cerca de 28,87%, passou de 76.837.205,85 € para 54.654.847,18 €, diminui num espaço temporal de dois anos o montante de 22.182.358,67 €.

A componente da dívida de médio e longo prazo contribuiu para o aumento da dívida global, no montante de 7.047.094,05 €. Este aumento é explicado pela utilização do empréstimo que o município contratualizou com o governo português no âmbito do programa de apoio à economia local, no montante de 12.553.554,62 €, bem como da utilização do empréstimo BEI – no montante de 125.918,84 € referente à conceção/construção do pavilhão desportivo de Fiães.

Contudo, estas grandezas de valor não se encontram explanadas na sua plenitude na dívida de médio e longo prazo, em virtude das amortizações que se realizaram ao longo do ano de 2013, totalizaram o montante de 5.029.946,83 €, onde se encontram já refletidas as amortizações com o empréstimo PAEL.

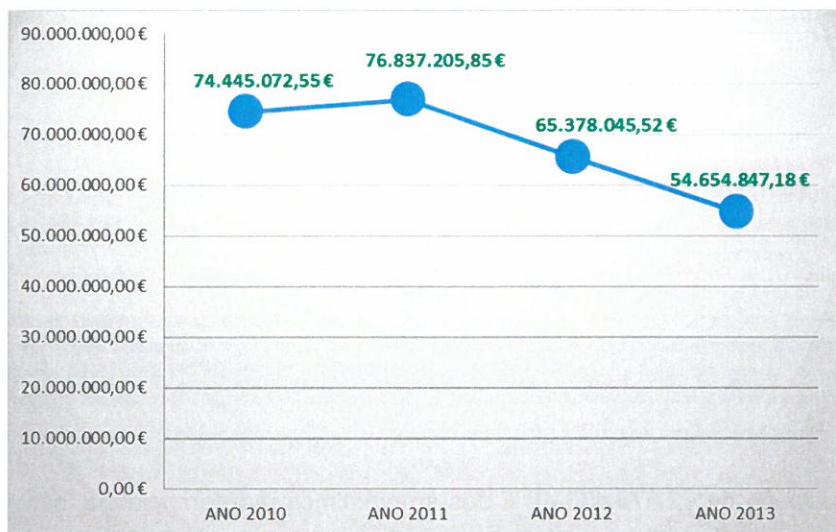
A contractualização deste empréstimo, em nada contribuiu para o aumento da dívida global do município, em virtude da natureza do empréstimo em causa, apenas ter permitido a passagem de uma dívida comercial/administrativa para uma dívida financeira.

A contribuição desta componente será analisada de uma forma mais exaustiva no capítulo dedicado à análise da dívida de médio e longo prazo.

Quanto à componente dívida de curto prazo, foi aquela que registou uma redução mais relevante, se analisarmos o período entre 2010 e 2013, a redução da dívida desta natureza traduziu-se em - 24.590.327,24 €, ou seja, -87,26%. Se atendermos apenas ao ano anterior esta diminuição foi de 17.770.292,39 € ao qual se expurgarmos os efeitos dos pagamentos devido ao empréstimo PAEL, a redução é de 5.445.609,02 €.

Esta componente, tal como a dívida de médio e longo prazo, será igualmente alvo de uma exposição mais detalhada no capítulo adequado.

**Gráfico 12 - Dívida Total**



Com efeito, os resultados obtidos essencialmente nestes dois últimos anos comprovam a tendência de redução do nível de endividamento do município e o seu esforço na consolidação orçamental. Demonstra, que o município soube adequar o seu orçamento à conjuntura económica de crise, através da promoção de um grande esforço de contenção e racionalização das suas despesas face às receitas arrecadadas.

Como resultado desta política, o município finalizou o ano de 2013 com 93,77% de liquidez imediata, este indicador mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando apenas os montantes de disponibilidades. Se analisarmos outros indicadores, tais como, liquidez reduzida (inclui mais o valor da dívida de clientes) a percentagem da capacidade do município solver as suas dívidas tempestivamente sobe para 163,23%.

O município conquistou uma posição extremamente confortável, face às novas exigências legais, situação que será explanada no Capítulo Análise da Capacidade do Endividamento do Município – Limites Legais.

#### Dívida de médio e longo prazo

Desde a gerência de 2010, que a tendência da dívida bancária tem sido pautada por uma diminuição progressiva, tendo sido interrompida na gerência em apreço, pela utilização dos empréstimos referentes ao Programa de Apoio à Economia Local, cuja utilização ascendeu a

12.553.554,62 €, bem como da utilização de parte do empréstimo referente ao BEI - conceção/construção do pavilhão desportivo de Fiães, no montante de 125.918,84 €.

**Quadro 25 - Dívida de Médio e Longo Prazo**

Dívida de médio e longo prazo	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Δ 2010/2013	Δ 2012/2013
- Empréstimos bancários	46.263.082,13 €	44.955.731,04 €	41.694.791,59 €	49.344.318,22 €	6,66%	18,35%
- Acordos de pagamento		2.725.115,52 €	2.321.298,36 €	1.718.865,78 €		-25,95%
Total	46.263.082,13 €	47.680.846,56 €	44.016.089,95 €	51.063.184,00 €	10,38%	16,01%

Apesar da utilização de 12.679.473,46 € dos empréstimos já referenciados, este valor não se refletiu na totalidade no aumento da dívida de médio e longo prazo, circunscrevendo-se apenas um aumento de 7.147.094,05 €.

Para tal, contribui o efeito das amortizações aos empréstimos, nomeadamente:

- PREDE com o Banco Bilbao e Viscaya foi o que originou uma queda mais acentuada no montante de 960.000,00 €, que finalizará no 1º semestre da gerência de 2014, dando-se início à amortização da parte correspondente ao financiamento do Estado;
- De seguida, o empréstimo que registou igualmente uma queda significativa no montante de 775.486,54 € foi o empréstimo do PAEL que não teve nenhum período de carência, iniciando-se a sua amortização após seis meses decorridos da utilização da 1ª tranche;
- Com um valor idêntico na amortização no montante de 746.992,34 € foi o empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Comum no âmbito do POPH e que finalizou em 2013, tendo ainda se iniciado a amortização do empréstimo correspondente ao Estado no montante de 240.000,00 €.

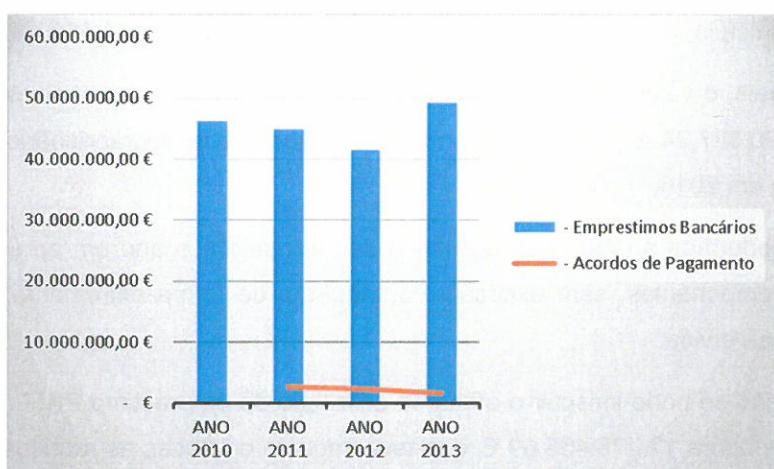
Por último, surge a componente das dívidas de médio e longo prazo, referente aos acordos de pagamento realizados com as empresas SIMRIA e Suldouro que em 2013 totalizavam o montante de 1.718.865,78 €.

Em dezembro de 2013, a direção geral da autoridade tributária e aduaneira, remeteu nos termos do artigo 96º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 51/2013, de 24 de junho, informação do apuramento da receita dos impostos sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, que para o caso do Município de Santa Maria da Feira importou numa variação positiva da receita de IMI no montante de 254.662,83 €.

Determina a lei que, como referenciado no preâmbulo, o aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município e ou, pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de junho de 2012.

O município no estrito cumprimento da lei, não considerou as amortizações ordinárias dos empréstimos, tendo procedido a uma redução extraordinária à dívida de médio e longo prazo, mas relativa aos acordos de pagamentos realizados em 2011. A redução da dívida acordada não se restringiu ao valor supra mencionado, mas dada a disponibilidade de tesouraria, o município amortizou o valor previsto para 2014 relativo ao fornecedor SIMRIA, no montante de 481.606,55€.

**Gráfico 13 - Dívida de Médio e Longo Prazo**



#### Dívida de curto prazo

A evolução da dívida de curto prazo desde 2010 até ao ano de 2013 encontra-se espelhada no seguinte quadro:

### Quadro 26 - Dívida de Curto Prazo

Dívida de curto prazo	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	$\Delta$ 2010/2013	$\Delta$ 2012/2013
Fornecedores conta corrente	13.680.664,11 €	14.526.848,15 €	11.108.345,63 €	1.439.528,19 €	-89,48%	-87,04%
Fornecedores de imobilizado	11.359.404,04 €	8.043.387,54 €	6.359.132,26 €	1.853.071,99 €	-83,69%	-70,86%
Estado e Outros Entes Públicos (sem OT)	13.656,67 €	1.863,52 €	- €	- €	-100,00%	0,00%
Administração Autárquica		86.070,56 €	59.815,43 €	11.575,35 €		-80,65%
Outros Credores (sem OT)	3.128.265,60 €	6.498.189,52 €	3.834.662,25 €	287.487,65 €	-90,81%	-92,50%
Total	28.181.990,42 €	29.156.359,29 €	21.361.955,57 €	3.591.663,18 €	-87,26%	-83,19%

A 31 de dezembro de 2013, e expurgando o montante de operações não orçamentais, nomeadamente, as garantias bancárias, por se tratar de um ato futuro que não decorre da atividade do município, o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 3.591.663,18 €.

Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminuiu de 2010 para 2013, em 24.590.327,24 €, que corresponde, a um abatimento extraordinário de -87,26% à dívida registada em 2010.

Porém, se procedermos a uma análise entre o ano transato e o ano em apreço, constata-se que todas as componentes, sem exceção, contribuíram de forma extremamente significativa para a redução da dívida.

Nesta análise, não se pode imiscuir o efeito da utilização do empréstimo PAEL, na redução da dívida que ascendeu a 12.478.455,69 €, que teve impacto em todas as rubricas, à exceção da rubrica Estado. É igualmente importante esclarecer que toda a dívida referenciada ao empréstimo PAEL, se referia a faturação anterior a novembro de 2011 e esta encontrava-se totalmente blindada, ou seja, o município não devia proceder ao seu pagamento. Esta situação trouxe muitos constrangimentos ao município, nomeadamente, o montante de juros de mora, que o município teve que suportar.

Independentemente do efeito PAEL, em regra, quer a componente fornecedores - conta corrente e imobilizado -, quer a outros credores, mantém-se a tendência de diminuição dos níveis da dívida de curto prazo encetada desde 2011, o que é de todo compreensível atendendo que os níveis da dívida inerente à atividade operacional do município, nas componentes mencionadas, se encontram estabilizados, já que na presente data o prazo médio de pagamento do município ronda os 61 dias.

Note-se que a faturação por pagar à data de 31 de dezembro de 2013 referia-se essencialmente a faturação do mês de dezembro, faturação essa que à data ainda não estava conferida e não estava vencida.

Por último, não podemos deixar de referir, que o Estado tem demorado demasiado tempo na libertação dos pedidos de pagamento referentes a projetos cofinanciados, valor esse, que no final de 2013 ascendia a 2.474.737,94 €, cujos investimentos alvo de comparticipação já foram pagos, na sua maioria, pelo município.

#### Prazo médio de pagamento

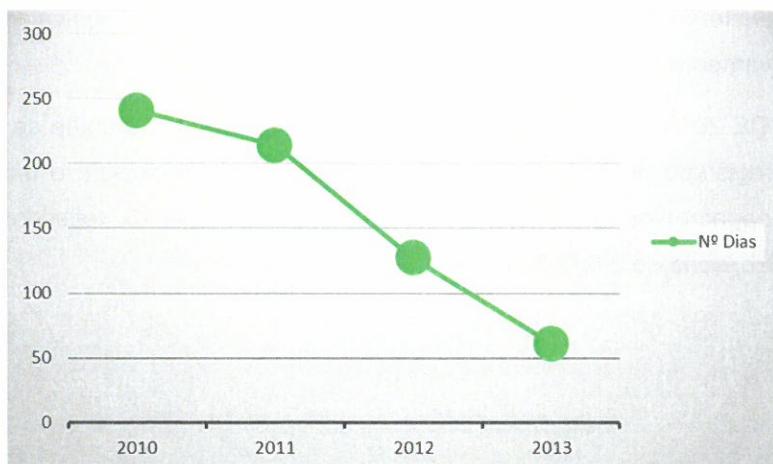
O cálculo do prazo médio de pagamentos é realizado com base no Despacho n.º 98760/2009, de 13 de abril, publicado no DR n.º 71, 2ª Série Parte C, que abrange as dívidas de curto prazo a fornecedores, que correspondem à soma das contas de classificação orçamental e patrimonial 22, 252, 261, 265, 266 e 267 do POCAL, enquanto as aquisições de bens e serviços, correspondem à soma das contas 31 e 62 e das aquisições de imobilizado registadas nas contas 42, 442, 445, e 45 do POCAL.

Importa referir a trajetória decrescente e constante do prazo médio de pagamento a fornecedores desde 2010, que atingiu em 2013, 61 dias, o que releva o rigor com que o município se tem pautado para honrar os seus compromissos.

**Quadro 27 - Prazo Médio Pagamentos**

PMP		2010	2011	2012	2013
Anos	Nº Dias	241	214	127	61

**Gráfico 14 - Prazo Médio Pagamentos**



Em síntese, desde 2011, o município apresenta um nível de endividamento global decrescente, tendo em 2013, atingido o montante de 54.654.847,18 €, sendo de salientar:

- A diminuição da recuperação da dívida de curto prazo municipal, que passou de mais de um ano em 2011 para cerca de um mês, tendo em conta as receitas regulares expurgadas das despesas rígidas e vinculadas (despesas com pessoal + juros EMLP);
- A grande taxa de cobertura da dívida municipal pela receita total disponível, sem considerar os passivos financeiros cobrados que atinge em 2013, 117,43%.

Uma situação financeira de curto prazo equilibrada, caracterizada por:

- Reduzidos montantes em dívida desta natureza (2013: 4.751.373,94 €);
- Elevado saldo orçamental, que permite uma taxa de cobertura da dívida correspondente em 93,77%;
- Prazo médio de pagamentos a terceiros e a fornecedores atingiu em 2013 os 61 dias.

### Pagamentos em atraso

De acordo com o previsto no n.º1 do artigo 96º do OE 2013, o município deverá reduzir no mínimo, 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação da Administração Local (SIIAL) em setembro de 2012, para além das já previstas no PAEL.

O n.º 3 do artigo 96º do OE 2013, refere que o município deverá ainda, até ao final do 1º semestre de 2013, e em acumulação com os já previstos no PAEL, reduzir no mínimo 5% de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012.

No caso de incumprimento das reduções referidas anteriormente, o OE 2013 prevê uma redução das transferências do Orçamento de Estado no montante equivalente ao valor da redução respetivamente em falta.

Nos termos do OE 2013, o município estava obrigado a reduzir o montante de 1.924.071,22 € (10% do valor registado no SIIAL à data de setembro de 2012). Assim, o montante máximo permitido para pagamentos em atraso à data de dezembro de 2013, refletido a utilização do empréstimo PAEL, seria de 2.683.335,26 €.

#### Quadro 28 - Pagamentos em Atraso

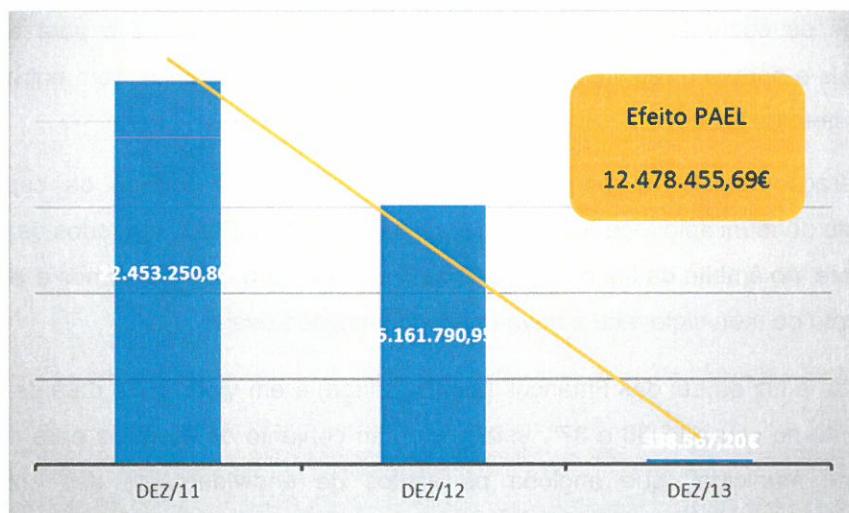
Valores a dezembro de 2012	15.161.790,95 €
PAEL	12.478.455,69 €
Valor a considerar a 31/12/2013	<b>2.683.335,26 €</b>

Note-se, que o Município de Santa Maria da Feira, à data de 31 de dezembro de 2012, já cumpria com o estabelecido por lei.

Todavia, o montante apurado em pagamentos em atraso, superou o previsto no OE 2013, reduzindo o valor do stock dos pagamentos em atraso de 2012 para 2013 para 338.567,20 €. A DGAL, infere que, as faturas que à data de setembro de 2011, se encontravam referenciadas como pagamentos em atraso mas tenham sido posteriormente alvo de acordo de pagamento, devem ser consideradas no montante de pagamentos em atraso, que no caso do município ascende ao montante de 68.455,49 €, alcançando o montante de 407.022,69 €.

O esforço suplementar de redução traduziu-se no montante de 2.344.768,06 €, se considerarmos apenas o valor registado no SIAL.

**Gráfico 15 – Evolução dos pagamentos em atraso**



O Município de Santa Maria da Feira, ao longo de 2013 consolidou a sua situação financeira. Para além de não ter acumulado despesa por pagar de 2013, conseguiu anular os pagamentos em atraso, para além do efeito PAEL, no montante de 2.344.768,06 €.

## VI. Análise da capacidade de endividamento do município

O memorando de entendimento assinado pelo governo português e a troika tinham como objetivos:

- a garantia da implementação integral do quadro consagrada na Lei de Enquadramento Orçamental, com as alterações necessárias, nomeadamente na LFL, quanto à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro do governo local, ao quadro plurianual de despesas, à programação orçamental, ao equilíbrio orçamental e às regras de endividamento;
- a redução das transferências para as Autarquias Locais;
- a modificação na tributação da propriedade, devendo as transferências do Estado para as Autarquias Locais ser revistas para garantir que as receitas adicionais serão utilizadas exclusivamente para consolidação orçamental;
- reforço da coordenação entre o Estado e as Autarquias Locais no domínio orçamental.

De forma a cumprir estas obrigações impostas no memorando de assistência económica e financeira ao governo português, foi publicada a 3 de setembro de 2013 a nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013), com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2014, e publicada a Lei n.º 75/2013 a 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico das transferências de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, com entrada em vigor a 29 de setembro de 2013.

Dada a alteração legislativa mencionada, iremos proceder à análise da capacidade de endividamento do município face à lei em vigor à data de 31/12/2013, em todos os seus limites. Posteriormente, no âmbito da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, procederemos à verificação do posicionamento do município face à nova Lei das Finanças Locais.

Assim, e ainda à luz da Lei das Finanças Locais (antiga) e em vigor até à data de 31/12/2013, nomeadamente no seu art.º 36º e 37º, estabelece um conjunto de medidas para o controlo do endividamento municipal, que engloba os efeitos de endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), caso estas se encontram em incumprimentos das regras de equilíbrio de contas, conforme o previsto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os serviços municipalizados e as associações de municípios na proporção da sua participação no capital social, bem como a imposição de limites ao endividamento municipal.

De acordo com o estabelecido no artigo 36º da Lei das Finanças Locais n.º 2/2007 de 15 de janeiro, o endividamento líquido municipal é igual à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo os empréstimos contraídos, os contratos de locação

financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

A Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, estabelece três tipos de limites: o limite de endividamento líquido, o limite de empréstimos de médio prazo e o limite de empréstimos de curto prazo.

Relativamente ao limite de endividamento líquido, este corresponde ao stock de 125% das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e das participações do sector empresarial local.

Quanto ao limite dos empréstimos de médio e longo prazo, o montante da dívida do município referente a empréstimos desta natureza não pode exceder, em 31 de dezembro de cada ano, o montante das receitas referidas no parágrafo anterior. Contudo, os artigos 39º e 61º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, refere que ficam excluídos dos limites de endividamento, referidos anteriormente, determinados empréstimos.

Quanto ao limite dos empréstimos de curto prazo, este não pode exceder 10% do stock do conjunto de recursos próprios já referidos num parágrafo acima.

Porém, estes limites têm sido sempre alterados pela Lei do Orçamento de Estado que restringe os limites definidos pela Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro.

Neste âmbito, no n.º 1 do art. 98º da LOE para 2013, Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, vem impor como principal objetivo assegurar uma variação global nula do endividamento líquido municipal no seu conjunto, o que corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no n.º 1 do artigo 37º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio.

Quanto ao limite de endividamento bancário de médio e longo prazo para 2013 (n.º 2 a 5 do art. 98º da LOE para 2013), é imposto que a celebração de novos contratos de empréstimos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, tendo que para o efeito estar garantido o cumprimento do limite do endividamento líquido.

## Limites Legais de Endividamento Municipal

Conforme o preceituado atrás, o limite de endividamento do Município de Santa Maria da Feira, para 2013 será o menor dos limites, de acordo com os seguintes parâmetros

- a) No âmbito das imposições da LOE para 2013

**Quadro 29 - Limites de Endividamento - LOE**

<i>Limite ao Endividamento Líquido - art. 98º n.º 1 LOE 2013 *</i>	30.347.434 €	<i>Publicitado pela DGAL no site oficial</i>
<i>Limite ao endividamento de médio e longo prazo, art. 98 n.º3 LOE 2013 - a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município</i>	36.186.749 €	

\* valor referente a 31/12/2011

- b) No âmbito da LFL

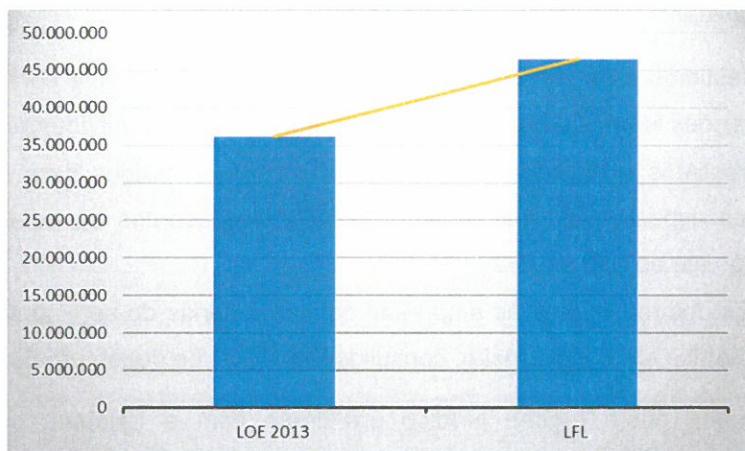
**Quadro 30 - Limites de Endividamento – LFL**

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2013 - dezembro				
RECEITAS MUNICIPAIS	Receitas cobradas brutas (1)	Reembolsos e restituições pagos (2)	Receita cobrada líquida (3)=(1)-(2)	Observações
<b>TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*</b>	<b>19.511.027,66</b>	<b>352.398,82 €</b>	<b>19.158.628,84</b>	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	13.096.411,52	120.506,45 €	12.975.905,07	
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	4.114.954,68	231.641,07 €	3.883.113,61	
Imposto Único de Circulação (IUC)**	2.284.271,22	51,30 €	2.284.219,92	
Contribuição Autárquica	6.236,25		6.236,25	
Imposto Municipal de Sisa	9.153,99		9.153,99	
<b>DERRAMA*</b>	<b>2.164.993,02</b>		<b>2.164.993,02</b>	
<b>TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*</b>	<b>21.676.020,68</b>	<b>352.398,82 €</b>	<b>21.323.621,86 (A)</b>	
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*	-	-	41.629,96 (B)	
FEF + IRS (MAPA XIX DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013)	-	-	15.880.993,45 (C)	
<b>TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.246.245,27 (D) = (A) + (B) + (C)</b>	

<i>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO</i>	-	-	3.724.624,53 (E) = 10% × (D)
<i>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS</i>	-	-	37.246.245,27 (F) = 100% × (D)
<i>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</i>	-	-	46.557.806,59 (G) = 125% × (D)

Como se pode constatar pelos quadros supra, o limite para o ano de 2013, é o imposto pela LOE para 2013, em virtude de ser o mais restritivo. Este limite ao endividamento líquido para 2013, é menor do que a Lei das Finanças Locais em 10.371.057 €.

**Gráfico 16 - Comparação do Limite de Endividamento entre LOE e LFL**



No final do presente capítulo, procederemos à análise da dívida total do município à luz da nova Lei das Finanças Locais que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, de forma a perceber em que contexto se encontra o município face aos novos limites, bem como calcular a margem possível de crescimento/endividamento, sendo que, esta será meramente indicativa, pois o município ainda não detém as contas definitivas de todas as entidades que agora relevam para efeitos de endividamento municipal.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, vem considerar outro conceito de dívida, deixando de existir os três limites ao endividamento (endividamento líquido, endividamento de médio e longo prazo e endividamento de curto prazo), circunscrevendo-se apenas um limite, o de dívida total.

Assim, n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, define dívida total, que se refere à dívida de operações orçamentais do município, incluída as entidades previstas no art. 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo refere que a dívida total de operações orçamentais engloba:

- Os empréstimos, tal como definidos no nº 1 do artigo 49º;
- Os contratos de locação financeira;
- Quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios (ou outras entidades relevantes) junto de instituições financeiras;
- Todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

As exceções ao endividamento desaparecem na nova Lei das Finanças Locais, admitindo-se a ultrapassagem do limite em caso de calamidade pública. No caso em que um município cumpra o limite de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no art. 52º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da



presente lei, não deve ser sujeito a sanções (art. 84 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro). Consideram-se dívidas excecionadas as seguintes:

- Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento;
- Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995;
- As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

Uma das novidades deste regime jurídico prende-se com a trajetória de crescimento / ajustamento que um município deve ter, quer cumpra com os limites ou não. A antiga lei das Finanças Locais apenas previa uma trajetória de ajustamento no caso de incumprimento do limite.

Sempre que um município:

- Não cumpra o limite, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, do previsto na secção III, que se refere ao alerta precoce e recuperação financeira.
- Cumpra o limite, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios

Como já referimos anteriormente, no final do presente capítulo efetuaremos uma súmula da posição do município face ao novo regime financeiro.

### Entidades relevantes para os limites legais

Para o enquadramento do endividamento quer na atual Lei das Finanças Locais quer na nova Lei, é consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), os serviços municipalizados, as associações de municípios, na proporção da sua participação, têm que ser avaliadas, pelo que é importante desde logo identificar as entidades relevantes para este efeito.

Com a alteração do regime jurídico da atividade empresarial (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), e tendo em consideração a Lei das Finanças Locais n.º 2/2007 de 15 janeiro, subsistiam

dúvidas acerca do endividamento municipal às associações, excluindo as de municípios, as cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, participadas pelo município.

Estas dúvidas colocam-se, devido à Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, que estabelece no n.º 2 do artigo 36º o conceito de endividamento líquido total que inclui:

- a) O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social;
- b) O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

As entidades a que, o antigo regime jurídico da atividade empresarial alude, são as sociedades comerciais, nas quais o município detém direta ou indiretamente uma participação social.

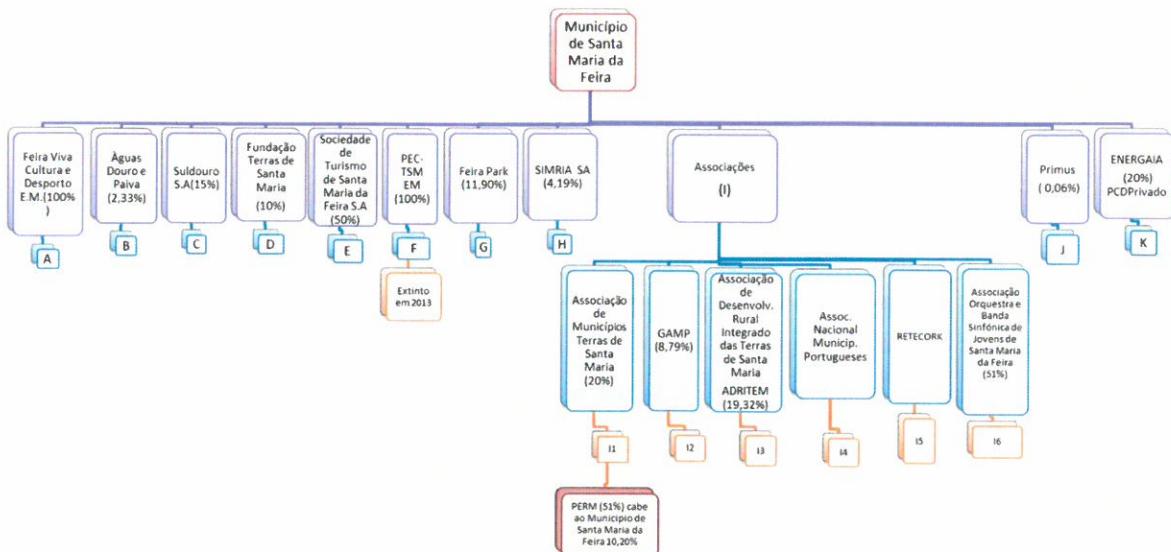
Apesar de a antiga LFL não contemplar as cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa participadas pelo município, para efeitos de cálculo do endividamento, à luz na nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, vem no seu artigo 54º identificar as entidades que são relevantes para efeitos de limites da dívida total e que se encontra em coerência com a Lei n.º 50/2012 de 30 de agosto.

As possíveis dúvidas existentes ficam dirimidas, pelo que, apesar da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro ter aplicação somente a 01/01/2014, o município, por cautela, e dadas as dúvidas suscitadas, irá incluir no endividamento as entidades referidas na Lei n.º 50/2012 de 30 de agosto.

Assim, o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) poderá ser nulo no caso de ser cumprida a regra do equilíbrio de contas.

No esquema infra identifica-se, o organograma do perímetro das entidades relativas ao Município de Santa Maria da Feira.

## Esquema n.º 1



Após a delimitação do perímetro das entidades do município, apresenta-se um quadro demonstrativo das entidades que podem ser suscetíveis de relevar para efeitos de endividamento líquido:

**Quadro 31 - Entidades Participadas**

Ano 2013

Entidades Participadas	Parcela detida (1)	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Resultado Operacional	Gastos Financeiros	Ano a que respeita
Feira Viva EEM	942.230,83 €	100,00%	1.146.337,37 €	33.718,52 €	56.816,11 €	26.817,66 €	2013
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	334.000,00 €	50,00%	- 92.218,62 €	- 32.976,87 €	- 6.681,76 €	839,82 €	2013
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	30.000,00 €	20,00%	6.162,98 €	- 81.785,67 €	- 80.573,53 €	1.212,14 €	2013
Suldouro (2)	510.000,00 €	15,00%	10.790.135,71 €	1.726.521,35 €	2.423.036,00 €	524.005,00 €	2013
FeiraPark	75.000,00 €	11,90%	121.158,87 €	- 129.640,73 €	- 129.640,73 €		2013
PERM SA	520,20 €	10,20%	3.344.327,84 €	2.943,20 €	47.997,57 €	43.985,21 €	2013
Fundação Terras de Santa Maria - Isvouga	4.987,98 €	10,00%	4.236.374,10 €	109.495,12 €	109.495,12 €	- €	2012
Simria (2)	700.120,00 €	4,19%	17.994.973,00 €	914.977,00 €	6.131.207,00 €	5.203.066,00 €	2013
Águas Douro e Paiva (2)	484.750,00 €	2,33%	29.314.828,47 €	2.280.683,09 €	8.089.785,64 €	5.416.124,03 €	2013
Primus	499,00 €	0,06%	200.947,43 €	- 2.904,78 €	- 2.793,89 €	- €	2013

(1) Valor de aquisição

(2) Empresas que não integram o Sector Empresarial Local

De acordo com o já referido anteriormente, o endividamento das entidades de natureza empresarial das participadas pelo município apenas relevam para efeitos dos respetivos limites, caso não apresentem resultados anuais equilibrados.

O cumprimento da indicada regra de equilíbrio pode ser aferido numa ótica anual ou plurianual (cfr. n.º 1 e 5 do art.º 40, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto), sendo necessário, neste último caso, a apresentação de um plano previsional à IGF, o que não se verificou relativamente a qualquer das empresas referidas.

Da apreciação das contas anuais de 2013, das entidades em causa e, aplicando a regra do equilíbrio anual, conclui-se que as entidades que violam tal princípio são:

**Quadro 32 - Entidades Participadas que relevam para o endividamento**

Entidades Participadas	% Capital Detido	Resultado Líquido	Activo a considerar	Passivo a considerar	Valor a imputar endividamento municipal
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50,00%	- 32.976,87 €	40.557,26 €	433.571,38 €	196.507,06 €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	- 81.785,67 €	610.920,57 €	606.032,79 €	
FeiraPark	11,90%	- 129.640,73 €	56.199,49 €	153.737,32 €	11.607,00 €

Assim, aplicando, relativamente ao exercício de 2013, a regra de equilíbrio anual de contas às empresas participadas pelo Município de Santa Maria da Feira, verificámos que:

- A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA “ e a “ FeiraPark “ apresentam contas desequilibradas, pois os resultados líquidos apresentam saldos devedores, não tendo sido também efetuado, em tempo útil, qualquer transferência pelo município, para colmatar o desequilíbrio verificado (na percentagem de participação), contribuindo, por isso, para todos os limites do endividamento municipal.
- A empresa “Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto” também apresenta contas desequilibradas, pois o resultado líquido apresenta um saldo devedor, não tendo sido também efetuado, em tempo útil, qualquer transferência pelo município para colmatar o desequilíbrio verificado (na percentagem de participação). No entanto, o valor dos ativos financeiros é superior ao dos passivos financeiros relevantes para o apuramento do endividamento líquido, pelo que, nos termos legais, essa entidade não releva para o respetivo limite legal.

O Município de Santa Maria da Feira detém participações em diversas entidades, tais como:

### Quadro 33 - Outras Participações

Ano 2013

Entidades Participadas (Outras participações )	% a aplicar	Critério Adoptado	Resultados Líquidos	Ativo a considerar	Passivo a considerar
Associação Municípios Terras Santa Maria	20,00%	Peso na participação das despesas de funcionamento	19.439,52 €	791.899,85 €	696.080,86 €
Adritem - Associação de desenvolvimento rural integrado das Terras de Santa Maria <sup>1</sup>	19,32%	Peso na participação das quotas	7.603,68 €	232.796,72 €	172.770,56 €
GAMP	8,21%	Peso na participação das despesas de funcionamento	- 1.052.819,64 €	7.038.883,06 €	120.470,92 €
Reteckork	3,71%	Peso na participação das quotas	- 112.832,27 €	110.077,73 €	91.279,31 €

<sup>1</sup> os valores remetidos são provisórios pelo que poderá existir alguma alteração

Tal como acontece com as empresas participadas, as outras entidades em que o município detém “Outras Participações”, apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos.

Assim, aplicando, relativamente ao exercício de 2013, a regra de equilíbrio anual de contas às empresas que o Município de Santa Maria da Feira detém “Outras participações”, verificámos que:

- A GAMP e a RETECKORK, apresentam contas desequilibradas, pois o resultado líquido apresenta um saldo devedor, não tendo sido também efetuado, em tempo útil, qualquer transferência pelo município para colmatar o desequilíbrio verificado (na percentagem de participação). No entanto, o valor dos ativos financeiros é superior ao dos passivos financeiros relevantes para o apuramento do endividamento líquido, pelo que, nos termos legais, essa entidade não releva para o respetivo limite legal.

### Endividamento de curto prazo

Relativamente ao empréstimo de curto prazo, o cálculo dos limites continua a vigorar conforme os termos do n.º 1 do artigo 39º da Lei das Finanças Locais n.º 2/2007 de 15 de janeiro, pelo que o montante dos contratos de empréstimos a curto prazo não poderia exceder, em qualquer momento do ano, 10% de 37.246.245,27 €. No ano de 2013 foi contratualizado um empréstimo de curto prazo até ao montante de 3.500.000,00 €, com o Banco Santander Totta, tendo sido utilizado apenas 1.000.000,00 €, ou seja, 28% do permitido. Todo o empréstimo foi amortizado até 31 de dezembro de 2013, não relevando, por isso, para efeitos de endividamento.

## Endividamento de médio e longo prazo

A Lei das Finanças Locais n.º 2/2007 de 15 de janeiro, define que, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, devem ser considerados todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os empréstimos obrigacionistas, bem como, se for esse caso disso, os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de dezembro do ano em causa.

A Lei das Finanças Locais n.º 2/2007 de 15 de janeiro, no n.º 5 e n.º 6 do artigo 39º, define os regimes excepcionais para determinados empréstimos e que não concorrem para efeitos de endividamento, quer de médio e longo prazo, quer para efeitos de endividamento líquido.

No âmbito da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013, e conforme já mencionado atrás o limite de endividamento de médio e longo prazo para o Município de Santa Maria da Feira é de 36.186.749,00 €.

Atendendo ao exposto, e com a inclusão de todas as entidades participadas que concorrem para o endividamento, insere-se um quadro ilustrativo da posição do município face ao limite imposto.

**Quadro 34 - Posição do Município**

Situação do município face ao limite de endividamento de médio e longo prazos a 31/12/2013	
Empréstimos bancários de médio e longo prazos em dívida a 31/12/2013	49.344.318,22 €
Empréstimos em dívida excecionados aos limites de endividamento	18.285.540,76 €
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	31.061.935,97 €
Limite ao endividamento de médio e longo prazo	36.186.749,00 €
Capacidade de endividamento não utilizada	5.124.813,03 €

Como se pode constatar pelo quadro acima referenciado, ficou por utilizar uma capacidade de endividamento de médio e longo prazo no valor de 5.124.813,03 €, ou seja, foi utilizada 86% da capacidade de endividamento de médio e longo prazo, mesmo tendo em consideração os condicionamentos impostos pela Lei do OE 2013.

## Endividamento líquido

Pelo exposto no ponto “Entidades relevantes para os limites legais”, verificamos que no cômputo geral, as sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio das contas, e que têm impacto no endividamento do município, continuam a ser, a Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira que contribui em 196.507,06 € e a empresa FeiraPark que contribui em 11.607,00€.

Apesar do impacto negativo que estas entidades têm no endividamento líquido municipal, o Município de Santa Maria da Feira apresentou uma margem de endividamento líquido no valor de 25.651.698,55 €, contribuindo para a redução do défice do setor público administrativo.

**Quadro 35 - Apuramento da situação de Endividamento**

4. APURAMENTO DA SITUAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO

Designação		Observações
TOTAL ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO CURTO PRAZO	- €	(A) = Saldo credor conta 2311
EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO NÃO AMORTIZADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DO ANO EM CAUSA	- €	(B) = Saldo credor conta 2311 em 31 de Dezembro
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS MUNICÍPIO	49 344.318,22 €	(C) = Saldo credor conta 2312
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICÍPIO	22 773.162,15 €	(D) = Passivos - Activos da linha (A) do Quadro 2. Activos e passivos financeiros
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.158,51 €	(E) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazos*
CONTRIBUIÇÃO AM, SM E SEL PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	208.114,06 €	(F) = Total das contribuições AM, SM e SEL para o endividamento líquido*
CAPITAL EM DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	18 285.540,76 €	(G) = Campo A do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
DÍVIDAS À EDP 1988	- €	(H) = Campo B do recapitulativo do Quadro 3. Endividamento de médio e longo prazos
CAPITAL EM DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS A CONSIDERAR	31 061.935,97 €	(I) = (C) + (E) - (G) + (B)*
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A CONSIDERAR	4 695.735,45 €	(J) = (D) + (F) - (G) - (H)
<b>Límites endividamento municipal (recapitulativo)</b>		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	3.724.624,53 €	(K) = Campo (E) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	36.186.749,00 €	(L) = Campo (F) do Quadro 1
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	30.347.434,00 €	(M) = Campo (G) do Quadro 1
<b>Situação face aos limites</b>		
ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO	Excesso Margem	3.724.624,53 € (N) = Excesso, se (A) > (K). (N) = Margem, se (A) < (K)
ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	Excesso Margem	5.124.813,03 € (O) = Excesso, se (I) > (L). (O) = Margem, se (I) < (L)
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	Excesso Margem	25.651.698,55 € (P) = Excesso, se (J) > (M). (P) = Margem, se (J) < (M)

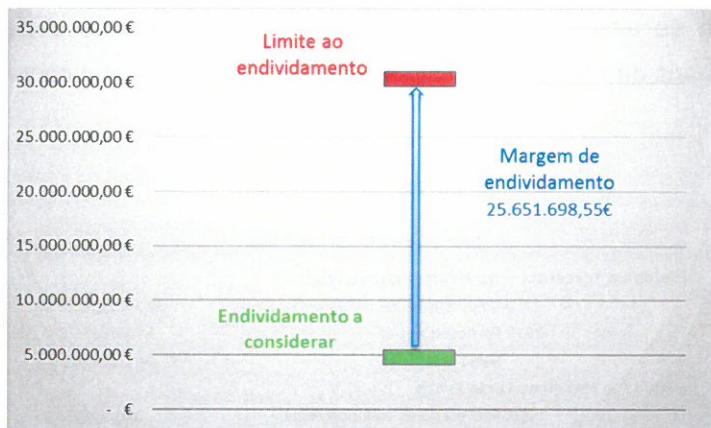
\* O valor deve corresponder ao somatório das contribuições das entidades inscritas no formulário AM, SM e SEL para este tipo de endividamento.

\*\* Apenas no último trimestre do ano em causa.

Apesar de todas as restrições e limitações ao normal funcionamento da autarquia durante o exercício de 2013, é de registar que o Município de Santa Maria da Feira superou as suas obrigações legais, tendo diminuído em 74,40% face ao endividamento líquido de 2012, e se,

comparado com o limite de endividamento líquido, utilizou apenas 15,47% da margem, estabelecendo-se no montante de 4.695.735,45 €.

**Gráfico 17 - Limite/Margem Endividamento**



## Endividamento – Lei 73/2013

Como já foi referido anteriormente, o presente capítulo terá como propósito, uma apreciação ao posicionamento do Município de Santa Maria da Feira, face ao novo enquadramento legislativo. Mais se previne, que esta análise poderá ser alvo de ajustamentos, em virtude de o município ainda não deter em sua posse, todas as contas validadas pelas diversas entidades das quais fazem parte do perímetro do endividamento do município,

Procederemos, primeiramente ao cálculo do limite da dívida total a 01/01/2014, de forma a apurar face às novas regras, qual a situação que o município detém:

**Quadro 36 - Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2013**

	Receitas Correntes Líquidas	Montante	Observações
Ano			
	2010	42.951.956,11	
	2011	45.226.930,25	Artigo 52º nº1 da LFL 03/09/2013 a
	2012	44.927.158,57	dívida de operações orçamentais não
	Total	133.106.044,93	pode ultrapassar a 31/12, 1,5 vezes a
Valor de referência		44.368.681,64	média da receita corrente líquida cobrada
Límite máximo 150% a 31/12/2013		66.553.022,47	nos três exercícios anteriores

Deste modo, o limite máximo permitido, será o montante de 66.553.022,47€, valor este que terá que incluir toda a dívida de operações orçamentais, quer do município, quer de todas as entidades que fazem parte do perímetro de endividamento.

Importa registar que passa a relevar para efeitos dos limites de endividamento mais uma entidade por força da alteração legislativa, a Associação Orquestra e Banda sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, uma vez que o município detém o seu controlo (alínea e), nº 1 do art. 54º).

**Quadro 37 - Balanço**

Balanço - a 31/12/2013 - Município		
<b>Dividas a Terceiros - de Médio e Longo Prazo</b>		
2312 Emprestimos de medio e longo prazo	49.344.318,22 €	
2212 Fornecedores cc	1.718.865,78 €	
<b>SubTotal</b>	<b>51.063.184,00 €</b>	
<b>Dividas a terceiros Curto Prazo</b>		
221 Fornecedores conta corrente	376.505,29 €	
228 Fornecedores cc - faturas recepção	1.063.022,90 €	
261 Fornecedores imobilizado	541.115,79 €	
268 Fornecedores imob - faturas recepç	1.311.956,20 €	
24 Estado e Outros Entes Públicos	198.843,78 €	
264 Administração Autárquica	11.575,35 €	
262+263+267+268 Outros Credores	313.660,93 €	
222+2612+262 Garantias e cauções	934.693,70 €	
<b>SubTotal</b>	<b>4.751.373,94 €</b>	
<b>TOTAL Balanço</b>	<b>55.814.557,94 €</b>	
<b>Operações de Tesouraria</b>		
	1.159.710,76 €	
<b>Total dívida de operações orçamentais Município</b>	<b>54.654.847,18 €</b>	

Conforme o preceituado na lei, se considerarmos apenas o município, este encontra-se com 82,12% face à média das receitas correntes líquidas e com 123,18% se compararmos com o limite máximo.

Se incluirmos as entidades relevantes para o endividamento<sup>1</sup>, a situação afigura-se do seguinte modo:

**Quadro 38 - Dívida do Município com as participadas**

Total dívida de operações orçamentais município	54.654.846,36 €
Total dívidas das entidades relevantes para efeitos de endividamento	575.239,51 €
Total dívida do Município + Participadas à data de 31/12/2013	55.230.086,69 €

<sup>1</sup>Valores sujeitos a retificação

A inclusão das entidades onera ligeiramente a posição do município em 82,99% em relação à média das receitas correntes líquidas e 124,48%, em relação ao limite máximo.

Apesar do município se encontrar acima da média das receitas correntes líquidas, detém uma margem face ao limite a 31/12/2013, no montante de 10.861.405,05 €, cumprindo integralmente a lei.

Contudo, e uma vez que o montante total em dívida é superior à média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, os Exmos. Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo serão informados, bem como os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e das autarquias locais (n.º 1 do art. 56º da Lei 73/2013 de 3 de setembro) da ultrapassagem da média.

Tal como o referenciado atrás, a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, inova, aplicando regras, não só para quem se encontra em incumprimento, bem como para quem cumpre, impondo um limite ao crescimento, 20% face à margem.

A aferição da margem de crescimento para 2014, encontra-se refletida no quadro infra:

**Quadro 39 - Cálculo da média das receitas correntes líquidas à data de 31/12/2014**

	Receitas Correntes Líquidas	Montante	Observações
Ano			
2011	45.226.930,25		
2012	44.927.158,57		Artigo 52º nº 1 da LFL 03/09/2013 a dívida de operações orçamentais não pode ultrapassar a
2013	48.616.701,73		31/12, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores
Total	138.770.790,55		
Valor de referência	46.256.930,18		
Límite máximo 150%	69.385.395,28		

**Quadro 40 - Limites para 2014**

LIMITES PARA 2014	
Dívida total a 31/12	55.230.086,69 €
Margem total	14.155.308,58 €
Possibilidade de crescimento	2.831.061,72 €
<b>Límite máximo a final de 31/12/2014<sup>1</sup></b>	<b>58.061.148,41 €</b>

<sup>1</sup> Valor sujeito a confirmação

Como se pode constatar o Município, detém uma possibilidade de crescimento da sua dívida total, para 2014, em cerca de 2.831.061,72 €.

Apraz-nos participar que o Município, se encontra em cumprimento face às novas regras, não tendo que recorrer ao articulado no nº 1 do art. 84º, que infere que o município não deve ser sujeito a sanções, caso cumpra os limites de endividamento à data da entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52º apenas por efeito da existência de dívidas excecionadas constituídas em data anterior à entrada da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

## VII. Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Os recentes diplomas legais publicados, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e a Lei do Orçamento do Estado de 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), vieram estabelecer um conjunto de regras a observar pela administração local no que concerne à cabimentação e assunção de compromissos, o que impele a uma reorganização e racionalização das despesas públicas, deixando a ênfase da fase do *pagamento* para se focar na assunção do *compromisso*.

Neste contexto, foi publicado a 21 de junho o Decreto-Lei n.º 127/2012 que visa estabelecer, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, esclarecendo alguns dos conceitos previstos na LCPA.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, tendo por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

Para efeitos da candidatura, os municípios foram distribuídos, em função da sua atual situação financeira, por dois Programas:

1. **Programa I**, destinado a municípios que:

- a. Se encontrem abrangidos por plano de reequilíbrio financeiro;
- b. A 31 de dezembro se encontravam numa situação de desequilíbrio estrutural;

c. Aqueles que, não se encontrando nas situações descritas, tenham pagamentos em atraso e optem por este programa.

**2. Programa II**, destinado aos restantes municípios que, em 31 de março de 2011 tivessem pagamentos em atraso (há mais de 90 dias).

No âmbito desta candidatura, o Município de Santa Maria da Feira, como não se enquadrava no Programa I, foi direcionado para o Programa II, consubstanciando-se o valor dos pagamentos em atraso (dívidas vencidas há mais de 90 dias registadas a 31/03/2012), de acordo com a informação reportada para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), em 14.823.441,42 €, tendo sido considerado como valor elegível para efeitos do presente empréstimo o montante de 12.899.356,76 €.

No entanto, foi entendimento do Tribunal de Contas, que não podiam ser consideradas as faturas com data de emissão posterior a 30 de novembro de 2011, tendo sido alterados os valores constantes do Quadro VI- Lista de Pagamentos em Atraso (quadro de suporte à respetiva candidatura), através de aditamento ao contrato, tendo o valor de empréstimo a contratar se mantido inalterável e objeto de visto do Tribunal de Contas por despacho de 29 de janeiro de 2013.

De acordo com o disposto contratualmente, o capital mutuado foi disponibilizado em duas tranches:

a) A primeira, no valor de 70% do montante financiado (a receber até ao 5º dia útil após a receção do visto do Tribunal de Contas) consubstanciando-se em 9.029.549,73 €, tendo sido recebida pelo Município a 14 de fevereiro de 2013.

b) A segunda, no valor de 30% do montante financiado, que devia ter sido disponibilizado até ao 5º dia útil após comunicação da DGAL do cumprimento dos pressupostos necessários para o efeito (15-05-2013), previstos na alínea b) do n.º 2, do artigo 12º da Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro, o que só veio a ocorrer a 1 de Julho de 2013, no valor de 3.524.004,89 €. O valor não corresponde a 30% do montante elegível, porque o município efetuou pagamentos anteriores à data da entrada da receita do PAEL, pelo que à data do recebimento da 2ª tranche o valor em dívida já era menor.

Atendendo às dificuldades financeiras dos agentes económicos e aos elevados juros que acarretaria para o município, este, optou por efetuar esses pagamentos antecipadamente, daí advém um valor inferior em 345.802,14 €.

À data da realização do presente relatório, o Município de Santa Maria da Feira já deu por concluído a execução de todos os pagamentos previstos no Quadro VI – Lista dos Pagamentos em Atraso a financiar com o empréstimo a contratar, alterada conforme o mencionado anteriormente.

O princípio fundamental da LCPA, e constante do artigo 7º da referida lei, é que “*a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso*”, e, para efeitos do disposto no referido artigo, considera-se “qualquer momento” o final de cada mês onde os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior (art.º 14º Decreto Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).

Neste sentido, tem existido um esforço por parte do município para redução dos pagamentos em atraso (ver capítulo Análise da Capacidade de Endividamento do Município), tendo alcançado a 30 de dezembro de 2013, o valor de 338.567,20 €, acrescido do montante de 68.455,49 € cujas faturas a setembro de 2012 entraram em pagamentos em atraso em dezembro foram alvo de acordo de pagamento. A DGAL infere que estas, entram para cálculo dos pagamentos em atraso e que totalizam assim o montante de 407.022,69 €.

O pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) é acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O Plano de Ajustamento Financeiro preconiza a implementação de medidas de contenção de despesas e maximização de receitas de modo a permitir a sua exequibilidade e os consequentes, equilíbrio e sustentabilidade financeira da Autarquia.

Este plano tem um horizonte temporal equivalente ao do empréstimo concedido pelo Estado, e contém um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciam o restabelecimento da situação financeira do município.

Conforme disposto no art.º 12º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, que cria o Programa de Apoio à Economia Local, e no que se refere à monitorização e acompanhamento, todos os municípios aderentes deverão incluir no relatório de conta de gerência um anexo relativo à execução do PAEL, tendo sido apenas apresentado neste momento, em virtude de o mesmo apenas ter sido implementado no ano em apreço. A monitorização é feita de acordo com os mapas que se encontram nos anexos ao presente relatório e que serão remetidos, novamente para a DGAL de forma a darmos cumprimento ao estabelecido.

## PARTE III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

## VIII. Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial do município reportada a 31 de dezembro de 2013. Apresenta devidamente agrupados e classificados, num conjunto de rubricas, os bens, os direitos e obrigações da autarquia, para os períodos de 2010 a 2013, servindo assim, como uma comparação aos elementos financeiros ativos, aos passivos e aos fundos próprios do município.

**Quadro 41 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia – Balanço Sintético**

Descrição	2013	2012	2011	2010	Δ	
					2010/2013	2012/2013
<b>Ativo</b>						
<b>Imobilizado</b>	237 477 667,82 €	230 604 815,14 €	240 917 500,91 €	232 809 175,45 €	2,01%	2,98%
<b>Circulante</b>						
Existências	338 836,65 €	397 184,33 €	677 609,99 €	757 064,41 €	-55,24%	-14,69%
Dívidas de terceiros - curto prazo	3 300 524,34 €	6 229 296,59 €	6 178 861,92 €	7 948 687,27 €	-58,48%	-47,02%
Disponibilidades	4 455 253,59 €	2 227 013,27 €	3 007 202,52 €	2 557 442,16 €	74,21%	100,06%
Acréscimos e Diferimentos	21 822 718,71 €	17 287 408,82 €	15 296 871,42 €	14 878 757,74 €	46,67%	26,23%
<b>Total do Ativo</b>	<b>267.395.001,11 €</b>	<b>256.745.718,15 €</b>	<b>266.078.046,76 €</b>	<b>258.951.127,03 €</b>	<b>3,26%</b>	<b>4,15%</b>
<b>Fundos Próprios</b>						
Património	86 906 742,97 €	86 191 949,53 €	82 353 940,94 €	82 468 071,53 €	5,38%	0,83%
Reservas e Ajustamentos	8 541 281,57 €	6 392 095,82 €	5 748 489,46 €	4 076 940,47 €	109,50%	33,62%
Resultados transitados	51 231 499,86 €	39 864 957,47 €	49 580 519,88 €	34 962 937,52 €	46,53%	28,51%
Resultados Líquidos	12 812 374,93 €	10 119 084,30 €	3 057 968,43 €	18 212 675,33 €	-29,65%	26,62%
<b>Total Fundos Próprios</b>	<b>159.491.899,33 €</b>	<b>142.568.087,12 €</b>	<b>140.740.918,71 €</b>	<b>139.720.624,85 €</b>	<b>14,15%</b>	<b>11,87%</b>
<b>Passivo</b>						
Provisões para Riscos e Encargos	1 223 353,65 €	1 280 746,60 €				
Dívidas a terceiros						
Empréstimos	49 344 318,22 €	41 694 791,59 €	44 955 731,04 €	46 263 082,13 €	6,66%	18,35%
Acordos de Pagamento	1 718 865,78 €	2 321 298,36 €	2 725 115,52 €			-25,95%
Dívidas a terceiros - curto prazo	4 751 373,94 €	22 704 163,27 €	31 281 783,03 €	30 610 961,08 €	-84,48%	-79,07%
Acréscimos e Diferimentos	50 865 190,19 €	46 176 631,21 €	46 374 498,46 €	42 356 458,97 €	20,09%	10,15%
<b>Total Passivo</b>	<b>107.903.101,78 €</b>	<b>114.177.631,03 €</b>	<b>125.337.128,05 €</b>	<b>119.230.502,18 €</b>	<b>-9,50%</b>	<b>-5,50%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>267.395.001,11 €</b>	<b>256.745.718,15 €</b>	<b>266.078.046,76 €</b>	<b>258.951.127,03 €</b>	<b>3,26%</b>	<b>4,15%</b>

Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2013, e se comparado com os valores de 2010, constatamos que:

- O Ativo, apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 3,26%, o qual resultou, sobretudo, de um aumento das disponibilidades em 74,21%, dos acréscimos e diferimentos em 46,67%, rubricas que contribuíram, respetivamente, em 22,48%, 82,25%, para a variação total; contribuíram negativamente para a variação total as dívidas de terceiros de curto prazo em 55,06%.

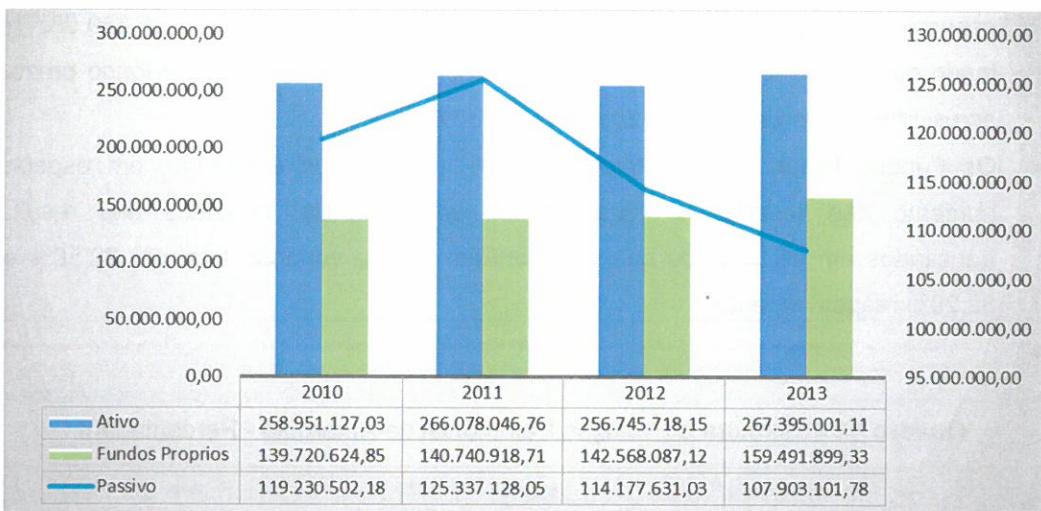
- O Passivo, teve um comportamento inverso, com um decréscimo de 9,50%, devido no essencial a uma redução das dívidas de curto prazo em 84,48% (-25.859.587,14 €), tendo os acréscimos e diferimentos, tal como as dívidas de médio e longo prazo, um acréscimo respetivamente de 20,09% e 10,38%;
- Os Fundos Próprios aumentaram 14,15%, para o que contribuiu, em especial, o aumento das reservas e ajustamentos em 109,50%, seguidos dos resultados transitados em 46,53%, do qual contribuíram para a variação total em 22,58% e em 82,29% respetivamente.
- 

**Quadro 42 - Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia - Percentagem**

Descrição	2013	2012	2011	2010
<b>Activo</b>				
Imobilizado	88,81%	89,82%	90,54%	89,90%
<b>Circulante</b>				
Existências	0,13%	0,15%	0,25%	0,29%
Dívidas de terceiros - curto prazo	1,23%	2,43%	2,32%	3,07%
Disponibilidades	1,67%	0,87%	1,13%	0,99%
Acréscimos e Diferimentos	8,16%	6,73%	5,75%	5,75%
<b>Total do Activo</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Fundos Próprios</b>				
Património	32,50%	33,57%	30,95%	31,85%
Reservas e Ajustamentos	3,19%	2,49%	2,16%	1,57%
Resultados transitados	19,16%	15,53%	18,63%	13,50%
Resultados Líquidos	4,79%	3,94%	1,15%	7,03%
<b>Total Fundos Proprios</b>	<b>59,65%</b>	<b>55,53%</b>	<b>52,89%</b>	<b>53,96%</b>
<b>Passivo</b>				
Provisões para Riscos e Encargos	0,46%	0,50%		
Dívidas a terceiros				
Emprestimos	18,45%	36,52%	16,90%	17,87%
Acordos de Pagamento	0,64%	0,90%	1,02%	0,00%
Dívidas a terceiros - curto prazo	1,78%	8,84%	11,76%	11,82%
Acréscimos e Diferimentos	19,02%	17,99%	17,43%	16,36%
<b>Total Passivo</b>	<b>40,35%</b>	<b>44,47%</b>	<b>47,11%</b>	<b>46,04%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios + Passivo</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Em síntese, diminuiu o grau de dependência do Município de Santa Maria da Feira de capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo, passou de 30% para 21%, tendo o peso do ativo nos fundos próprios aumentado de 54% para cerca de 60%.

**Gráfico 18 - Estrutura e Evolução da Autarquia**



Analisando a evolução e estrutura dos balanços em comparação com o período homólogo de 2012, verifica-se que o ativo líquido aumentou 4,15%.

O Passivo teve um comportamento notável, em virtude de ter diminuído 6.274.529,25 € em 2013 face a 2012, diminuição esta, que corresponde a -5,50%.

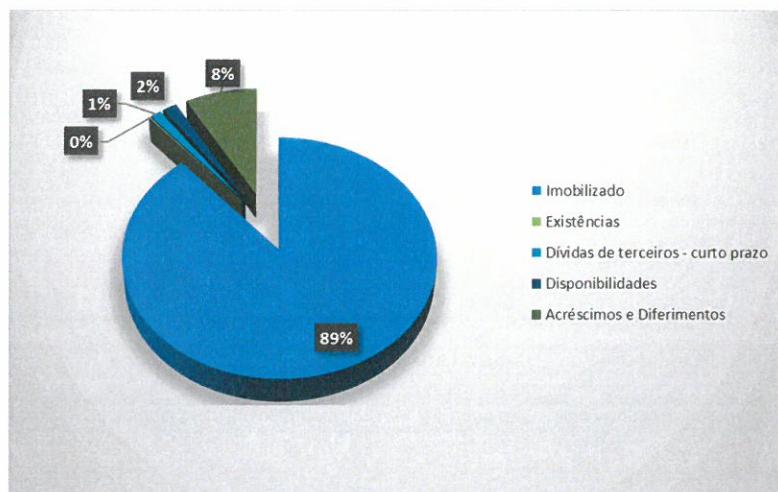
Os Fundos Próprios registaram igualmente um aumento de 16.923.812,21 € comparado com o ano económico de 2012, acompanhado pelo Resultado Líquido do Exercício com um crescimento acentuado, que atingiu o montante de 12.812.374,93 €.

### Ativo

Os ativos são “recursos controlados por uma entidade em consequência de acontecimentos passados e a partir dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço”. (Norma Internacional de Contabilidade do Setor Público – NICSP n.º 3).

O gráfico que se segue, evidencia como o ativo do Município de Santa Maria da Feira se encontra agrupado dando uma noção real do peso de cada componente no Ativo Total.

**Gráfico 19 - Estrutura do Ativo**



Da análise do Balanço do Município à data de 31 de dezembro de 2013, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 267.395.001,11 € ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 334.213.889,49 €.

A estrutura do ativo, permanece idêntica ao do ano transato, com o immobilizado a deter o maior peso no ativo em 88,81%, seguido dos acréscimo e diferimento em 8%.

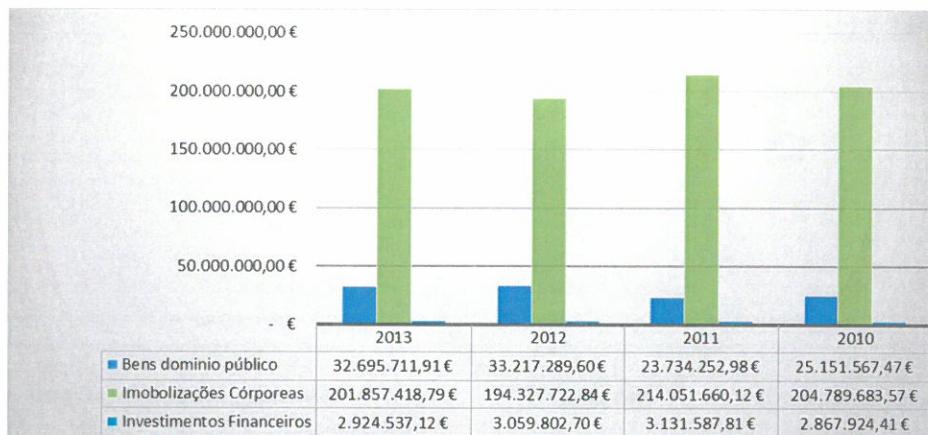
### Immobilizado

A materialidade do ativo encontra-se centrada no Immobilizado.

**Quadro 43 - Evolução do Immobilizado Líquido**

Descrição	2013	2012	2011	2010	Δ 2010/2013	Δ 2012/2013
<b>Bens de domínio público:</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 114 234,79 €	2 051 159,85 €	1 866 788,20 €	1 786 135,33 €	18,37%	3,08%
Edifícios	- €	- €	- €	- €		
Outras construções e infraestruturas	30 155 947,78 €	30 739 930,21 €	19 148 999,18 €	20 524 925,88 €	46,92%	-1,90%
Bens do património, artístico e cultural	182 878,38 €	182 878,38 €	182 878,38 €	182 878,38 €	0,00%	0,00%
Outros bens de domínio público	167 943,86 €	168 614,06 €	20 696,18 €	17 736,84 €	846,86%	-0,40%
Immobilizações em curso	74 707,10 €	74 707,10 €	2 514 891,04 €	2 639 891,04 €	-97,17%	0,00%
<b>Immobilizações corpóreas</b>						
Terrenos e recursos naturais	49 880 684,23 €	49 476 558,48 €	49 230 920,22 €	48 586 461,57 €	2,66%	0,82%
Edifícios e outras construções	125 495 985,68 €	117 496 519,27 €	107 885 611,78 €	101 188 026,16 €	24,02%	6,81%
Equipamento básico	604 780,02 €	676 606,24 €	666 175,82 €	689 307,91 €	-12,26%	-10,62%
Equipamento de transportes	83 429,27 €	86 582,88 €	121 443,74 €	89 947,53 €	-7,25%	-3,64%
Ferramentas e utensílios	32 494,96 €	48 361,05 €	70 476,44 €	66 941,61 €	-51,46%	-32,81%
Equipamentos administrativo	486 875,50 €	469 435,52 €	519 446,06 €	453 011,95 €	7,48%	3,72%
Taras e vasilhame	4 103,58 €	5 244,74 €	6 346,86 €	7 562,83 €	-45,88%	-21,76%
Outras immobilizações corpóreas	1 655 101,28 €	1 795 489,17 €	1 991 713,29 €	1 599 876,08 €	3,45%	-7,82%
Immobilizações em curso	23 495 761,90 €	23 668 657,18 €	52 929 111,22 €	51 422 025,29 €	-54,31%	-0,73%
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	118 202,37 €	604 268,31 €	630 414,69 €	686 502,64 €	-82,78%	-80,44%
<b>Investimentos financeiros</b>						
Partes de capital	2 924 537,12 €	3 059 802,70 €	3 131 587,81 €	2 408 924,41 €	21,40%	-4,42%
<b>Total</b>	<b>237.477.667,82 €</b>	<b>230.604.815,14 €</b>	<b>240.917.500,91 €</b>	<b>232.350.175,45 €</b>	<b>2,21%</b>	<b>2,98%</b>

**Gráfico 20 - Evolução do Imobilizado Líquido**



O Município de Santa Maria da Feira terminou o ano de 2013 com um ativo líquido valorizado em 267.395.001,11 € dos quais 237.477.667,82 €, ou seja 88,81%, dizem respeito a ativos de imobilizado fixo.

O imobilizado continua a deter um peso bastante significativo, 88,81%, no ativo líquido total, que reflete a ação do Município ao nível da política de investimento definida e da forte aposta no investimento municipal como condição essencial.

No Imobilizado o predomínio continua a recuar sobre o imobilizado fixo de natureza corpórea, que compreende o expressivo valor de 201.857.418,79 €, seguido dos bens de domínio público que ascendem a 32.695.711,91 €.

Comparativamente a 2012, a componente Imobilizações Corpóreas teve um aumento de 6.871.242,50 €, devido especialmente a obras que finalizaram no ano em preço.

Os Investimentos Financeiros, apresentam um decréscimo desde 2011, devido pela adoção do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para refletir o valor ajustado dos investimentos financeiros face às variações ocorridas nos capitais próprios das participadas, conforme identificação no quadro infra.

**Quadro 44 - Investimentos Financeiros**

Entidades Participadas	% Capital detido	Custo de aquisição <sup>1</sup>	Valor ajustado 2012	Valor ajustado 2013
Empresa Municipal Feira Viva	100,00%	942.230,83 €	1.218.581,88 €	1.147.947,55 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	50,00%	334.000,00 €	- €	- €
Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	20,00%	30.000,00 €	15.863,85 €	1.232,60 €

<sup>1</sup>Este valor inclui prestações suplementares

De seguida se procederá a uma análise mais desenvolvida do Imobilizado, aludindo numa primeira fase aos bens móveis, seguido dos bens imóveis.

## Bens Móveis

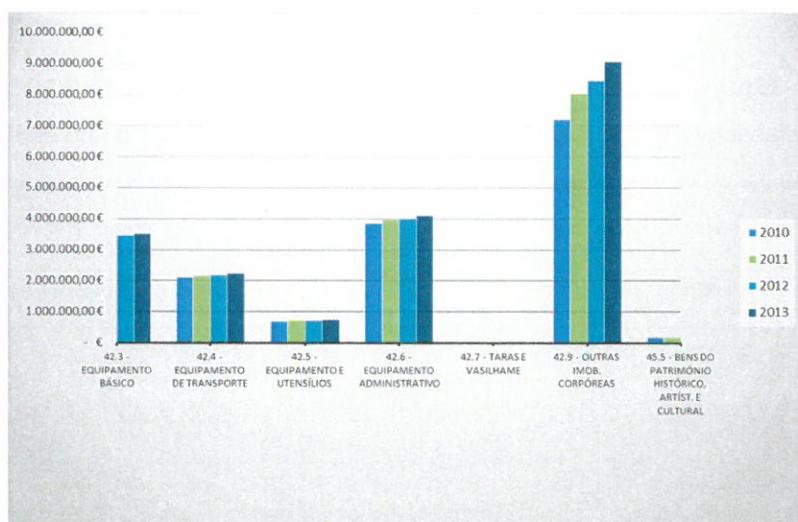
### 1 – Aumento do Imobilizado

No exercício de 2013 verificou-se um aumento no Ativo Bruto referente a novas aquisições, grandes reparações ou beneficiações e doações.

**Quadro 45 - Composição Aumento Ativo Bruto – Bens Móveis**

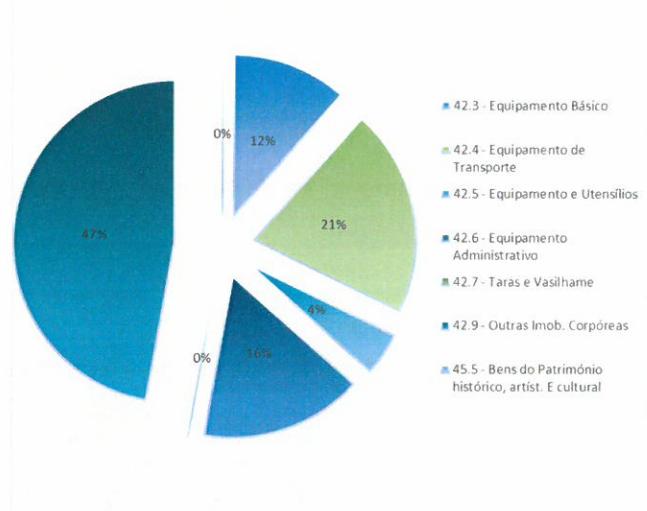
	2010	2011	2012	2013	Variação % (2012-2013)
42.3 - Equipamento Básico	3.283.226,41 €	3.356.639,71 €	3.466.242,70 €	3.527.004,30 €	1,75%
42.4 - Equipamento de Transporte	2.110.009,71 €	2.176.598,13 €	2.182.831,72 €	2.252.160,81 €	3,18%
42.5 - Equipamento e Utensílios	709.094,96 €	734.333,67 €	734.941,49 €	739.793,51 €	0,66%
42.6 - Equipamento Administrativo	3.851.589,24 €	3.979.648,04 €	4.008.463,08 €	4.108.069,07 €	2,48%
42.7 - Taras e Vasilhame	25.588,03 €	25.588,03 €	25.588,03 €	25.588,03 €	0,00%
42.9 - Outras Imob. Corpóreas	7.226.786,11 €	8.047.756,52 €	8.459.381,41 €	9.069.329,13 €	7,21%
45.5 - Bens do Património histórico, artíst. E cultural	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	182.878,38 €	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>17.389.172,84 €</b>	<b>18.503.442,48 €</b>	<b>19.060.326,81 €</b>	<b>19.904.823,23 €</b>	<b>4,43%</b>

**Gráfico 21 – Evolução do Ativo Bruto - Bens Móveis**



## 2 – Distribuição do Aumento

**Gráfico 22 - Distribuição do Aumento**



Através do gráfico acima representado verifica-se que existem rubricas que registam um maior aumento, tais como:

A conta **42.9 – Outras Imobilizações Corpóreas**, destaca-se pela aquisição de equipamento informático e outros equipamentos para os novos centros escolares;

Outras Imobilizações Corpóreas	2010	2011	2012	2013
Valor Imobilizado	7.226.786,11 €	8.047.756,52 €	8.459.381,41 €	9.069.329,13 €
Aumento Relativo ao Ano Anterior	—	10,20%	4,87%	7,21%

Na conta **42.4 – Equipamento de Transporte**, apresenta uma variação de 3,18 % devido à aquisição de uma viatura e reparações a viaturas já existentes durante o ano 2013.

Equipamento Transporte	2010	2011	2012	2013
Valor Imobilizado	2.110.009,71 €	2.176.598,13 €	2.182.831,72 €	2.252.160,81 €
Aumento Relativo ao Ano Anterior	—	3,06%	0,29%	3,18%

A conta **42.6 – Equipamento Administrativo**, o aumento deve-se à aquisição de equipamento e material de instrução, tais como mobiliário e material escolar para os centros escolares.

Equipamento Administrativo	2010	2011	2012	2013
Valor Imobilizado	3.851.589,24 €	3.979.648,04 €	4.008.463,08 €	4.108.069,07 €
Aumento Relativo ao Ano Anterior	—	3,22%	0,72%	2,48%

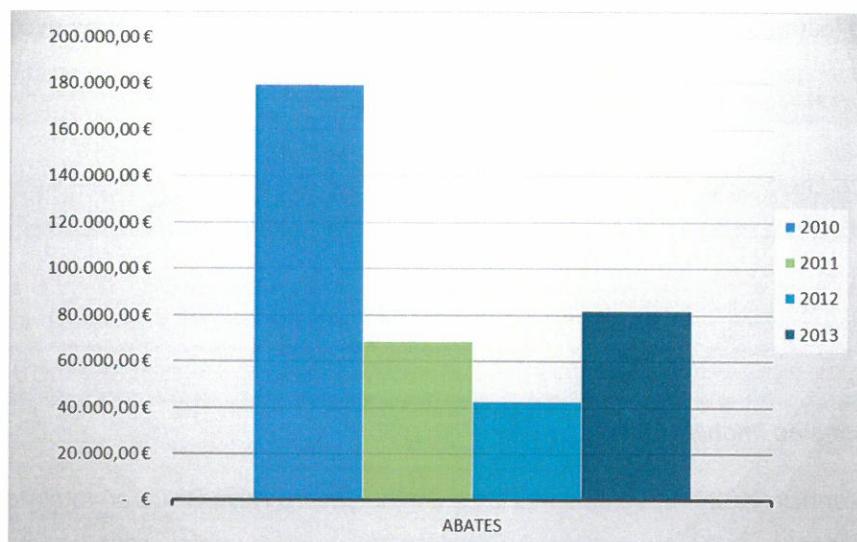
### 3 – Diminuições ao Imobilizado

Durante o exercício de 2013, verificou-se uma diminuição do Ativo Bruto no total de 81.964,28€ referente a abates.

**Quadro 46 - Diminuições de Imobilizado**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienações	Transf. E Abates	
42.3 - Equipamento Básico	3.466.242,70 €	64.453,54 €	- €	3.691,94 €	3.527.004,30 €
42.4 - Equipamento de Transporte	2.182.831,72 €	69.329,09 €	- €	- €	2.252.160,81 €
42.5 - Equipamento e Utensílios	734.941,49 €	5.355,08 €	- €	503,06 €	739.793,51 €
42.6 - Equipamento Administrativo	4.008.463,08 €	158.293,44 €	- €	58.687,45 €	4.108.069,07 €
42.7 - Taras e Vasilhame	25.588,03 €	- €	- €	- €	25.588,03 €
42.9 - Outras Imob. Corpóreas	8.459.381,41 €	629.029,55 €	- €	19.081,83 €	9.069.329,13 €
45.5 - Bens do Património histórico, artist. E cultural	182.878,38 €	- €	- €	- €	182.878,38 €
<b>TOTAL</b>	<b>19.060.326,81 €</b>	<b>926.460,70 €</b>	<b>- €</b>	<b>81.964,28 €</b>	<b>19.904.823,23 €</b>

**Gráfico 23 - Abates**



Verifica-se que o número de bens abatidos durante o ano 2013 deve-se principalmente a bens que estavam em mau estado de conservação, que não compensava a sua recuperação e material que se encontrava obsoleto.

No entanto, existe uma discrepância em relação ao ano 2010, porque o tratamento de determinados factos patrimoniais (regularizações diversas, desafetação e outros) passava necessariamente pelo abate do bem, seguido de um novo registo.



### Quadro 47 - Abates Bens Móveis

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial		Descrição	Data de Aquisição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
	Aquisição	Amortização						
16456	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP JACTO TINTA 710	05-05-1999	13-09-2013	10 Outros	18 - A	180,56 €
16852	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP LASER	02-03-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.010,55 €
16993	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP LASER	24-02-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	487,88 €
23001	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP LASER	13-06-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	395,35 €
23804	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP LASER	02-03-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.010,55 €
23808	42.6	48.2.6	IMPRESSORA XEROX WORKCENTER	04-07-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.331,32 €
31137	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP	05-09-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	145,08 €
31278	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP	24-11-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	156,11 €
31428	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP	15-11-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	99,79 €
34061	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP	05-09-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	145,08 €
34541	42.6	48.2.6	IMPRESSORA HP	05-09-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	145,08 €
38228	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET 3420	11-03-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A	164,22 €
38873	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP LASER DESKJET 2200	10-09-2004	13-09-2013	10 Outros	18 - A	319,74 €
38874	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP LASER DESKJET 2000	31-01-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	274,24 €
40016	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP OFFICEJET 6110 MULTIFUNÇÕES	22-09-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A	428,40 €
42806	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET 1220C	08-07-2004	13-09-2013	10 Outros	18 - A	403,36 €
43571	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
43684	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
43828	42.9	48.2.9	IMPRESSORA DESKJET 3845	04-03-2005	13-09-2013	10 Outros	21 - A	136,89 €
43917	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
43920	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
43999	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
44017	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
44021	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	160,86 €
44067	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP 1210	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	20 - A	160,86 €
44127	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET 1220C	07-06-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	321,26 €
50195	42.9	48.2.9	IMPRESSORA HP DESKJET 6980	23-11-2006	13-09-2013	10 Outros	18 - A	174,45 €
7698	42.6	48.2.6	COMPAQ CPU PENTIUM III	28-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.066,90 €
7705	42.6	48.2.6	COMPAQ CPU PENTIUM III	28-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.066,90 €
7735	42.6	48.2.6	COMPAQ CPU PENTIUM III	28-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.066,90 €
7975	42.6	48.2.6	COMPAQ CPU PENTIUM III	28-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.066,90 €
14049	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	25-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.106,70 €
22443	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	31-05-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.035,88 €
22447	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	03-05-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	919,05 €
29791	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	29-12-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.030,19 €
29799	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	06-06-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	964,77 €
30671	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	21-08-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	935,59 €
30823	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	26-09-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	997,94 €
31135	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	25-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.106,70 €
31304	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	26-09-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.006,22 €
31328	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	26-09-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.187,61 €
31334	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	30-10-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	997,94 €
31421	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	18-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	922,08 €
31644	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	20-09-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.021,29 €
31903	42.6	48.2.6	CPU IMAC APPLE	15-03-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	2.246,84 €
31979	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	14-08-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.047,55 €
31982	42.6	48.2.6	CPU COMPAQ	14-08-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.047,55 €
34067	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	29-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.106,70 €
34289	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	27-02-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	852,93 €
34511	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	29-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	934,28 €
36476	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	25-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	934,29 €
37235	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	29-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	934,29 €
37988	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	29-04-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A	869,89 €
38071	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	09-05-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A	937,41 €
38179	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	25-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.144,78 €
38216	42.6	48.2.6	CPU FUJITSU SIEMENS	25-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.106,70 €
43642	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	939,98 €
44085	42.9	48.2.9	CPU FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A	939,98 €
51361	42.9	48.2.9	CPU PREMIUM CASE	29-05-2007	13-09-2013	10 Outros	18 - A	526,92 €
5044	42.6	48.2.6	MONITOR INTERGRAPH 19"	20-05-1998	13-09-2013	10 Outros	18 - A	1.085,86 €
7699	42.6	48.2.6	MONITOR COMPAQ 15"	28-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	175,08 €
7767	42.6	48.2.6	MONITOR COMPAQ 15"	28-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	175,08 €
16465	42.6	48.2.6	MONITOR APPLE 17"	23-11-1999	13-09-2013	10 Outros	18 - A	356,14 €
16490	42.6	48.2.6	MONITOR PHILIPS 15"	31-10-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	87,29 €
16659	42.6	48.2.6	MONITOR PHILIPS 15"	26-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	169,24 €
23010	42.6	48.2.6	MONITOR HP 21"	31-10-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	349,16 €
23217	42.6	48.2.6	MONITOR COMPAQ 15"	28-02-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	0,01 €
30685	42.6	48.2.6	MONITOR PHILIPS 15"	26-04-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	169,24 €
31185	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25-01-2002	28-06-2013	10 Outros	11 - A	0,01 €
31738	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	09-05-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A	178,50 €
31881	42.6	48.2.6	MONITOR CITY DESK 15"	28-06-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	139,23 €
34066	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	25-01-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	0,01 €
34269	42.6	48.2.6	MONITOR CITY DESK 15"	28-06-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	139,23 €
34278	42.6	48.2.6	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	27-02-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A	254,25 €
TOTAL .....								44.964,77 €



Nr. Inv.	Classificação Patrimonial	Descrição	Data de Aquisição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
	Aquisição	Amortização					
38858	42.9	48.2.9	MONITOR SAMTRON 15"	18-03-2004	13-09-2013	10 Outros	18 - A 178,48 €
38924	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	07-07-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A - €
40185	42.9	48.2.9	MONITOR PHILIPS	29-10-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A 309,40 €
40212	42.9	48.2.9	MONITOR PHILIPS	20-06-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A 389,67 €
42301	42.9	48.2.9	MONITOR PHILIPS	09-11-2004	13-09-2013	10 Outros	18 - A 178,48 €
42331	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	04-10-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 190,37 €
42366	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	30-12-2004	13-09-2013	10 Outros	18 - A 130,88 €
42730	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS 15"	04-10-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 178,48 €
43513	42.9	48.2.9	MONITOR PHILIPS	28-01-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 178,48 €
43590	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
43594	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
43631	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
43690	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
43830	42.9	48.2.9	MONITOR 17"	03-03-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 148,73 €
44047	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
44062	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	28-06-2013	10 Outros	11 - A 137,77 €
44381	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	04-10-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 190,38 €
45267	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
46590	42.9	48.2.9	MONITOR FUJITSU SIEMENS	12-07-2005	13-09-2013	10 Outros	18 - A 137,77 €
50913	42.9	48.2.9	MONITOR LCD SCENICVIEW XE-17	26-03-2007	13-09-2013	10 Outros	18 - A 235,66 €
22394	42.6	48.2.6	UPS CHLORIDE	13-06-2001	26-06-2013	10 Outros	6 - A 2.013,40 €
31542	42.6	48.2.6	UPS CHLORIDE	21-11-2001	18-06-2013	10 Outros	2 - A 1.510,05 €
38229	42.6	48.2.6	UPS CHLORIDE POWER PROTECTION	08-10-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A 11.794,14 €
30568	42.6	48.2.6	FAX CANON	27-12-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A 348,66 €
40538	42.3	48.2.3	FAX CANON B-160	18-12-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A 269,00 €
4986	42.6	48.2.6	ARMARIO INTERFER 122X40X205 FORM CINZ	14-04-1992	31-10-2013	10 Outros	28 - A 455,20 €
4987	42.6	48.2.6	ARMARIO INTERFER 122X40X205 FORM CINZ	14-04-1992	31-10-2013	10 Outros	28 - A 455,20 €
4991	42.6	48.2.6	ARMARIO INTERFER 122X40X205 FORM CINZ	14-04-1992	31-10-2013	10 Outros	28 - A 455,20 €
5210	42.6	48.2.6	ARMARIO 120X45X205 FORM CINZ	14-07-1997	31-10-2013	10 Outros	28 - A 186,75 €
31886	42.6	48.2.6	ARMÁRIO METAL CINZA	01-01-2001	13-09-2013	10 Outros	17 - A 250,95 €
10956	42.6	48.2.6	CADEIRA C/RODAS C/BRAÇOS TEC VERDE	15-03-1994	13-09-2013	10 Outros	18 - A 166,64 €
17182	42.6	48.2.6	ESTANTE 105X40X195 MET PRETO	30-10-1992	31-10-2013	10 Outros	28 - A 118,04 €
30365	42.6	48.2.6	ESTANTE METAL CINZA	01-01-2001	13-09-2013	10 Outros	18 - A 158,24 €
17122	42.6	48.2.6	MESA D100X75 MAD CAST	07-08-1991	31-10-2013	10 Outros	28 - A 129,73 €
17209	42.6	48.2.6	MESA 200X100X75 PVC CINZ	31-10-2000	31-10-2013	10 Outros	28 - A 124,70 €
4913	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4920	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4922	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4923	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4924	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4925	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4927	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4928	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 210,09 €
4931	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 140X80 PVC CINZ	04-05-1998	31-10-2013	10 Outros	28 - A 151,15 €
4947	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 80X80 PVC CINZ	28-07-1999	31-10-2013	10 Outros	28 - A 114,38 €
4948	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 80X80 PVC CINZ	30-09-1998	31-10-2013	10 Outros	28 - A 118,47 €
5123	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 120X80 PVC CINZ	05-11-1998	31-10-2013	10 Outros	28 - A 227,60 €
5124	42.6	48.2.6	SECRETARIA ALTAMIRA 80X80 PVC CINZ	22-05-1996	31-10-2013	10 Outros	28 - A 205,42 €
17215	42.6	48.2.6	SECRETARIA 120X60 FORM CAST	15-12-1998	31-10-2013	10 Outros	28 - A 75,28 €
4943	42.6	48.2.6	ALTAMIRA TAMPO LIGAÇÃO 80X80X75 PVC	28-07-1999	31-10-2013	10 Outros	28 - A 85,79 €
5005	42.5	48.2.5	MÁQUINA DE CALCULAR BOHSEI ROLO	10-03-1999	31-10-2013	10 Outros	28 - A 163,41 €
55363	42.6	48.2.6	MAQUINA DESTRUIR PAPEL DAHLE 20090PSE 6-8FLS	18-04-2008	12-09-2013	10 Outros	16 - A 196,29 €
28802	42.6	48.2.6	FOTOCOPIADORA MINOLTA S/SORTER S/ALIMS/TABUL	31-10-2000	28-05-2013	10 Outros	1 - A 299,28 €
5038	42.6	48.2.6	ESTIRADOR 150X95X90 FORM VERDE	31-10-2000	31-10-2013	10 Outros	28 - A 99,76 €
17159	42.6	48.2.6	ESTIRADOR MOLIN 150X100X100 FORM VERDE	31-10-2000	31-10-2013	10 Outros	28 - A 99,76 €
989	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	09-03-2000	31-10-2013	10 Outros	28 - A 17,39 €
1362	42.3	48.2.3	MESA 110X55X55 FORM CREME	29-10-1999	31-10-2013	10 Outros	28 - A 42,02 €
1940	42.3	48.2.3	MESA 110X55X55 FORM CREME	09-12-1996	31-10-2013	10 Outros	29 - A 42,02 €
7017	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	21-06-1995	13-09-2013	10 Outros	18 - A 16,05 €
9336	42.3	48.2.3	CADEIRA FORM CREME	30-12-1992	12-09-2013	10 Outros	15 - A 9,26 €
18014	42.3	48.2.3	CADEIRA MAD CAST	19-09-1997	12-09-2013	10 Outros	15 - A 17,39 €
18017	42.3	48.2.3	CADEIRA MAD CAST	19-09-1997	13-09-2013	10 Outros	12 - A 17,39 €
19971	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CINZ	21-01-1991	24-10-2013	10 Outros	25 - A 138,90 €
19973	42.3	48.2.3	ARMARIO 95X40X160 MET CREME	11-10-1996	24-10-2013	10 Outros	25 - A 157,57 €
21139	42.3	48.2.3	MESA 110X55X55 FORM CREME	15-11-1996	31-10-2013	10 Outros	29 - A 42,02 €
34078	42.3	48.2.3	ARMARIO METAL CINZA 160X40X95	24-01-2002	26-06-2013	10 Outros	5 - A 157,58 €
34721	42.3	48.2.3	CADEIRA MADEIRA C/ ESTRUTURA CINZA	09-04-2001	12-09-2013	10 Outros	15 - A 19,23 €
40022	42.6	48.2.6	MESA DUPLA C/TAMPO TERMOLAMINADO BEJE E EST AZUL	05-06-2003	13-09-2013	10 Outros	18 - A 79,06 €
48555	42.2.1.06	48.2.2.1.06	ARMARIO METALICO	24-11-2005	31-10-2013	10 Outros	29 - A 138,00 €
14135	42.9	48.2.9	VIDEO PROJECTOR MULTIMEDIA PHILIPS (DATA SHOW)	23-05-2002	13-09-2013	10 Outros	18 - A 5.752,49 €
45355	42.9	48.2.9	VIDEO PROJECTOR TOSHIBA LCD T40	16-12-2005	14-08-2013	10 Outros	13 - A 1.815,69 €
68602	42.9	48.2.9	RADIO LEITOR C/CD MP3	23-07-2010	28-06-2013	10 Outros	7 - A 59,48 €
37244	42.9	48.2.9	TELEVISOR PHILIPS	25-01-2001	28-06-2013	10 Outros	11 - A 140,88 €

TOTAL .....

34.026,80 €

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial		Descrição	Data de Aquisição	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
	Aquisição	Amortização						
17160	42.6	48.2.6	CANDEIRO MUTOH P/ESTIRADOR C/RÉGUA	31-10-2000	31-10-2013	10 Outros	28 - A	24,94 €
68936	42.3	48.2.3	AR CONDICIONADO PORTATIL	25-10-2010	13-09-2013	10 Outros	19 - A	373,80 €
5214	42.5	48.2.5	AQUECEDOR JATA ELÉCTRICO	30-04-2000	31-10-2013	10 Outros	28 - A	140,06 €
42706	42.3	48.2.3	CONVECTOR HIM 704 TURBO	12-12-2005	31-10-2013	10 Outros	29 - A	81,75 €
5800	42.3	48.2.3	BELONDO MICRO-ONDAS 1000 W	17-07-2000	28-05-2013	10 Outros	1 - A	1.120,50 €
7936	42.3	48.2.3	KRUPS MÁQUINA CAFÉ EXPRESSO	19-05-2000	28-05-2013	10 Outros	1 - A	628,49 €
52670	42.3	48.2.3	MAQUINA CAFE SIEMENS	22-01-2008	31-12-2013	10 Outros	32 - A	526,62 €
12982	42.5	48.2.5	EINHELL ASPIRADOR SÓLIDOS	10-09-1999	24-10-2013	10 Outros	25 - A	199,59 €
23963	42.3	48.2.3	EXTINTOR COINTRA 9 LT AB	31-10-2000	13-09-2013	10 Outros	18 - A	14,96 €
67613	41.1.2.2		PEC-PARQUE EMPRESARIAL CORTIÇA	01-07-2009	28-06-2013	10 Outros	10 - A	50.000,00 €
TOTAL .....								53.110,71 €

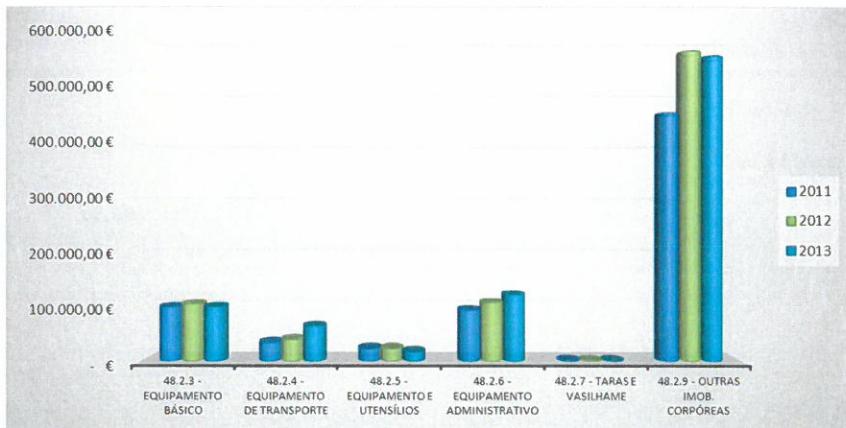
#### 4 – Amortizações do Exercício

No exercício de 2013, verificou-se um aumento das amortizações nas rubricas 48.2.4 e 48.2.6, como se pode verificar na tabela e no gráfico abaixo apresentados, tendo diminuído as rubricas 48.2.3, 48.2.5, 48.2.7 e 48.2.9.

**Quadro 48 - Amortizações do Exercício - Variação**

	2011	2012	2013	Variação % (2012-2013)
48.2.3 - Equipamento Básico	100.623,06 €	106.026,34 €	101.155,92 €	-4,59%
48.2.4 - Equipamento de Transporte	35.092,21 €	40.335,34 €	65.373,79 €	62,08%
48.2.5 - Equipamento e Utensílios	23.834,02 €	23.711,86 €	17.666,59 €	-25,49%
48.2.6 - Equipamento Administrativo	95.389,64 €	108.889,43 €	123.678,87 €	13,58%
48.2.7 - Taras e Vasilhame	1.235,97 €	1.102,12 €	1.025,89 €	-6,92%
48.2.9 - Outras Imob. Corpóreas	457.629,88 €	571.729,70 €	562.482,88 €	-1,62%
<b>TOTAL</b>	<b>713.804,78 €</b>	<b>851.794,79 €</b>	<b>871.383,94 €</b>	<b>2,30%</b>

**Gráfico 24 - Amortizações do Exercício**



## BENS IMÓVEIS

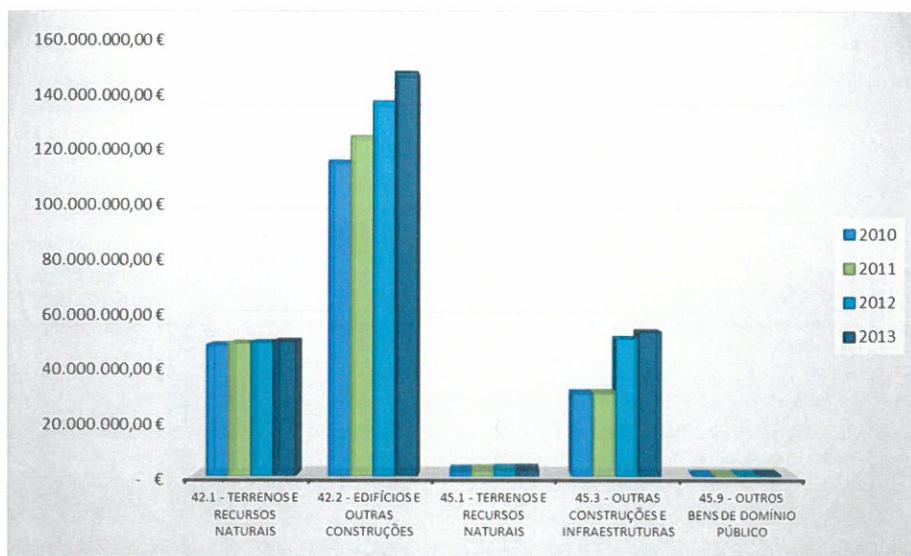
### 1 – Aumentos ao Imobilizado

O valor dos imóveis corresponde aos 84,52% do imobilizado em 2013, refletido no mapa do Ativo Bruto um acréscimo da conta **45.3 – Outras construções e infraestruturas**, em 4,77% e na conta **42.2 – Edifícios e outras construções**, em 7,81% em relação ao ano 2012.

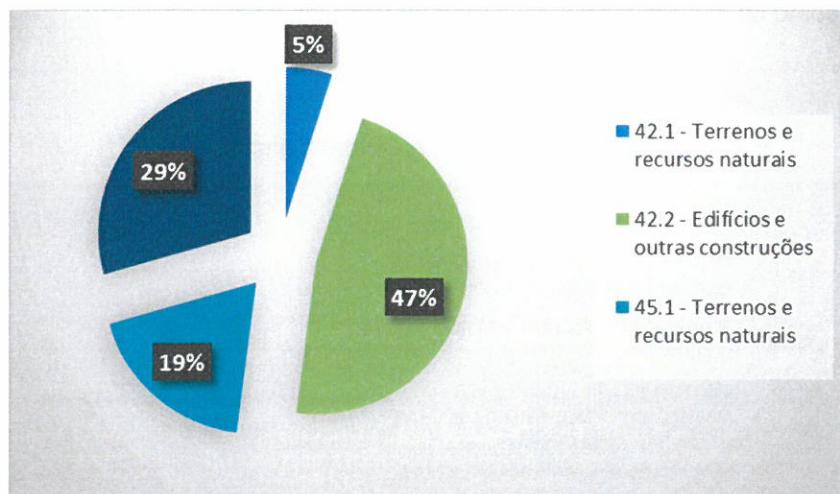
**Quadro 49 - Ativo Bruto – Bens Imóveis**

	2010	2011	2012	2013	Variação % (2012-2013)
42.1 - Terrenos e recursos naturais	48.586.461,57 €	49.230.920,22 €	49.476.558,48 €	49.880.684,23 €	0,82%
42.2 - Edifícios e outras construções	116.718.962,35 €	125.727.654,26 €	138.693.333,26 €	149.527.100,08 €	7,81%
45.1 - Terrenos e recursos naturais	1.786.135,33 €	1.866.788,20 €	2.051.159,85 €	2.114.234,79 €	3,08%
45.3 - Outras construções e infraestruturas	30.577.602,70 €	30.627.688,25 €	50.949.289,14 €	53.435.349,28 €	4,88%
45.9 - Outros bens de domínio público	17.736,84 €	20.696,18 €	173.852,94 €	173.852,94 €	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>197.686.898,79 €</b>	<b>207.473.747,11 €</b>	<b>241.344.193,67 €</b>	<b>255.131.221,32 €</b>	<b>5,71%</b>

**Gráfico 25 - Evolução Ativo Bruto - Bens Imóveis**



**Gráfico 26 - Distribuição do Aumento 2012-2013**



Através do gráfico acima representado verifica-se que as rubricas que registam um maior aumento são:

**Conta 45.3 - Outras Construções e Infraestruturas**, o aumento deve-se ao facto da inventariação de empreitadas que se encontravam em imobilizado em curso, no valor de 1.165.095,02 €, como de pode verificar no quadro abaixo.

**Quadro 50 - Outras Construções e Infraestruturas**

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
62705	PROLONGAMENTO RUAS 1º MAIO E DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR-ROLIGO-ESPARGO	370.263,10 €	
62706	CONSTRUÇÃO DE ENTRONCAMENTO RUA 1º MAIO COM A ESTRADA NACIONAL EN 223-ROLIGO-ESPARGO	48.491,25 €	
62707	REQUALIFICAÇÃO ARRUAMENTO ZONA INDUSTRIAL SILVEIRINHA - S. JOAO VER	17.761,04 €	
62709	CONSTRUÇÃO VIA CIRCULAR - 1º FASE - STA MARIA FEIRA	728.579,63 €	45.3
62675	CONSERVAÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA REDE VIARIA MUNICIPAL	223.019,21 €	
62636	CONSTRUÇÃO REDES DRENAGEM DOMESTICA E PLUVIAL NA RUA DA IGREJA, RUA SANTA LUZIA E RUA JOSE SANTOS CARDOSO - MOZELOS	66.215,33 €	
TOTAL CONTA 45.3		1.165.095,02 €	

**Conta 42.2 – Edifícios e outras construções**, nesta rubrica destaca-se a inventariação de imóveis, tais como os centros escolares, os intercetores e Etar's.

**Quadro 51 - Edifícios e Outras Construções**

Nr. Inv.	Descrição Obra	Valor	Classificação
35001	REMODELAÇÃO EDIFÍCIO ANTIGO CENTRO ESCOLAR S.DOMINGOS - ARGONCILHE	157.235,22 €	
35201	REQUALIFICAÇÃO DA EB1 IGREJA-S. PAIO DE OLEIROS	144.564,31 €	
62708	CENTRO ESCOLAR S.JOAO DE VER	2.274.721,61 €	42.2.1.06
35135	AMPLIAÇÃO E REMODELAÇÃO EB1 CHAO MONTE-STA MARIA LAMAS	494.203,65 €	
35084	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO CENTRO ESCOLAR DA IGREJA-LOUROSA-1ª FASE E 2ª FASE	967.946,55 €	
35130	JARDIM INFANCIA IGREJA Nº2 - SANGUEDO	356.679,71 €	
62637	REMODELAÇÃO REDE DISTRIBUIÇÃO - SISTEMA R46	168.132,79 €	42.2.2.12
62309	INTERCEPTOR BACIA DO RIO ANTUA	12.500,00 €	
62670	CONSTRUÇÃO ETAR ARGONCILHE	2.351.114,55 €	
62673	SISTEMA INTERCEPTOR BACIA RIO INHA	1.127.054,32 €	
62672	SISTEMA INTERCEPTOR VILA MAIOR-UIMA MONTANTE	347.646,84 €	42.2.2.06
62674	SISTEMA INTERCEPTOR UIMA MONTANTE-NADAI/PIGEIROS, DE LOBAO E PONTE CHA	1.165.532,64 €	
62671	CONSTRUÇÃO ETAR CANEDO	916.490,85 €	
TOTAL CONTA 42.2		10.483.823,04 €	

As obras terminadas por inventariar têm vindo a diminuir e são referentes a obras que se encontravam em curso.

À presente data encontra-se concluída por inventariar a ETAR de Fiães, com o valor de 3.494.322,84 €. Esta situação deve-se à contestação realizada pelo primeiro empreiteiro, não tendo havido até à presente data auto de receção provisório.

## 2 – Diminuições dos Imóveis

As diminuições ao inventário dizem respeito a alienações, transferências e abates, representando um valor bruto total de 772.849,49 €.

Porém, foi efetuada a regularização dos bens relativamente ao Empreendimento Habitacional na freguesia de Santa Maria de Lamas, uma vez que se encontrava registado no Património como um prédio único, sendo que no ano 2013 foi registado fração a fração.

### Quadro 52 - Diminuições dos Imóveis

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienações	Transf. E Abates	
42.1 - Terrenos e recursos naturais	49.476.558,48 €	891.859,75 €	183.116,43 €	304.617,56 €	49.880.684,24 €
42.2 - Edifícios e outras construções	138.693.333,26 €	11.474.960,18 €	- €	641.193,36 €	149.527.100,08 €
45.1 - Terrenos e recursos naturais	2.051.159,85 €	73.229,94 €	- €	10.155,00 €	2.114.234,79 €
45.3 - Outras construções e infraestruturas	50.949.289,14 €	2.486.060,14 €	- €	- €	53.435.349,28 €
45.9 - Outros bens de domínio público	173.852,94 €	- €	- €	- €	173.852,94 €
<b>TOTAL</b>	<b>241.344.193,67 €</b>	<b>14.926.110,01 €</b>	<b>183.116,43 €</b>	<b>955.965,92 €</b>	<b>255.131.221,33 €</b>



### Quadro 53 - Abates – Bens Imóveis

Mapa Imóveis Abatidos

Nr. Inv.	Classificação Patrimonial	Descrição	Freguesia	Localização	Data de Abate	Descrição	Documento Abate	Valor Patrimonial Atual
35248	42.2.1.01	EMPREENDIMENTO HABITACIONAL		RUA MANUEL DO MONTE	11-12-2012	10 Outros	49-A	765.099,15 €
35255	42.2.1.01	EMPREENDIMENTO HABITACIONAL	13	LARGO XANANA GUSMÃO	28-06-2012	10 Outros	24-A	451.253,31 €
35047	42.2.1.06	ESCOLA PRIMARIA GRANDAI PARCELA TERRENO-Z.I.CANEDO/V.MAIOR-PARC.8	7	RUA 31 JANUERO Nº 29	25-06-2012	12 Venda Terrenos	20-A	57.860,56 €
32034	42.1	Z.I.CANEDO/V.MAIOR-PARC.8 PARCELA TERRENO	31	LUGAR DE RELVA	17-01-2012	12 Venda Terrenos	18-A	4.152,49 €
32037	42.1	Z.I.CANEDO/V.MAIOR-PARC.6 PARCELA TERRENO	31	LUGAR DA RELVA	17-01-2012	12 Venda Terrenos	18-A	0,01 €
32041	42.1	Z.I.CANEDO/V.MAIOR-PARC.9 PARCELA TERRENO	31	LUGAR DE RELVA	17-01-2012	12 Venda Terrenos	18-A	5.293,49 €
32044	42.1	Z.I.CANEDO/V.MAIOR-PARC.7 TERRENO - LOTE 2	31	LUGAR DE CEDOFELTA	10-01-2012	12 Venda Terrenos	14-A	4.052,73 €
32067	42.1	PREDIO RUSTICO EDIFICO	1	LUGAR DE ALDRIZ	23-08-2012	13 Permuta	23-A	20.949,51 €
32804	42.1	ESCOLAR PREDIO RUSTICO-Z.I.CASALINHO	7	LUGAR DO GRANDAI	25-06-2012	12 Venda Terrenos	25-A	110,35 €
32958	42.1	PARC.10	13	LUGAR DA TEIHADA	12-06-2012	13 Permuta	27-A	41.069,77 €
32976	42.1	PREDIO URBANO	13	LUGAR DE VILA VERDE	28-06-2012	10 Outros	21-A	79.807,66 €
32981	42.1	PREDIO URBANO	13	LUGAR DE VILA VERDE	28-06-2012	10 Outros	21-A	214.483,09 €
41757	42.1	MAIOR-PARC.23	33	LUGAR DA BOAVISTA ZONA INDUSTRIAL	12-01-2012	12 Venda Terrenos	16-A	11.362,50 €
64300	42.1	PARCELA TERRENO Z.I.FIAES-LOTE 9	7	FIAES	13-11-2012	12 Venda Terrenos	26-A	28.869,60 €
64302	42.1	11	7	FIAES	19-06-2012	12 Venda Terrenos	32-A	58.790,43 €
64504	42.1	PREDIO RUSTICO	16	LUGAR DE REGADAS	02-07-2012	10 Outros	64-A	96.866,55 €
64512	42.3	PARC.8	2	FONTANHEIRA	19-06-2012	12 Venda Terrenos	31-A	18.346,56 €
64556	42.1	PARCELA TERRENO-LOTEAMENTO ARGONCHIHE-LOTE 5	1	LUGAR DO MONTE	10-12-2012	12 Venda Terrenos	48-A	8.022,97 €
64578	42.1	PARCELA TERRENO	31	LUGAR DE RELVA	10-01-2012	12 Venda Terrenos	15-A	3.735,00 €
64580	42.1	PARCELA TERRENO	31	LUGAR DE RELVA	12-01-2012	12 Venda Terrenos	17-A	11.250,00 €
64583	42.1	Z.I.CANEDO/V.MAIOR PREDIO URBANO-PROVEIO NI	31	LUGAR DA RELVA	17-01-2012	12 Venda Terrenos	18-A	0,01 €
64593	42.1	32976 I PARTE DO 32981	13	LUGAR DE VILA VERDE	28-06-2012	10 Outros	22-A	122.473,86 €
64598	42.1	PARC.18 PROVEIO NI 32958	13	LUGAR DA TEIHADA	12-06-2012	13 Permuta	28-A	25.569,77 €
64599	42.1	PARC.18 PROVEIO NI 32958/64598 PARCELA TERRENO Z.I.ARRIFANA PROVEIO NI 64512	13	LUGAR DE TEIHADA LUGAR DA RUA PARQUE / RUA	29-06-2012	13 Permuta	30-A	17.615,71 €
64605	42.1	PARCELA TERRENO DESAFETAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO	2	FONTANHEIRA RUA PARQUE / RUA	19-06-2012	12 Venda Terrenos	31-A	295,80 €
64610	42.1	PREDIO URBANO-PARTE SOBRANTE NAO LOTEADA - ALV.7/2006	3	CENTRAL	28-08-2012	12 Venda Terrenos	42-A	9.840,00 €
64623	42.1	PREDIO URBANO-PARTE SOBRANTE NAO LOTEADA - ALV.7/2006	25	OUTEIRINHO	02-07-2012	10 Outros	64-A	194.882,44 €
64633	42.1	LOTE 9	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	2.390,58 €
64634	42.1	LOTE 10	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.426,72 €
64635	42.1	LOTE 11	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.423,01 €
64636	42.1	LOTE 12	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	2.204,69 €
64637	42.1	LOTE 13	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	2.080,14 €
64638	42.1	LOTE 14	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.629,35 €
64639	42.1	LOTE 15	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.589,38 €
64640	42.1	LOTE 16	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.515,95 €
64641	42.1	LOTE 17	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.414,64 €
64642	42.1	LOTE 18	16	OUTEIRINHO	02-07-2012	13 Permuta	66-A	1.316,12 €
35425	45.3	MURO SOPORTE CLUBE DESPORTIVO ARRIFANENSE	2	ARRIFANA	31-12-2012	10 Outros	57-A	77.947,75 €
35628	45.3	LUGAR PARADA	12	LUGAR DA PARADA	31-12-2012	10 Outros	58-A	25.139,41 €
35635	45.3	CADINHA	13	LUGAR DA CADINHA	31-12-2012	10 Outros	61-A	13.196,56 €
35637	45.3	REDE ABASTECIMENTO AGUA E DRENAGEM VIA ESTRUTURANTE PB/RIO MEAO	0	MEAO	02-07-2012	10 Outros	63-A	501.640,60 €
-	45.3	REDE E EXCUCAO RAMAIS EM LOUROSA FIAES,CANEJO,ARGONCIHE HE	0	LOUROSA, FIAES, CANEJO, ARGONCIHE	02-07-2012	10 Outros	70-A	40.376,93 €
35652	45.3	REDE ABASTECIMENTO AGUA MONTE CIMA LODREIRO PAÇOS BRANDAO	0	MONTE DE CIMA	02-07-2012	10 Outros	74-A	104.284,38 €
35658	45.3	REDE DRENAGEM MONTE CIMA LODREIRO PAÇOS BRANDAO	19	MONTE CIMA LODREIRO	02-07-2012	10 Outros	74-A	454.842,13 €
35659	45.3	REDE DRENAGEM MONTE CIMA LODREIRO PAÇOS BRANDAO REDE DRENAGEM DOMESTICA E PLUVIAL TRAVANCA CIMA	19	MONTE CIMA LODREIRO	02-07-2012	10 Outros	74-A	454.842,13 €
35661	45.3	TRAVANCA EXECUCAO REDE DRENAGEM DOMESTICA E PLUVIAL RUA DA	29	TRAVANCA DE OIMA	02-07-2012	10 Outros	71-A	15.341,09 €
35662	45.3	CIRUNVALACAO PAVIMENTAÇÃO PASSIOS SANTA MARIA DA FLIRA	6	CIRUNVALACAO SANTA MARIA DA FLIRA	02-07-2012	10 Outros	75-A	273.898,82 €
35686	45.3	MARIA FEIRA	6	FEIRA	02-07-2012	10 Outros	72-A	172.617,40 €
35694	45.3	REDE SANITAMENTO VERGADA E FERMIL REDE DRENAGEM FERMIL	16	VERGADA E FERMIL ENGENHO FIAES SANTA MARIA DA FLIRA	02-07-2012	10 Outros	62-A	126.553,31 €
35712	45.3	REDE DE AGUA E DRENAGEM DE ESGOTOS ENGENHO FIAES	7	RUA DA FLIRA	02-07-2012	10 Outros	69-A	8.555,64 €
35741	45.3	REDE DE DRENAGEM PLUVIAL CORRAS FORROS PARCELA TERRENO ZONA VERDE E	8	RUA CORRAS	31-12-2012	10 Outros	56-A	128.519,91 €
41568	45.3	EQUIPAMENTO EXPROPRIAÇÃO PARCELA TERRENO ROJUNDA PERTO EN109-4	20	LUGAR DE CAVADAS	31-12-2012	10 Outros	67-A	2.650,00 €
41644	45.1	TOTAL	21	LUGAR OUTEIRO	02-07-2012	10 Outros	73-A	2.268,00 €
								4.166.875,83 €

### **Imobilizado em Curso**

O total das imobilizações em curso é o que consta no Balanço e que perfaz o total de 23.688.671,37 €, que reflete as obras que foram contabilizadas na 44 – imobilizações em curso e que ainda não tiveram o seu término.

**Quadro 54 - 44.2.1- Terrenos e Recursos Naturais**

Número	Identificação do Projeto	Valor
	Designação	
397/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS	113.345,44 €
	<b>TOTAL</b>	<b>113.345,44 €</b>

**Quadro 55 - 44.2.2.1.03 - Instalações Desportivas e Recreativas**

Número	Identificação do Projeto	Valor
	Designação	
13/2011	CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO DE MOZELOS	15.256,23 €
148/2012	MUSEU CONVENTO DOS LOIOS - 2ª FASE	392.564,85 €
149/2012	PAVILHÃO DESPORTIVO S.JOAO VER	29.908,21 €
53/2013	CONSTRUÇÃO BALNEÁRIO CAMPO JOGOS-PIGEIROS	58.811,19 €
	<b>TOTAL</b>	<b>496.540,48 €</b>

**Quadro 56 - 44.2.2.1.06 - Escolas**

Número	Identificação do Projeto	Valor
	Designação	
150/2012	CENTRO ESCOLAR CANEDO	605.974,71 €
151/2012	DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO MURO VEDAÇÃO EB1 MATA-PAÇOS BRANDAO	13.235,00 €
155/2012	CENTRO ESCOLAR ARRIFANA	32.945,00 €
2/2011	CENTRO ESCOLAR VALE	10.201,92 €
31/2012	CENTRO ESCOLAR FORNOS	7.642,94 €
98/2012	CONSTRUÇÃO EB 2,3 SANTA MARIA FEIRA E PAVILHÃO DESPORTIVO	3.767.732,55 €
CONT.160/2009	REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO EB 2/3 PAÇOS BRANDAO	3.436.178,01 €
	<b>TOTAL</b>	<b>7.873.910,13 €</b>

### Quadro 57 - 44.2.2.1.08 - Outros Edifícios

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
17/2011	EXECUÇÃO DA DEMOLIÇÃO DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO PALACIO JUSTIÇA - 1ª FASE	18.381,00 €
20/2011	REPARAÇÃO TANQUE PÚBLICO-RUA SALGUEIRINHA-SANTA MARIA LAMAS	5.024,14 €
361/2012	BENEFICIAÇÃO MUSEU PAPEL-ATENDIMENTO E ARRANJOS EXTERIORES	4.870,95 €
387/2012	RESTAURO E AMPLIAÇÃO UNIDADE SAÚDE RIO MEAO	40.918,47 €
388/2012	FONTENARIO E ESCULTURA	5.638,19 €
43/2013	CONSTRUÇÃO UNIDADE SAÚDE DE ARGONCILHE	521.299,29 €
		<b>TOTAL</b>
		<b>596.132,04 €</b>

### Quadro 58 - 44.2.2.2.01 - Viadutos, arruamentos e Obras Complementares

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
221/2012	CONSTRUÇÃO OBRAS ARTE CORRENTES-NOGUEIRA REGEDOURA	36.512,00 €
5/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO ESCOLAR MURADO-MOZELOS	263.172,49 €
6/2011	ARRUAMENTO ACESSO CENTRO SOCIAL MOZELOS	105.834,67 €
DESP.19/2010	REFORÇO DA ESTRUTURA DO PASSADIÇO-FIAES	10.493,26 €
51/2013	REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS DO OUTEIRINHO E PADRE ZE-SANTA MARIA LAMAS	43.238,88 €
		<b>TOTAL</b>
		<b>459.251,30 €</b>

### Quadro 59 - 44.2.2.2.04 - Parques e Jardins

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
10/2011	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS ABANDONADAS DE LOUROSA	649.812,40 €
55/2013	REQUALIFICAÇÃO DAS PEDREIRAS DAS PENAS - SANTA MARIA FEIRA	14.690,10 €
		<b>TOTAL</b>
		<b>664.502,50 €</b>

### Quadro 60 - 44.2.2.2.08 - Sinalização e Trânsito

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
391/2012	SEMAFOROS	2.741,56 €
	<b>TOTAL</b>	<b>2.741,56 €</b>

### Quadro 61 - 44.2.2.2.11 - Cemitérios

#### 44.2.2.2.11 - Cemitérios

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
CONT.80/2008	CONSTRUÇÃO DA CASA MORTUARIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	230.061,89 €
	<b>TOTAL</b>	<b>230.061,89 €</b>

### Quadro 62 - 44.2.2.2.12.01 - Redes de Abastecimento de Água

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
15/2011	EXECUÇAO REDE DE AGUA E SANEAMENTO - FEIRA PARK	106.652,69 €
152/2012	RESERVATORIO R53-MOSTEIRO	6.892,88 €
153/2012	RESERVATORIO R39-VALE	6.892,87 €
50/2013	REQUALIFICAÇÃO ZONA ENVOLVENTE CALDAS S. JORGE - AÇUDE SOBRE RIO UIMA	59.769,47 €
	<b>TOTAL</b>	<b>180.207,91 €</b>

**Quadro 63 - 44.2.2.05 - Instalações Desportivas e Recreativas**

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
14/2011	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CRIAÇÃO DE TEATRO E ARTES DE RUA	109.563,11 €
4/2012	CONSTRUÇÃO PAVILHÃO DESPORTIVO FIAES - 1ªFASE E 2ª FAZE	1.547.107,26 €
96/2012	ELABORACAO DE PROJECTO REABILITAÇÃO DO CINETEATRO ANTONIO LAMOSO	35.840,95 €
11/2013	CAMPO FUTEBOL VILAMAIORENSE-VILA MAIOR	5.917,28 €
12/2013	BALNEARIOS CAMPO TREINOS-CANEDO	62.986,47 €
13/2013	CAMPO TREINOS-CANEDO	63.820,12 €
14/2013	SANITARIO PUBLICO-ARRIFANA	2.697,01 €
15/2013	SANITARIOS PUBLICOS EM REBORDELO-CANEDO	23.409,33 €
16/2013	POLIDESPORTIVO DE VILARES-CANEDO	20.017,08 €
17/2013	CAMPO TREINOS-FIAES	21.091,52 €
18/2013	CAMPO TREINOS-RIO MEAO	14.670,80 €
19/2013	POLIDESPORTIVO-ARGONCILHE	16.252,35 €
20/2013	CAMPO TREINOS-TRAVANCA	49.007,16 €
21/2013	CAMPO FUTEBOL-S.JOAO DE VER	11.128,74 €
22/2013	CAMPO TREINOS-SANTA MARIA LAMAS	15.414,42 €
23/2013	BALNEARIOS CAMPO DE TREINOS-LOUROSA	4.899,82 €
24/2013	CAMPO TREINOS EM LOUROSA	8.973,54 €
25/2013	PARQUE JOGOS DO VALE	25.537,06 €
26/2013	CAMPO TREINOS DO ARRIFANENSE	663,59 €
27/2013	PARQUE JOGOS Mº CAROLINA LEITE-ARRIFANA	1.515,00 €
28/2013	CAMPO DE FUTEBOL-ESCAPAES	1.078,74 €
29/2013	PAVILHÃO MUNICIPAL-LOUROSA	10.234,09 €
30/2013	PISTA ATLETISMO DE LOUROSA	54.905,86 €
31/2013	PISCINA DE LOUROSA-HALL ENTRADA	18.596,20 €
32/2013	QUADRO ELECTRICO DIV.SANEAMENTO	5.774,36 €
33/2013	REMODELAÇÃO EB1 ORDONHE	6.049,16 €
34/2013	PISTA DE AQUECIMENTO-LOUROSA	129.926,88 €
35/2013	BALNEARIOS DO MILHEIROENSE	15.707,40 €
36/2013	PARQUE DESPORTIVO SANFINS	7.713,66 €
37/2013	CAMPO JOGOS MILHEIROS POIARES	20.632,75 €
38/2013	ALARGAMENTO VIA PUBLICA NA RUA S.CRISTOVAO-SANGUEDO	5.110,92 €
39/2013	ZONA DESPORTIVA DE FIAES	55.836,74 €
40/2013	CAMPO TREINOS GRUPO DESPORTIVO DE PAÇOS DE BRANDAO-TERRAPIANAGENS	47.343,78 €
41/2013	CAMPO FUTEBOL POUSADELA	4.580,00 €
42/2013	PARQUE DESPORTIVO POUSADELA-NOGUEIRA REGEDOURA	1.006,02 €
44/2013	CONSTRUÇÃO COMPLEXO DESPORTIVO E AMPLIAÇÃO DAS PISCINAS FIAES	156.595,64 €
		<b>TOTAL</b> 2.581.604,81 €

#### Quadro 64 - 44.2.2.12.02 - Redes de Saneamento e Esgotos

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
11/2011	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B2- LAJE MONTANTE	2.301.030,98 €
154/2012	INTERCEPTOR RIO MEAO	7.154,73 €
18/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM AGUAS PLUVIAIS - RUA 13 AGOSTO - S.MIGUEL SOUTO	14.049,63 €
3/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM DOMESTICA NA EB 2/3 ARRIFANA	16.261,29 €
4/2011	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL RUA S.MARTINHO- ARGONCILHE	104.258,49 €
9/2011	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B4- LAJE JUSANTE	2.135.944,97 €
99/2012	CONSTRUÇÃO VIA ACESSO AO PEC	61.248,92 €
CONT.51/2006	CONSTRUÇÃO ETAR FIAES	3.494.322,84 €
CONT.81/2011	CONSTRUÇÃO SISTEMA DRENAGEM AGUAS RESIDUAIS BACIA B3 - CASTER	1.373.231,88 €
CONT.83/2007	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO REGATO - FIAES	121.812,76 €
CONT.90/2010	REPERFILAMENTO DO INTERCEPTOR DO CASTER-SANTA MARIA FEIRA	104.257,99 €
CONT.99/2010	REABILITAÇÃO EMISSARIO RIOMAIOR - SANTA MARIA LAMAS	29.875,26 €
1/2013	CONSTRUÇÃO COLETOR DRENAGEM AV.BELCHIOR CARDOSO DA COSTA	14.144,37 €
3/2013	CONSTRUÇÃO REDE DRENAGEM PLUVIAL-LUGAR OUTEIRO-SANTA MARIA LAMAS	15.429,85 €
46/2013	REPARAÇÃO DE COLECTOR DE DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS NA RUA DR VITORINO DE SA	19.860,78 €
47/2013	INTERCEPTOR ARGONCILHE	1.500,00 €
		TOTAL 9.814.384,74 €

#### Quadro 65 - 44.2.2.12.03 - Construções diversas em Curso

Número	Identificação do Projeto Designação	Valor
16/2011	REABILITAÇÃO CIRCUITO HIDRAULICO MUSEU PAPEL-PAÇOS DE BRANDAO	24.538,35 €
19/2011	MANUTENÇÃO / CONSERVAÇÃO - OBRA ARTE	3.169,40 €
CONT.140/2009	REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL RIO UIMA - 1ªFASE-FIAES	48.241,98 €
CONT.146/2009	AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS	114.494,90 €
48/2013	REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL RIO UIMA - 2ª FASE	283.253,06 €
52/2013	CONSTRUÇÃO PONTE SOBRE A RIBEIRA DE BEIRE- PAÇOS DE BRANDAO	7.865,20 €
		TOTAL 481.562,89 €

#### **Quadro 66 - 44.2.5 - Ferramentas e Utensílios**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
45/2013	RODA DO MOINHO	1.516,21 €
		<b>TOTAL</b> 1.516,21 €

#### **Quadro 67 - 44.5.3.2. - Parques e Jardins**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
38/2012	MOINHO	18.853,87 €
216/2012	EQUIPAMENTO PARA RUA DR. FERREIRA PINHO VILA MAIOR	5.097,31 €
217/2012	CRUZEIRO	8.881,03 €
218/2012	MOINHO EM MOURE	11.493,41 €
392/2012	MOINHO NO ROSSIO - RIO CASTER	5.503,05 €
393/2012	FURO CARTESIANO	8.483,88 €
394/2012	EQUIPAMENTO PARA JARDIM INFANCIA-PAÇOS BRANDAO	5.515,38 €
395/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. PEREIRO - MILHEIROS DE POIARES	4.737,54 €
396/2012	EQUIPAMENTO PARA J.I. OUTEIRO - MILHEIROS POIARES	2.743,42 €
97/2012	EQUIPAMENTO PARA PARQUE DESPORTIVO DE VILA MAIOR	3.398,21 €
		<b>TOTAL</b> 74.707,10 €

#### **Quadro 68 - 44.8.1- Terrenos e Recursos Naturais**

Identificação do Projeto		Valor
Número	Designação	
398/2012	TERRENOS OBJETO DE CONTRATOS FUTUROS	118.202,37 €
		<b>TOTAL</b> 118.202,37 €

## Circulante

O ativo circulante, com o montante de 8.094.614,58 €, que representa 3% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

**Quadro 69 - Ativo Circulante**

Circulante	2013	2012	2011	2010	Variação (2013-2012)
<b>Existências</b>					
36 Matérias primas, subsidiárias e de consumo	338.836,65 €	397.184,33 €	677.609,99 €	757.064,41 €	-14,69%
<b>Dívidas de Terceiros Curto Prazo</b>					
212 Contribuintes c/c		5,39 €	- €	14.393,48 €	-100,00%
213 Utentes c/c	1.493.337,93 €	1.074.553,11 €	611.975,96 €	259.720,21 €	38,97%
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	106,20 €	114,96 €	114,96 €	55,22 €	-7,62%
24 Estado e Outros Entes Públicos	118.514,83 €	2.282,89 €			5091,44%
26 Outros devedores	1.688.565,38 €	5.152.340,24 €	5.566.771,00 €	7.674.518,36 €	-67,23%
<b>Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa</b>					
11 Caixa	7.673,43 €	201.598,89 €	4.521,14 €	304.025,58 €	-96,19%
12 Depósito em instituições financeiras	4.447.580,16 €	2.025.414,38 €	3.002.681,68 €	2.253.416,58 €	119,59%
<b>Total</b>	<b>8.094.614,58 €</b>	<b>8.853.494,19 €</b>	<b>9.863.674,73 €</b>	<b>11.263.193,84 €</b>	<b>-8,57%</b>

As rubricas referentes às dívidas de utentes c/c e contribuintes c/c (líquidas) registaram um aumento significativo quando comparado com o ano subsequente, passaram de 1.074.553,11 € para 1.493.337,93 €.

Contudo, a dívida de utentes, contribuintes, ostenta o montante bruto de 3.519.616,92 €, tendo sido provisionado o montante de 2.026.278,99 €, por serem dívidas em atraso, a mais de 180 dias.

Este acréscimo resulta da dificuldade de cobrar as receitas referentes às taxas de saneamento e recolha de resíduos sólidos, das rendas de habitação social, agravada pela da conjuntura económica que o país atravessa.

Sentido contrário, tem tido a rubrica outros devedores, onde se incluem todos os valores devidos ao município por conta de financiamentos oriundos da Administração Central, Fundos Comunitários onde se verificou um decréscimo de 67,23%. Esta rubrica tem a tendência de diminuir à medida que o município vai recebendo as comparticipações contratualizadas e registadas, uma vez que, a partir de 2010, houve alteração à contabilização dos fundos

comunitários. De acordo com informação da DGAL, os financiamentos obtido apenas deverão ser contabilizados à medida que são submetidos os pedidos de financiamento.

**Gráfico 27 - Ativo Circulante**



#### Acréscimos e Diferimentos - ativo

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos.

Em 2013, o reconhecimento de custos e proveitos de natureza ativa fixou-se em 21.822.718,71€, que comparado com o ano de 2012, regista um aumento 4.535.309,89 €, que corresponde a um aumento de 26,23%.

O quadro infra ilustra as receitas cobradas em 2013, mas cuja transferência para o Município só ocorrerá em 2014.

#### Quadro 70 - Acréscimos e Diferimentos - Ativo

Contas	Acréscimos e Diferimentos _ Ativo	Valor
27.1.1	Juros a receber	156,63 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	
	IMI	15.318.087,18 €
	Derrama	2.711.855,31 €
	IUC	286.870,15 €
	IMT	345.831,57 €
	Cobrança RSU e taxa de rede à Indaqua	1.382.913,48 €
	Receita emitida em 2014 que dizia respeito a 2013 (ex: RSU, refeições escolares, transferências DREN e outras)	1.772.559,80 €
27.2.1	Seguros	1.934,09 €
27.2.9	Outros custos diferidos	2.510,50 €

A parcela dominante nos acréscimos de proveitos é da responsabilidade ao Imposto Municipal de Imóveis, e da Derrama que são cobrados pela Autoridade Tributária e transferidos para o município no ano de 2014, mas referentes ao ano de 2013.

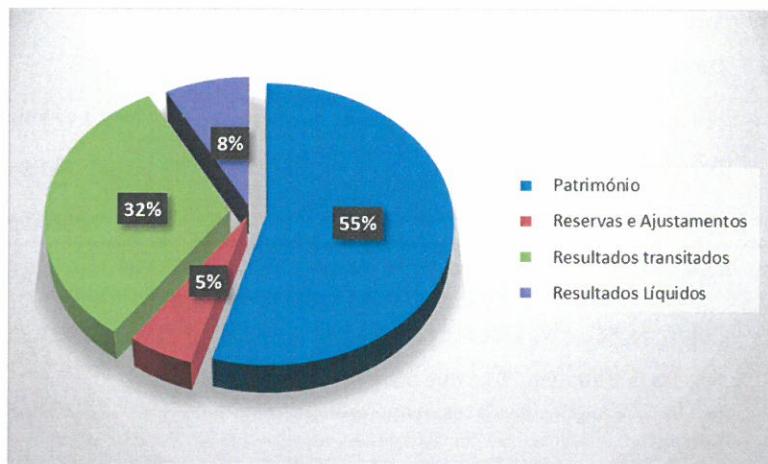
O cálculo da receita do IMI foi efetuado com base nas listagens disponibilizadas no site da Autoridade Tributária, acrescido do montante transferido em janeiro que se refere a 2013, enquanto que, para a Derrama a estimativa apresentada é a que consta no Orçamento para 2014, acrescido do montante transferido em janeiro, uma vez que não existe documentação de suporte para um cálculo rigoroso do valor. Assim, entendeu-se que o critério mais apropriado seria o adotado para o Orçamento de 2014, que consiste na média dos últimos 24 meses, conforme exigência do POCAL. O aumento destas componentes, resulta respetivamente em, 1.511.997,04 € e 573.039,00 €.

Foi igualmente alvo de acréscimo, as receitas referentes ao IUC – Imposto Único de Circulação, IMT – Imposto Municipal sobre Transações, e Contribuição Autárquica, cuja cobrança foi efetuada em Dezembro de 2013, pela Autoridade Tributária, mas cujo processamento da receita terá lugar apenas em 2014, que ascende na totalidade a 632.807,87€.

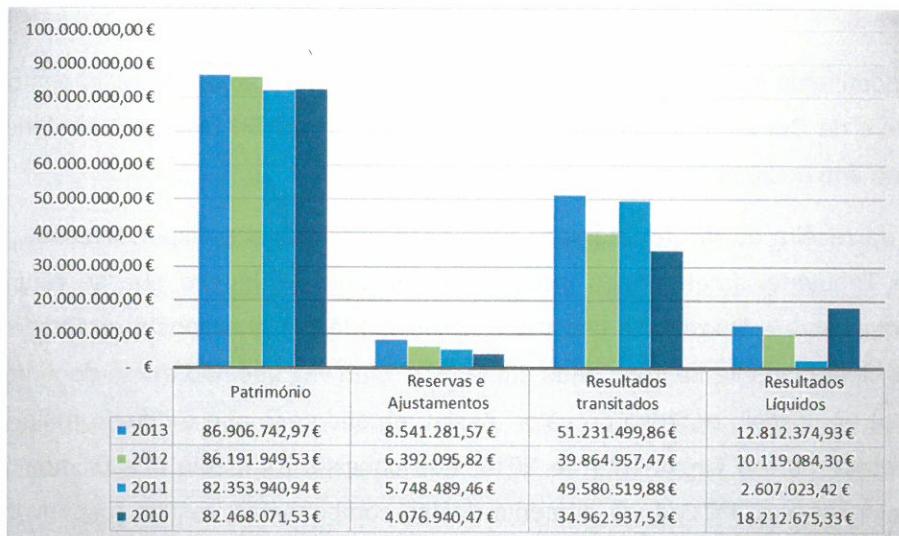
As receitas com as refeições escolares e com a cobrança de RSU têm uma diferente aplicação, pois são receitas procedentes do serviço prestado pelo município em dezembro de 2013, mas apenas debitado aos utentes/clientes em 2014.

## Fundos Próprios

**Gráfico 28 - Peso Fundos Próprios**



**Gráfico 29 - Distribuição Fundos Próprios**



Os Fundos Próprios totalizam no final de 2013 o valor de 159.491.899,33 €, que corresponde a um aumento face a 2012, em 11,87%.

A grande oscilação é procedente da inclusão do resultado líquido gerado no exercício anterior, como pelas regularizações efetuadas com repercussão à data de implementação do POCAL, bem como as importâncias classificadas em Reservas.

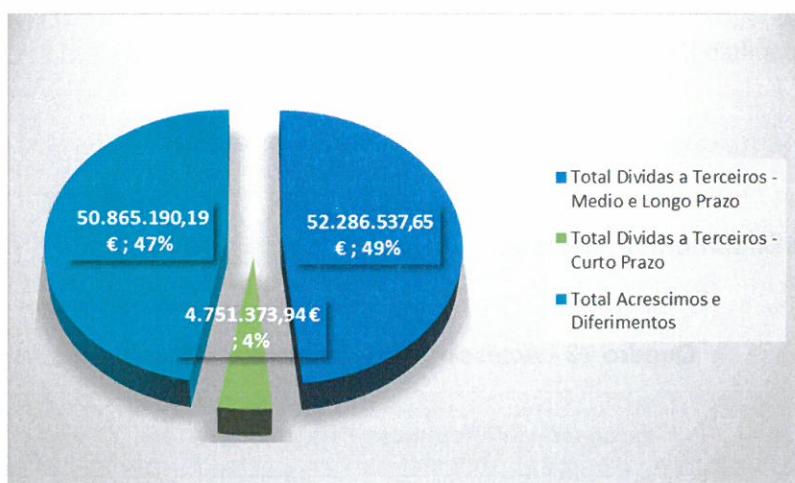
Salienta-se, ainda que, durante o exercício económico de 2013, devido à conclusão da análise efetuada, quer à conta de Imobilizações em Curso, quer à conta de Proveitos Diferidos, foram

identificados factos patrimoniais, que alteram a composição do património municipal e que àquela data não tinham sido devidamente relevados.

Remete-se para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, nomeadamente, no ponto 8.2.28 a apreciação detalhada dos Fundos Próprios com todos os movimentos explicados e justificados.

## Passivo

**Gráfico 30 - Estrutura do Passivo**



**Quadro 71 - Estrutura do Passivo**

	2013	2012	2011	2010
<b>Dividas a terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>				
Provisões	1.223.353,65 €	1.280.746,60 €		
Empréstimos de Médio e longo prazos	49.344.318,22 €	41.694.791,59 €	44.955.731,04 €	46.263.082,13 €
Acordos de Pagamento	1.718.865,78 €	2.321.298,36 €	2.725.115,52 €	
<b>Total Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>	<b>52.286.537,65 €</b>	<b>45.296.836,55 €</b>	<b>47.680.846,56 €</b>	<b>46.263.082,13 €</b>
<b>Dividas a terceiros - Curto Prazo</b>				
Empréstimos de curto prazo				
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	376.505,29 €	9.917.891,24 €	12.004.800,31 €	11.450.841,25 €
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.063.022,90 €	1.190.454,39 €	2.522.047,84 €	2.229.822,86 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	541.115,79 €	5.903.844,23 €	7.531.153,25 €	10.038.202,02 €
Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confer	1.311.956,20 €	455.288,03 €	512.234,29 €	1.321.202,02 €
Estado e outros entes públicos	198.843,78 €	167.447,86 €	173.151,63 €	188.807,09 €
Administração autárquica	11.575,35 €	59.815,43 €	86.070,56 €	- €
Outros credores	313.660,93 €	4.052.479,96 €	6.740.500,53 €	3.382.662,14 €
Garantias e Cauções	934.693,70 €	956.942,13 €	1.711.824,62 €	1.999.423,70 €
<b>Total Dividas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>4.751.373,94 €</b>	<b>22.704.163,27 €</b>	<b>31.281.783,03 €</b>	<b>30.610.961,08 €</b>
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
Acréscimos de custos	1.982.562,22 €	1.983.543,11 €	1.388.700,55 €	2.496.923,39 €
Proveitos diferidos	48.882.627,97 €	44.193.088,10 €	44.965.797,91 €	39.859.535,58 €
<b>Total Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>50.865.190,19 €</b>	<b>46.176.631,21 €</b>	<b>46.374.498,46 €</b>	<b>42.356.458,97 €</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>107.903.101,78 €</b>	<b>114.177.631,03 €</b>	<b>125.337.128,05 €</b>	<b>119.230.502,18 €</b>

A análise efetuada atende à informação contida no balanço, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Como é dado observar à data de 31 de dezembro de 2013 o passivo total atingiu o montante de 107.903.101,78 €, tendo-se verificado uma redução no valor de 6.274.529,25 € relativamente ao ano de 2012, e que corresponde a -5,50%. Porém, comparativamente ao ano de 2011, a redução traduziu-se em -17.434.026,27 €, ou seja, diminuiu -13,91%.

As dívidas de médio e longo prazo aumentaram em 6.989.701,10 €, comparativamente com o ano 2012, por força da utilização do empréstimo PAEL e do empréstimo do BEI

A dívida de curto prazo foi a rubrica com maior desempenho e que diminui, relativamente ao ano de 2012, no montante de 17.952.789,33 €. A análise mais pormenorizada foi devidamente explicitada no capítulo II – Análise ao Endividamento.

### Acréscimos e Diferimentos - passivo

**Quadro 72 - Acréscimos e Diferimentos - Passivo**

Contas	Acréscimos e Diferimentos _ Passivo	Valor
27.3.2	Remunerações a liquidar	1.681.924,69 €
27.3.3	Juros a liquidar	70.538,39 €
27.3.9	Outros acréscimos de custos	230.099,14 €
27.4.5	Subsídios para investimentos	48.851.442,74 €
27.4.9	Outros proveiros diferidos	31.185,23 €
<b>Total</b>		<b>50.865.190,19 €</b>

Igualmente confinados ao princípio da especialização dos exercícios são os acréscimos e diferimentos de natureza passiva. Têm lugar sempre que no exercício económico se relevam custos ou se processam receitas, e que devem ser reconhecidos no próprio exercício ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercícios posteriores.

Do total dos acréscimos de custos a parcela com maior expressividade respeita a remunerações a pagar em 2014, cujo custo deverá onera o exercício a que respeita, ou seja, ao ano de 2013.

No que concerne aos proveitos diferidos, destaca-se o reconhecimento dos subsídios para investimento, no montante global de 48.851.442,74 €.

Durante o ano de 2013, os serviços finalizaram a análise à conta 27.4.5.6 – Fundos comunitários, e procederam à anulação do saldo, quer pela transferência para uma conta específica, quer por anulação.

Para controlo da cada candidatura realizada, foi elaborado um mapa específico, onde constam todas as obras associadas, com data de finalização, número de inventário do património associado a cada obra, valor recebido da candidatura e valor das amortizações a realizar.



## Quadro 73 - Obras Financiadas

(1)	(2)	(3)	Amortizações anteriores 3	Amortizações Exercício (2013) 4	Recebimentos / Correções 2013	Amortizações acumuladas 5=3+4	Saldo da conta 27.4.5 correção (31.12.2013)	Conta 27.4.5.
Zona Industrial de Romaniz - Santa Maria da Feira	2005	1.377.230,45	363.103,58	45.387,95		408.491,53	499.267,41	27.4.5.4.1.1.70
Zona Industrial de Soutelo - Fões	2006	1.206.893,73	344.699,88	49.242,84		393.942,72	590.914,09	27.4.5.4.1.1.69
Remodelação e Ampliação do Edifício das Termas das Caldas de S. Jorge	2003	3.195.346,17	746.629,54	21.208,47		767.838,00	1.415.377,99	27.4.5.4.1.1.67
Parque Empresarial da Cortiga (Via de acesso)-1ª fase	2009	2.679.495,57	329.741,94	80.432,93		410.174,87	1.198.483,65	27.4.5.4.1.1.68
Biblioteca Municipal 3ª fase	2000	1.134.871,12	605.486,86	8.967,07		614.453,93	199.284,97	27.4.5.4.1.1.21
Complexo Desportivo e Ampliação da Piscina Calvario de Fões	2007	901.684,86	41.548,07	6.924,68		48.472,75	505.501,45	27.4.5.4.1.1.22
Reservatórios 1ª fase	2009	2.381.603,67	48.851,99	12.655,57		61.507,56	950.937,65	27.4.5.4.1.1.65
Reservatórios 2ª fase	2009	2.368.494,00	48.671,69	11.799,22		60.470,91	883.466,59	27.4.5.4.1.1.66
Mobilidade para todos	2013	75.026,96	5.234,40	4.631,42	1.362,01	9.865,82	36.448,36	27.4.5.4.7.1
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª Fase	2005	832.378,73	151.713,45	21.358,79		173.072,24	254.103,57	27.4.5.4.1.1.23
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª Fase	2005	804.903,57	148.618,95	23.679,81		172.298,76	301.297,44	27.4.5.4.1.1.24
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	745.889,83	136.130,06	18.721,15		154.851,21	288.187,70	27.4.5.4.1.1.25
Ampliação de Redes no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	546.010,10	57.553,37	9.672,59		67.225,96	170.197,75	27.4.5.4.1.1.26
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho - 2ª fase	2004	596.880,03	160.803,21	17.919,29		178.722,50	179.663,25	27.4.5.4.1.1.27
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Santa Maria da Feira	2006	719.779,61	83.473,54	16.248,90		99.722,44	276.601,18	27.4.5.4.1.1.28
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial na Rua de São Tiago - Lobão	2005	364.916,12	88.969,92	11.121,24		100.091,16	122.333,63	27.4.5.4.1.1.29
Construção de Redes de Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais nas EN's 222 e 223	2005	943.885,35	245.012,97	29.656,15		274.669,12	318.453,94	27.4.5.4.1.1.30
Construção/Remodelação das Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial em Vila Boa, SMTM da Feira	2005	303.666,15	82.211,54	10.276,44		92.487,98	113.040,87	27.4.5.4.1.1.31
Abastecimento de Água e saneamento na via estruturante Paços de Brandão/Ribeira - EN 109/04	2004	408.474,18	113.654,84	12.628,32		126.283,16	126.283,15	27.4.5.4.1.1.32
Redes de abastecimento de água na Vergada e Ermiel e redes de drenagem em Emil-Mozelos, SMTM Feira	2004	293.294,59	73.897,53	8.210,84		82.108,37	82.108,36	27.4.5.4.1.1.33
Abastecimento de água e saneamento na Póvoa e Faria - Caneido	2002	335.983,71	111.522,57	11.128,59		122.651,16	99.920,70	27.4.5.4.1.1.34
Abastecimento de água, drenagem doméstica e pluvial Vergada (Mozelos) Feradai e Guarrat Fões	2002	281.649,67	105.970,37	10.317,85		116.288,22	90.068,79	27.4.5.4.1.1.35
Drenagem Doméstica e Pluvial nos lugares das Casas e Louresela	2002	589.521,35	233.004,21	21.182,20		254.186,41	169.457,61	27.4.5.4.1.1.36
Etar da Remolha	2002	1.182.992,40	78.995,17	7.181,38		86.176,55	488.333,79	27.4.5.4.1.1.37
Redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos Domésticos e Pluviais em Santa Maria da Feira	2002	434.032,71	185.164,32	16.833,12		201.997,44	134.664,96	27.4.5.4.1.1.38
Redes de Drenagem Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	660.233,05	91.565,66	12.939,25		104.504,91	279.680,08	27.4.5.4.1.1.39
Redes de Drenagem de Águas Pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2005	419.660,22	86.345,63	12.542,26		98.887,89	151.957,39	27.4.5.4.1.1.40
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	806.703,34	45.480,88	8.149,47		53.630,35	993.369,65	27.4.5.4.1.1.41
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2008	573.112,22	33.920,03	6.784,01		40.704,04	278.674,40	27.4.5.4.1.1.42
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2008	731.078,56	88.003,09	17.457,51		105.460,60	286.621,40	27.4.5.4.1.1.43
Redes de Drenagem Doméstica e Pluvial no Concelho de Santa Maria da Feira - 5ª fase	2008	431.152,16	51.185,73	10.126,87		61.312,60	174.308,47	27.4.5.4.1.1.44
Redes de Abastecimento de água em Caneido e Vale, SMTM Feira	2007	566.090,94	61.924,05	12.104,42		74.028,47	252.177,11	27.4.5.4.1.1.45
Requalificação do Espaço Urbano em SMTM Feira	2004	387.965,27	111.689,37	11.817,54		123.506,91	148.682,11	27.4.5.4.1.1.46
Recuperação da Casa dos Condes de Fíjó	2001	265.466,93	43.104,88	3.592,07		46.696,95	132.906,71	27.4.5.4.1.1.47
Requalificação Urbana no Concelho de SMTM Feira	2005	299.051,46	56.400,78	9.719,19		66.119,97	128.263,86	27.4.5.4.1.1.48
Recuperação/Ampliação de Escolas Primárias do Concelho	2004	619.470,60	69.767,76	8.283,34		78.051,10	326.922,95	27.4.5.4.1.1.49
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª Fase	2003	344.209,76	109.153,18	11.583,74		120.736,92	110.937,95	27.4.5.4.1.1.50
Construção da Escola Pré-Primária de São Domingos, Argoncilhe	2004	252.961,53	18.686,82	2.055,31		20.742,13	143.682,87	27.4.5.4.1.1.51
Construção, Recuperação e Ampliação de Escolas no Concelho, 2ª fase	2004	536.219,60	33.566,34	4.171,84		37.738,18	296.008,87	27.4.5.4.1.1.52
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 3ª fase	2005	585.839,91	125.937,19	15.174,01		141.111,20	221.908,18	27.4.5.4.1.1.53
Recuperação e Ampliação da Escola nºII Paços Brandão	2007	400.319,22	20.370,00	3.395,00		23.765,00	247.835,00	27.4.5.4.1.1.54
Requalificação Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 4ª fase	2004	330.336,69	73.681,87	10.357,77		84.039,64	123.115,71	27.4.5.4.1.1.55
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	280.849,17	42.865,37	6.320,55		49.185,92	80.501,49	27.4.5.4.1.1.56
Revitalização Urbana no Concelho de Santa Maria da Feira - 2ª fase	2007	577.988,47	91.162,79	15.893,62		107.056,41	254.880,83	27.4.5.4.1.1.57
Construção de Pontões Democados Pelas Cheias - 1ª Fase	2003	301.840,29	111.948,95	11.194,90		123.143,85	100.754,05	27.4.5.4.1.1.74
Construção do Prolongamento e Electrificação da Via Estruturante do Eixo Industrial Norte e Construção da Rotunda do Casalinho	2005	1.124.559,67	339.423,88	40.457,80		379.881,68	429.274,36	27.4.5.4.1.1.79
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)	2002	469.298,99	84.920,34	8.492,03		93.412,38	67.936,28	27.4.5.4.1.1.80
Reabilitação EN 327	2006	1.808.856,28	375.397,68	75.067,54		450.405,21	1.049.594,78	27.4.5.4.1.1.73
Reordenamento de instalações das Redes de Educação Pré-escolar e do Ensino Básico - Construção da Escola EB1 Murado, Morelos	2009	970.371,34	37.806,66	7.059,54		44.866,20	415.870,60	27.4.5.4.1.1.78
Museu Convento dos Loios	2008	1.671.224,61	69.447,40	12.907,98		82.355,38	529.892,60	27.4.5.4.1.1.16
Museu Papel	2008	1.280.007,58	67.916,58	9.565,88		77.482,45	507.645,78	27.4.5.4.1.1.72
Projeto Despertar Novos Museus	2007	213.072,04	78.261,18	6.499,04		84.760,22	13.080,12	27.4.5.4.1.1.71
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira	2002	617.463,46	104.397,90	11.577,82		115.975,73	115.580,75	27.4.5.4.1.1.81
Aptretamento informático das Escolas EB1 no Concelho de Santa Maria da Feira	2005	228.141,98	140.211,75	0,00		140.211,75		acabou em 2008



(1)	(2)	(3)	Amortizações anteriores 3	Amortizações Exercício (2013) 4	Recebimentos / Correções 2013	Amortizações acumuladas 5=3+4	Saldo da conta 27.4.5 correcto (31.12.2013)	Conta 27.4.5.
Conteudos Multimédia Educativos nas Escolas EB1 no Concelho de Santa Maria da Feira	2006	72.300,20	48.675,86	0,00		48.675,86		acabou em 2008
Aptrechamento Informático nas Escolas do Ensino pré-escolar no Concelho de Santa Maria da Feira	2007	128.611,06	88.720,89	0,00		88.720,89		acabou em 2010
Espaço.net-Espaço internet de Santa Maria da Feira	2003	72.533,65	56.043,77	0,00		56.043,77	56.043,77	27.4.5.4.1.1.84
Construção da Escola Fixa de Trânsito de Fiães, Santa Maria da Feira	2010	453.362,07	5.077,31	1.692,44		6.769,75	128.625,24	27.4.5.4.1.1.76
Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elio de Castro em Santa Maria da Feira	2006	270.191,35	6.378,58	911,23		7.289,81	65.608,25	27.4.5.4.1.1.77
Ordenamento Valorização e Requalificação das Margens do caster	2008	618.497,27	66.022,50	13.204,50		79.227,00	184.863,00	27.4.5.4.1.1.75
		618.497,27	63.411,88	10.568,65		73.980,53	147.961,04	27.4.5.1.1.1.02.01
Fundo Coesão	2013	12.294.170,85	5.650,90	68.475,46		74.126,37	7.221.514,39	27.4.5.4.1.1.82
Município Digital	2009	710.357,78	434.817,82	77.640,43		512.458,26	101.632,52	27.4.5.1.1.9.02
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 4ª Fase	2005	347.184,78	53.296,53	6.889,22		60.185,75	132.116,25	27.4.5.4.1.1.58
Fechos de Rede em Várias freguesias do Concelho - 3ª Fase	2004	422.177,60	115.528,01	13.773,86		129.301,87	146.175,40	27.4.5.4.1.1.59
Fechos de Rede em várias Freguesias do Concelho	2004	699.758,45	211.321,34	22.320,26		233.641,60	212.763,66	27.4.5.4.1.1.60
Construção das Redes de Abastecimento de Água e Drenagem Pluvial em Monte de Cima Lodeiro-Paços de Brandão	2003	525.783,84	178.577,13	17.857,71		196.434,84	178.577,14	27.4.5.4.1.1.61
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 1ª Fase	2003	674.135,13	67.023,90	7.036,18		74.060,08	379.808,95	27.4.5.4.1.1.62
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 2ª Fase	2003	694.326,22	214.092,26	23.107,50		237.199,76	224.950,22	27.4.5.4.1.1.63
Eliminação Pontos de Conflito em Vias Municipais - 3ª Fase	2003	335.109,81	91.328,12	10.852,88		102.181,00	114.876,58	27.4.5.4.1.1.64
Conclusão do Interceptor do Caster	2009	140.923,62	11.276,46	2.819,11		14.095,57	42.286,72	27.4.5.1.1.1.02.02
Requalificação da Rua dos Descobrimentos	2008	144.016,64	28.871,51	5.374,30		34.645,82	80.840,24	27.4.5.1.1.1.02.03
Centro Escolar de Espargo	2012	926.995,87	3.685,02	16.159,76	101.244,87	19.844,78	730.711,36	27.4.5.4.1.1.11
Centro Escolar de Igreja Lobão	2011	1.162.900,16	27.363,03	18.910,81	2.215,82	46.273,84	880.138,31	27.4.5.4.1.1.06
Centro Escolar de Igreja Lourosa	2013	1.003.905,71	766,39	15.534,11	198.400,34	16.300,50	781.671,14	27.4.5.4.1.1.07
Centro Escolar de Valrico Souto	2011	780.605,14	11.449,87	11.409,77	89.160,13	22.859,64	520.696,50	27.4.5.4.1.1.13
Centro Escolar Souto Nogueira da Regedoura	2011	925.358,72	22.648,24	14.359,53	13.581,78	37.007,77	710.807,83	27.4.5.4.1.1.01
Centro Escolar S. João Vér	2013	2.587.662,01	0,00	27.109,22	628.709,29	27.109,22	1.500.707,54	27.4.5.4.1.1.12
Centro Escolar S. Domingos - Argoncilhe	2011	716.626,58	10.045,04	9.782,64	99.156,31	19.827,68	481.215,43	27.4.5.4.1.1.04
Centro Escolar de Mosteirô	2012	1.590.138,61	7.795,99	22.549,62		30.345,61	1.122.763,08	27.4.5.4.1.1.09
Centro Escolar de Louredo	2011	842.924,52	16.606,69	10.683,84	73.918,38	27.290,53	565.713,55	27.4.5.4.1.1.05
Centro Escolar Chão do Monte - Lamas	2011	551.789,67	17.224,82	7.111,48		24.336,30	236.890,13	27.4.5.4.1.1.10
Centro Escolar de Arraial - Sanguedo	2012	838.459,10	5.735,57	13.435,20		19.170,77	564.342,87	27.4.5.4.1.1.08
Requalificação/Ampliação da Escola Básica de Paços de Brandão					686.920,47		3.095.194,98	27.4.5.4.1.1.03
Reabilitação e Gestão Activa do Corredor Ecológico do Rio Ulma	em curso				49.407,14		84.815,36	27.4.5.4.1.1.02
Centro de Criação de Teatro e Artes de Rua	em curso				255.440,18		255.440,18	27.4.5.4.1.1.18
Ampliação do Museu Convento dos Lóios	em curso				226.319,21		226.319,21	27.4.5.4.1.1.16
Construção e Instalação do Centro de Informação Turística de Santa Maria da Feira								
TEC Escolas EDV								
Recuperação das Pedreiras de Lourosa	em curso				812.619,71		812.619,71	27.4.5.4.4.4
Recuperação das Pedreiras de Lourosa	em curso							27.4.5.4.1.14
Criação Escola Básica de Santa Maria da Feira	em curso				3.123.748,74		3.123.748,74	27.4.5.4.1.1.15
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B2)	em curso				1.248.305,69		1.248.305,69	27.4.5.4.4.1
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B3)	em curso				743.167,22		743.167,22	27.4.5.4.4.2
Construção das Redes Baixa Laje e Caster (B4)	em curso				985.144,23		985.144,23	27.4.5.4.4.3
Caldas RiverNatura	em curso				93.472,16		93.472,16	27.4.5.4.7.2
Construção do Pavilhão Desportivo de Fiães - 2ª Fase	em curso				273.801,03		523.449,89	27.4.5.4.3.1
Via Feira Nova - 1ª Fase da Via Circular à Cidade (Operação Norte-10-0350-FEDER-000029)	2013	728.579,63	0,00	30.964,63	463.877,18	30.964,63	497.765,51	27.4.5.4.1.1.17
		728.579,63	0,00	5.464,35	76.398,93	5.464,35	103.350,75	27.4.5.1.1.1.02.04
Construção da Unidade de Saúde de Argoncilhe					301.773,32		301.773,32	27.4.5.1.1.1.03
Jardim de Infância de Igreja, Sanguedo	2013	399.442,61	308,01	4.624,77	120.983,65	4.932,78	209.585,98	27.4.5.1.1.1.04
Centro Escolar de Canedo	em curso				199.327,51		199.327,51	27.4.5.4.1.1.19
		75.463.964,52 €	9.124.894,19 €	1.343.704,56 €	10.694.054,98 €	10.468.591,75 €	46.774.244,76 €	

Após validação das obras inventariadas e confrontado com o valor das amortizações na aplicação do Património, houve necessidade de se realizar ajustamentos à conta 59, por a



imputação do subsídio correspondente às amortizações ter sido subavaliadas ou sobreavaliadas, dependendo do resultado obtido.

## IX. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do município durante o ano de 2013.

**Quadro 74 - Demonstração de Resultados**

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2013		2012	
61	<b>Custos e perdas</b> Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
62	Mercadorias	1.290.081,92 €	1.290.081,92 €	1.049.952,09 €	1.049.952,09 €
63	Matérias		14.803.467,53 €		15.191.066,30 €
641+642	Fornecimento e serviços externos				
643 a 648	Custos com o pessoal				
64	Remunerações	10.930.164,08 €		9.781.232,26 €	
65	Encargos sociais	2.908.708,28 €	13.838.872,36 €	2.231.526,79 €	12.012.759,05 €
66	Transf. e subs. correntes concedidos e prestações sociais			4.351.318,43 €	4.593.424,89 €
67	Amortizações do exercício			6.337.481,76 €	6.101.305,57 €
68	Provisões do exercício			921.842,92 €	2.232.102,32 €
69	Outros custos operacionais			104.123,36 €	38.489,20 €
	(A)			41.647.188,28 €	41.219.099,42 €
70	Custos e perdas financeiras			1.252.954,44 €	1.641.127,17 €
	( C )			42.900.142,72 €	42.860.226,59 €
71	Custos e perdas extraordinários			2.914.612,93 €	3.331.955,34 €
	( E )			45.814.755,65 €	46.192.181,93 €
72	Resultado Líquido do exercício			12.812.374,93 €	10.119.084,30 €
	( x )			58.627.130,58 €	56.311.266,23 €
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
7111	Vendas e prestações de serviços				
7112+7113	Venda de mercadorias				
712	Vendas de produtos	3.159,00 €	3.159,00 €		
	( B )				
72	Prestações de serviços	7.092.123,79 €	7.092.123,79 €	7.643.386,65 €	7.643.386,65 €
	( C )			7.095.282,79 €	7.643.386,65 €
73	Impostos e taxas			25.547.216,62 €	23.661.617,37 €
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade			210.689,67 €	
76	Proveitos suplementares			2.470,22 €	2.339,96 €
77	Transferências e subsídios obtidos			20.120.966,70 €	19.920.538,27 €
78	Outros proveitos e ganhos operacionais			58.434,61 €	35.458,58 €
	( B )			53.035.060,61 €	51.263.340,83 €
79	Proveitos e ganhos financeiros			243.301,92 €	92.553,06 €
	( D )			53.278.362,53 €	51.356.293,89 €
	Proveitos extraordinários			5.348.768,05 €	4.954.972,34 €
	( F )			58.627.130,58 €	56.311.266,23 €
Resumo:	Resultados Operacionais:( B - A )		11.387.872,33 €		10.044.241,41 €
	Resultados Financeiros:( D - B )-( C - A )		- 1.009.652,52 €		- 1.548.174,11 €
	Resultados Correntes:( D - C )		10.378.219,81 €		8.496.067,30 €
	Resultado Líquido do Exercício:( F - E )		12.812.374,93 €		10.119.084,30 €

#### Quadro 75 - Estrutura dos Custos/Proveitos

Estrutura dos Custos		2013	2012
Materias primas e subsidiarias		2,20%	1,86%
Fornecimentos e serviços		25,25%	26,98%
Transferências e subsidios concedidos		7,42%	8,16%
Pessoal		23,60%	26,98%
Amortizações		10,81%	10,83%
Outros custos operacionais		0,18%	0,07%
Custos extraordinários		4,97%	5,92%
Provisões		1,57%	3,96%

Estrutura dos Proveitos		2013	2012
Vendas e prestações serviços		12,10%	13,57%
Impostos e taxas		43,58%	42,02%
Transferências e subsidios obtidos		34,32%	35,38%
Proveitos suplementares		0,00%	0,00%
Outros proveitos e ganhos operacionais		0,10%	0,00%
Proveitos e ganhos financeiros		0,41%	0,17%
Proveitos extraordinários		9,12%	8,80%

Ao se proceder a uma análise a nível global, verifica-se uma melhoria em todos os resultados sem exceção.

Os proveitos globais gerados foram de 58.627.130,58 € enquanto os custos totais totalizaram 45.814.755,65 €, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 12.812.374,93 €.

A ótica de custos e proveitos por natureza facilita a exposição sistemática daqueles valores em Resultados Operacionais, Resultados Financeiros e Resultados Extraordinários.

Os resultados operacionais apresentaram uma subida bastante positiva, na ordem dos 13,38% que conjuntamente com os resultados correntes foram determinantes para o desempenho excelente do resultado líquido do exercício que atingiu o montante de 12.812.374,93 €. Se compararmos com o resultado líquido do exercício de 2012, este obteve um aumento de 26,62%.

Da análise dos resultados operacionais, destacam-se por um decréscimo de todas as rubricas que concorrem para os custos operacionais, excepcionalmente a rubrica de custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, remunerações e encargos sociais, amortizações do exercício e outros custos operacionais.

As quebras mais significativas dos custos operacionais verificam-se nas provisões do exercício em 58,70% comparativamente com o ano transato, concretamente nas provisões para processos judiciais em curso, com impacto de (-) 57.392,95 €, registando igualmente as provisões para cobrança duvidosa uma diminuição (-) 649.076,97 €.

No que respeita a rubrica fornecimento e serviço externos e transferências e subsídios correntes e prestações sociais verifica-se um decréscimo dos valores em 387.598,77 € e 242.106,46 € respetivamente, como resultado do esforço do município na contenção de despesa.

Relativamente aos custos com pessoal, verificou-se um acréscimo de 1.826.113,31 € comparativamente com o ano de 2012. Este aumento justifica-se pela reposição dos subsídios de férias e de natal e respetivos encargos, que no ano de 2012 foram suspensos.

As amortizações do exercício representam 15,20% do peso no total dos custos operacionais, verificando-se somente um ligeiro aumento de 3,87%, no montante de 236.176,19 €, comparativamente com o ano transato.

Focalizada a análise nos Proveitos Operacionais, constata-se que o seu valor em 2013 se fixou em 53.035.060,61 €, patenteando uma majoração de 3,46%, relativamente ao ano anterior.

Os impostos e taxas, que se apresentam como principal componente das receitas operacionais representando cerca de 48% dessas receitas, obtiveram um incremento de 1.885.599,25 €, originado pelo aumento do imposto municipal sobre imóveis (IMI), do imposto municipal sobre transmissões onerosas (IMT), derrama e pelo imposto único de circulação (IUC).

Relativamente às rubricas de proveitos suplementares e outros proveitos operacionais, apresentaram variações positivas, nos montantes de 130,26 € e 22.976,03 €, respetivamente, em comparação com o ano de 2012.

No ano de 2013, os resultados financeiros diminuíram ligeiramente comparativamente ao ano transato e fixaram-se em (-)1.009.652,52 €, cujo valor conjugado com o resultado operacional justifica um resultado corrente de 10.378.219,81 €.

Relativamente aos resultados extraordinários que, com referência ao ano de 2012, aumentaram cerca de 50%, no montante de 811.138,12 €.

Tal como é dado a observar, é a atividade operacional que perentoriamente influiu na formação desse ganho, ao contribuir com um resultado extraordinário de 11.387.872,33 €. A atividade operacional do município é de facto aquela que é determinante para os resultados obtidos. De igual forma, do lado dos custos são os operacionais os que mais relevam, com um peso percentual de cerca de 91%, expurgado o resultado líquido.

Em síntese, conclui-se que todas as componentes de resultados contribuíram positivamente para a melhoria do resultado líquido de 2013.

O detalhe da apreciação dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários consta das Notas ao balanço e à Demonstração de Resultados, em pontos próprios.

**Quadro 76 - Indicadores Financeiros**

Capitais Permanentes / Activo Imobilizado	2010	2011	2012	2013
<b>Estrutura do Activo</b>				
Activo Fixo / Activo Total	91,09%	90,54%	89,82%	88,81%
Activo Circulante / Activo Total	6,12%	6,00%	3,45%	3,03%
<b>Estrutura do Passivo</b>				
Passivo curto prazo / Passivo Exigível	38,46%	39,62%	34,03%	8,51%
Passivo médio longo prazo / Passivo Exigível	62,95%	56,93%	65,97%	91,49%
<b>Análise do Passivo Exigível:</b>				
• <b>Coeficiente de Endividamento</b>				
Passivo exigível / Fundos Próprios	52,60%	56,29%	46,80%	35,00%
• <b>Coeficiente de Endividamento a curto prazo</b>				
Exigível a curto prazo / Fundos Próprios	19,49%	22,30%	15,93%	2,98%
• <b>Coeficiente de Endividamento a longo prazo</b>				
Exigível a médio e longo prazo / Fundos Próprios	33,11%	33,99%	30,87%	32,02%
Exigível a médio e longo prazo / Imobilizado Corpóreo	22,59%	20,05%	19,34%	21,77%
<b>Índice de Liquidez Geral</b>				
Activo Circulante / Passivo a curto prazo	57,42%	51,07%	39,00%	170,36%
<b>Índice de Solvência</b>				
Dívidas a Terceiro/Fundos Prop. e Passivo	10,65%	11,76%	8,84%	1,78%
<b>Índices de Autonomia Financeira</b>				
Fundos Próprios / Activo Total	54,67%	52,73%	55,53%	59,65%
Capitais Permanentes / Activo Imobilizado	79,89%	76,89%	79,91%	88,66%

### Quadro 77 - Rácios

Rácios/Ano	2010	2011	2012	2013
Receita Total per Capita	506,14 €	459,25 €	420,34 €	558,91 €
Receita Total Km2	286.516,77 €	296.375,97 €	271.268,53 €	360.691,19 €
Despesa Total Per Capita	842,10 €	739,84 €	660,39 €	654,46 €
Despesa Total por Km2	476.703,46 €	477.457,09 €	426.183,87 €	422.355,81 €
Receitas Proprias per Capita	224,87 €	214,15 €	219,43 €	227,79 €
Receitas Proprias por Km2	127.294,25 €	138.204,62 €	141.612,48 €	147.006,23 €
Fundos Municipais per capita	185,18 €	130,96 €	123,73 €	123,73 €
Fundos Municipais por Km2	104.825,24 €	84.515,90 €	79.848,52 €	79.848,52 €
Investimento Per Capita	340,18 €	297,08 €	251,89 €	230,66 €
Investimento por Km2	192.568,43 €	191.722,00 €	162.557,87 €	148.854,62 €
Despesas Com Pessoal Per Capita	133,91 €	111,18 €	85,34 €	100,39 €
Despesas Com Pessoal por Km2	75.805,20 €	71.749,02 €	55.075,49 €	64.786,80 €
Custos com Pessoal / número de efectivos	15.350,91 €	20.762,01 €	14.036,77 €	17.076,34 €
<b>Dados de Suporte</b>				
Nº habitantes	122.201	139.312	139.312	139.312
Km2	215,87	215,87	215,87	215,87
Receita Total	61.850.374,49 €	63.978.681,39 €	58.558.737,17 €	77.862.406,53 €
Receitas Próprias	27.479.009,98 €	29.834.230,97 €	30.569.886,23 €	31.734.235,94 €
Fundos Municipais	22.628.624,68 €	18.244.447,45 €	17.236.900,00 €	17.236.900,00 €
Investimento -compromissos assumidos	41.569.747,03 €	41.387.028,21 €	35.091.368,22 €	32.133.246,18 €
Custo com pessoal	16.364.069,48 €	15.488.460,29 €	11.889.146,48 €	13.985.525,47 €
Nº efectivos	1066	746	847	819
Despesa Total	102.905.976,31 €	103.068.662,81 €	92.000.311,92 €	91.173.949,32 €

## X. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Nos termos do ponto 2.7.3 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), o resultado líquido do exercício positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 - Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício. O reforço do Património (Conta 51) é sempre obrigatório até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do Ativo Líquido.

O peso do Património (conta 51) sobre o ativo líquido corresponde a 32,50%, pelo que não nos afigura a aplicação em reservais legais.

Nestes termos propõe-se que o resultado líquido de 12.812.374,93€ apurado no exercício de 2013, seja aplicado somente nos Resultados Transitados.

## XI. Contabilidade Analítica - Obras por Administração Direta

O desenho e implementação de um Sistema de Contabilidade Analítica (SCA) para o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços é obrigatório, nos termos do n.º 2.8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro na sua atual redação.

Em 2010 iniciou-se um novo projeto de contabilidade analítica com o objetivo de aferir os procedimentos já utilizados e criar novos para a consolidação dos mesmos. Este projeto teve apoio do Consultor e Assessor Autárquico Dr. Pedro Mota e Costa.

A implementação do Sistema Contabilidade Analítica, apresentou como principais objetivos, de acordo com o estabelecido no POCAL:

- Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspetiva de economia e eficiência;
- Facilitar a determinação da base de suporte à fixação das taxas e preços públicos, em conformidade com RGT e LFL;
- Apoiar a adoção de decisões sobre a produção de bens e serviços com conhecimento profundo dos seus proveitos e custos;
- Permitir comparar o desempenho da Autarquia com outras entidades públicas e privadas que realizem atividades similares.

Como principais informações que o modelo poderá fornecer, face à sua avaliação da performance da atividade económica autárquica podemos obter:

- Custo das intervenções da por Administração Direta;
- Quantificar os custos dos serviços prestados e bens produzidos;
- Determinar o custo das atividades e projetos municipais;
- Quantificar o custo das transferências para outras Entidades;
- Determinar o custo dos Equipamentos Municipais;
- Quantificar os custos por unidades orgânicas, edifícios e reparações do património municipal.

Uma correta implementação do SCA obriga à intervenção da informação dos sistemas aplicacionais MEDIDATA, relacionando os dados produzidos nas seguintes aplicações:

- POCAL/CTA – Sistema Integrado de Gestão Autárquica;
- OBM – Gestão de Obras Municipais e Atividades;
- MAQ – Gestão de Máquinas;
- ARM – Aprovisionamento: Gestão de Stocks e Aprovisionamento;

- PAT – Património: Gestão de Imobilizado;
- PES – Gestão de Pessoal.

Apesar de a implementação do SCA se ter efetuado no ano 2010 no Município de Santa Maria da Feira, os resultados obtidos em 2013, ainda não poderão ser os melhores para serem utilizados na tomada de decisões de gestão estratégica, por razões que se prendem com a recente aprendizagem no manuseamento da estrutura de custos criada nas aplicações e de todos os registos decorrentes da mesma.

## XII. Anexos às Demonstrações Financeiras

### Introdução

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL.

### 8.1 Caracterização da Entidade

#### 8.1.1. Identificação

##### **Município de Santa Maria da Feira**

**Apartado 135**

**4524-909 Santa Maria da Feira**

Número de identificação fiscal: 501 157 280

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho de Santa Maria da Feira é constituído por 21 freguesias com uma área de 215,87 km<sup>2</sup>.

N.º de eletores: 125 897 dos quais fazem parte 20 cidadãos da União Europeia e 36 cidadãos estrangeiros (fora União Europeia), conforme informação da DGAI (Direção Geral de Administração Interna – Administração Eleitoral), publicada no Diário da República n.º 43, ª2 Série, de 3 de março de 2014.

#### **8.1.2. Legislação**

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas em harmonia com os critérios e princípios contabilísticos geralmente aceites e preconizados no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 162/99, de 14 de setembro, 60-A/2005, de 30 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro.

#### **8.1.3. Estrutura organizacional efetiva**

A estrutura orgânica, o quadro de pessoal, bem como a reestruturação de serviços foram aprovados pelo Executivo Municipal na reunião ordinária que teve lugar no dia 13 de dezembro de 2012, e homologados pela Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2012, com a adaptação da estrutura orgânica do município nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, ao DL n.º 305/2009 de 23 de Outubro, o que na prática se traduziu numa redução do número de unidades orgânicas e, por conseguinte, do número de dirigentes/chefias e respetiva despesa passamos de 37 unidades orgânicas para 27 e de 1 subunidade orgânica para 4, correspondendo em termos totais a uma redução de 7 dirigentes/chefias.

#### **8.1.4. Descrição sumária das atividades**

O Município de Santa Maria da Feira exerce a sua atividade de acordo com as atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações.

#### **8.1.5. Recursos Humanos**

O Órgão Executivo Municipal é composto à data de 31 de dezembro de 2013 pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Emídio Ferreira dos Santos Sousa e por dez Vereadores, designadamente:

- ✓ José Manuel da Silva Oliveira
- ✓ Cristina Manuela Cardoso Tenreiro
- ✓ Vitor Carlos Latourrette Marques
- ✓ Helena Maria de Sá Portela
- ✓ António Gil Alves Ferreira
- ✓ Eduardo Marques dos Santos Cavaco
- ✓ António Alves Cardoso
- ✓ Susana Alexandra Lopes Correia
- ✓ António Ferreira de Bastos
- ✓ Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira

#### 8.1.6. Organização Contabilística

Todas as operações e registos contabilísticos são efetuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos.

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada, sendo o sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, desenvolvido pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A.

Grande parte das aplicações está interligada entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

#### 8.1.7. Outras informações relevantes

- ❖ Ações Inspetivas levadas a efeito por órgãos de controlo interna (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

**Data da Ação:** 22/03/2010 **Período abrangido:** 01/03/2009 a 22/03/2010

**Entidade:** IGAL

**Data da Ação:** 04/11/2011

**Assunto:** Controlo impacto financeiro no PPTH e PREDE

**Entidade:** IGF

❖ Documentos de Gestão:

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013 foram aprovados em 2012 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 13 de dezembro de 2012 e 28 de dezembro de 2012, respetivamente.

❖ Indicadores de Gestão:

Participação fixa no IRS.....	2.929.521,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente.....	9.691.511,00€;
Fundo Equilíbrio Financeiro de Capital.....	2.422.878,00€;
Fundo Social Municipal.....	2.192.990,00€;
Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação..... 45.217.269,42€;	
Receitas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação..... 12.431.088,98 €;	

## 8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas na base da continuidade das operações do Município em conformidade com os princípios contabilísticos da entidade contabilística, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

A informação contida no Balanço e na Demonstração de Resultados, reflete a imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados do Município de Santa Maria da Feira.

O património municipal, nomeadamente a rede viária tem sido alvo profundas intervenções ao longo dos últimos 10 anos. Aquando da análise realizada ao imobilizado em curso, verificou-se a existência de diversas empreitadas de pavimentação, intervenções em cruzeiros, moinhos, os quais foram no decorrer do ano objeto de regularização e inventariação.

As notas que se seguem encontram-se organizadas de acordo com a numeração definida pelo POCAL, no seu ponto 8.

As notas que não sejam aplicáveis ao Município de Santa Maria da Feira, não serão incluídas no presente anexo.

#### Nota 8.2.1 – Derrogação das disposições do POCAL

Não foi derrogada qualquer disposição constante do POCAL, pelo que a informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço) do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados) e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

#### 8.2.2. – Comparabilidade

Tendo como objetivo, não só a correção de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, bem como a alteração de metodologias de contabilização que melhor se conformem com as características qualitativas da informação financeira, efetuaram-se em 2013 os ajustamentos que a propósito se mostraram necessários, afetando-se desta forma a comparabilidade com o exercício anterior, concretamente:

- Correções relativas a exercícios anteriores, com impacto no balanço inicial, imobilizado e amortizações acumuladas do exercício;
- No exercício de 2013, iniciou-se o registo das garantias bancárias prestadas por terceiro ao município.

#### 8.2.3. – Critérios Valorimétricos

Neste ponto refere os critérios valorimétricos relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes a ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

##### **Investimentos financeiros**

Partes de Capital – em virtude de termos obtido em tempo oportuno a maioria das contas das participadas relativamente ao exercício de 2013, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Todas as restantes participações estão valorizadas ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo não seja recuperável, é efetuada a constituição de uma provisão para aplicações financeiras.

### **Imobilizado**

O imobilizado encontra-se valorizado ao custo de aquisição, sendo que para os ativos desta natureza obtidos a título gratuito foi considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido nos termos legais ou, no caso de não existir disposição aplicável, o valor resultante da avaliação seguindo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens. Na impossibilidade de valorização dos bens, estes assumem o valor zero.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de aumentar a vida útil, são registados como custo do período em que incorrem.

Os imóveis classificados como de interesse público, referidos na nota 8.2.14, não têm valor contabilístico atribuído.

### **Amortizações**

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, tendo sido aplicadas as taxas previstas no CIBE (Classificador Geral Integrado no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.



## 8.2.7. – Movimentos do Ativo Imobilizado

### Ativo Bruto

Ano 2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>						
451 Terrenos e Recursos Naturais	2.051.159,85 €	- €	73.229,94 €	- €	10.155,00 €	2.114.234,79 €
452 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
453 Outras Construções e Infra-estruturas	50.949.289,14 €	- €	2.486.060,14 €	- €	- €	53.435.349,28 €
455 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	182.878,38 €	- €	- €	- €	- €	182.878,38 €
459 Outros Bens de Domínio Público	173.852,94 €	- €	- €	- €	- €	173.852,94 €
445 Imobilizações em Curso	74.707,10 €	- €	- €	- €	- €	74.707,10 €
446 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>53.431.887,41 €</b>	<b>- €</b>	<b>2.559.290,08 €</b>	<b>- €</b>	<b>10.155,00 €</b>	<b>55.981.022,49 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						
449 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €	- €	- €	- €	- €	- €
443 Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
431 Despesas de Instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €
432 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
433 Propriedade Industrial e Outros Direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						
421 Terrenos e Recursos Naturais	49.476.558,48 €	- €	891.859,74 €	183.116,43 €	304.617,56 €	49.880.684,23 €
422 Edifícios e Outras Construções	138.693.333,26 €	- €	11.474.960,18 €	- €	641.193,36 €	149.527.100,08 €
423 Equipamento Básico	3.466.242,70 €	- €	64.453,54 €	- €	3.691,94 €	3.527.004,30 €
424 Equipamento de Transporte	2.182.831,72 €	- €	69.329,09 €	- €	- €	2.252.160,81 €
425 Ferramentos e Utensílios	734.941,49 €	- €	5.355,08 €	- €	503,06 €	739.793,51 €
426 Equipamento Administrativo	4.008.463,08 €	- €	158.293,44 €	- €	58.687,45 €	4.108.069,07 €
427 Taras e Vasilhames	25.588,03 €	- €	- €	- €	- €	25.588,03 €
429 Outras Imobilizações Corpóreas	8.459.381,41 €	- €	629.029,55 €	- €	19.081,83 €	9.069.329,13 €
442 Imobilizações em Curso	22.689.368,20 €	- €	13.333.335,63 €	- €	12.526.941,93 €	23.495.761,90 €
448 Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	604.268,31 €	- €	44.145,28 €	- €	530.211,22 €	118.202,37 €
	<b>230.340.976,68 €</b>	<b>- €</b>	<b>26.670.761,53 €</b>	<b>183.116,43 €</b>	<b>14.084.928,35 €</b>	<b>242.743.693,43 €</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
411 Partes de Capital	3.131.587,81 €	- €	- €	- €	50.000,00 €	3.081.587,81 €
412 Obrigações e Títulos de Participação	- €	- €	- €	- €	- €	- €
414 Investimentos em Imóveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
413 Outras Aplicações Financeiras	- €	- €	- €	- €	- €	- €
441 Imobilizações em Curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
447 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	<b>3.131.587,81 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>50.000,00 €</b>	<b>3.081.587,81 €</b>
<b>TOTAL .....</b>	<b>286.904.451,90 €</b>	<b>- €</b>	<b>29.230.051,61 €</b>	<b>183.116,43 €</b>	<b>14.145.083,35 €</b>	<b>301.806.303,73 €</b>



## Mapa de Amortizações e Provisões - Detalhado

2013

Rubricas	SALDO INICIAL	REFORÇO					REGULARIZ.	SALDO FINAL
		B.INIC	ANOS ANTERIORES	DIVER.	EXERCÍCIO	TOTAL		
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	57.207.140,63 €	15.246,94 €	1.120.851,78 €	6.255,88 €	6.331.225,88 €	7.473.580,48 €	509.135,89 €	64.171.585,22 €
48.2 IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	36.992.542,82 €	15.246,94 €	530.560,06 €	6.255,88 €	3.835.999,46 €	4.388.062,34 €	494.330,52 €	40.886.274,64 €
48.2.1 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2 Edifícios e outras construções	21.196.813,99 €	15.246,94 €	260.800,30 €	3.237,77 €	2.967.633,63 €	3.246.918,64 €	412.618,23 €	24.031.114,40 €
48.2.2.1 Edifícios	13.943.540,05 €	15.246,94 €	143.900,31 €	3.237,77 €	1.359.306,89 €	1.521.691,91 €	321.776,16 €	15.143.455,80 €
48.2.2.1.01 Habitação	5.058.325,09 €	15.246,94 €	90.054,59 €	- €	493.314,00 €	598.615,53 €	102.894,51 €	5.554.046,11 €
48.2.2.1.02 Instalações de Serviços	1.193.691,41 €	- €	749,36 €	- €	130.173,49 €	130.922,85 €	15.576,04 €	1.309.038,22 €
48.2.2.1.03 Instalações desportivas e recreativas	3.495.461,05 €	- €	23.738,24 €	- €	280.484,71 €	304.222,95 €	1,43 €	3.799.682,57 €
48.2.2.1.04 Mercados e instalações de fiscalização sanitária	136.060,68 €	- €	2.200,00 €	- €	14.888,48 €	17.088,48 €	- €	153.149,16 €
48.2.2.1.05 Creches	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.06 Escolas	3.573.168,42 €	- €	25.784,95 €	3.237,77 €	380.202,89 €	409.225,61 €	182.999,50 €	3.799.394,53 €
48.2.2.1.07 Lares de terceira idade	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.2.2.1.08 Outros	486.833,40 €	- €	1.373,17 €	- €	60.243,32 €	61.616,49 €	20.304,68 €	528.145,21 €
48.2.2.2 Outras construções	7.253.273,94 €	- €	116.899,99 €	- €	1.608.326,74 €	1.725.226,73 €	90.842,07 €	8.887.658,60 €
48.2.2.2.01 Viadutos, arruamentos e obras complementares	1.512.618,18 €	- €	22.195,24 €	- €	310.411,46 €	332.606,70 €	743,57 €	1.844.481,31 €
48.2.2.2.02 Esgotos	27.572,43 €	- €	1,29 €	- €	6.602,09 €	6.603,38 €	- €	34.175,81 €
48.2.2.2.03 Iluminação pública	443.093,89 €	- €	6.653,17 €	- €	42.042,72 €	48.695,89 €	119,17 €	491.170,61 €
48.2.2.2.04 Parques e jardins	92.473,41 €	- €	1.670,01 €	- €	16.307,38 €	17.977,39 €	- €	110.450,80 €
48.2.2.2.05 Instalações desportivas e recreativas	87.236,98 €	- €	1.489,19 €	- €	24.347,07 €	25.836,26 €	- €	113.073,24 €
48.2.2.2.06 Captação, tratamento e distribuição de água	290.796,92 €	- €	218,73 €	- €	89.929,72 €	90.148,45 €	66.900,06 €	314.045,31 €
48.2.2.2.07 Viação rural	1.307.003,29 €	- €	22.654,16 €	- €	302.076,27 €	324.730,43 €	- €	1.631.733,72 €
48.2.2.2.08 Sinalização e trânsito	99.896,67 €	- €	3.840,81 €	- €	11.615,38 €	15.456,19 €	- €	115.352,86 €
48.2.2.2.09 Infra-estruturas para distribuição de energia eléctrica	55.836,15 €	- €	972,72 €	- €	11.846,25 €	12.818,97 €	- €	68.655,12 €
48.2.2.2.10 Infra-estruturas p/tratamento de resíduos sólidos	182.998,80 €	- €	529,29 €	- €	32.217,37 €	32.746,66 €	- €	215.745,46 €
48.2.2.2.11 Cemitérios	42.668,68 €	- €	- €	- €	16.954,04 €	16.954,04 €	22.569,57 €	37.053,15 €
48.2.2.2.12 Outras	3.111.078,54 €	- €	56.675,38 €	- €	743.976,99 €	800.652,37 €	509,70 €	3.911.221,21 €
48.2.3 Equipamento básico	2.789.636,46 €	- €	34.835,91 €	- €	101.155,92 €	135.991,83 €	3.404,01 €	2.922.224,28 €
48.2.4 Equipamento de transporte	2.096.248,84 €	- €	7.108,91 €	- €	65.373,79 €	72.482,70 €	- €	2.168.731,54 €
48.2.5 Ferramentas e utensílios	686.580,44 €	- €	3.554,58 €	- €	17.666,59 €	21.221,17 €	503,06 €	707.298,55 €
48.2.6 Equipamento administrativo	3.539.027,56 €	- €	17.165,85 €	- €	123.678,87 €	140.844,72 €	58.678,71 €	3.621.193,57 €
48.2.7 Taras e vasilheiros	20.343,29 €	- €	115,27 €	- €	1.025,89 €	1.141,16 €	- €	21.484,45 €
48.2.9 Outras imobilizações corpóreas	6.663.892,24 €	- €	206.979,24 €	3.018,11 €	559.464,77 €	769.462,12 €	19.126,51 €	7.414.227,85 €
48.3 De imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.1 Despesas de instalação	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.2 Despesas de investigação e de desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.3.3 Propriedade industrial e outros direitos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	20.214.597,81 €	- €	590.291,72 €	- €	2.495.226,42 €	3.085.518,14 €	14.805,37 €	23.285.310,58 €
48.5.1 Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.2 Edifícios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.3 Outras construções e infraestruturas	20.209.358,93 €	- €	590.291,72 €	- €	2.494.556,22 €	3.084.847,94 €	14.805,37 €	23.279.401,50 €
48.5.5 Bens de património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
48.5.9 Outros bens de domínio público	5.238,88 €	- €	- €	- €	670,20 €	670,20 €	- €	5.909,08 €
<b>TOTAL.....</b>	<b>57.207.140,63 €</b>	<b>15.246,94 €</b>	<b>1.120.851,78 €</b>	<b>6.255,88 €</b>	<b>6.331.225,88 €</b>	<b>7.473.580,48 €</b>	<b>509.135,89 €</b>	<b>64.171.585,22 €</b>

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

2013

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
<b>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO</b>				
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	20.209.358,93 €	3.084.847,94 €	14.805,37 €	23.279.401,50 €
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	5.238,88 €	670,20 €	- €	5.909,08 €
	<b>20.214.597,81 €</b>	<b>3.085.518,14 €</b>	<b>14.805,37 €</b>	<b>23.285.310,58 €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>				
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	- €	- €	- €
	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>				
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	21.196.813,99 €	3.246.918,63 €	412.618,23 €	24.031.114,39 €
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	2.789.636,46 €	135.991,83 €	3.404,01 €	2.922.224,28 €
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.096.248,84 €	72.482,70 €	- €	2.168.731,54 €
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	686.580,44 €	21.221,17 €	503,06 €	707.298,55 €
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3.539.027,56 €	140.844,72 €	58.678,71 €	3.621.193,57 €
4827 TARAS E VASILHAME	20.343,29 €	1.141,16 €	- €	21.484,45 €
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	6.663.892,24 €	769.462,11 €	19.126,51 €	7.414.227,84 €
	<b>36.992.542,82 €</b>	<b>4.388.062,32 €</b>	<b>494.330,52 €</b>	<b>40.886.274,62 €</b>
<b>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €
	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>
<b>Total.....</b>	<b>57.207.140,63 €</b>	<b>7.473.580,46 €</b>	<b>509.135,89 €</b>	<b>64.171.585,20 €</b>

#### 8.2.8. – Movimentos Desagregados do Ativo Imobilizado

A desagregação do Ativo Imobilizado pelas rubricas de Edifícios e Outras Construções e Viaturas encontram-se no Mapa Ativo Bruto e Amortizações e Provisões e contém a sua descrição, data de aquisição e de reavaliação, valor de aquisição ou outro valor contabilístico, taxas de amortização, amortizações do exercício e acumuladas, alienações, transferências e abates no exercício e os respetivos valores do Ativo Imobilizado.

Cada uma das rubricas dos mapas antes citados encontra-se desagregada de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (*ver mapas Anexos*).

#### 8.2.12. – Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros

Imobilizações em poder de Terceiros, incluindo bens de Domínio Público cedidos por Contrato de Concessão:

Imóveis em Poder de Terceiros

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Arrifana	Sede	Banda Musical de Arrifana - Banda dos Bombeiros Voluntários de Arrifana	10/2010
Arrifana	Parque Público de Lazer	Freguesia de Arrifana	24/2004
Arrifana	Sede e Polidesportivo	Centro de Cultura e Desporto de Arrifana	86/1999
Canedo	Construção de Polo	Cerci-Lamas - Cooperativa de Educação e Reabilitação para a Comunidade Inclusiva, CRL	26/2009
Escaçães	Sede	Associação Recreativa e Columbófila de Escaçães	09/2002
Escaçães	Sede	Rotary Clube da Feira	09/2009
Espargo		Fundação Técnica e Científica do Desporto	46/2005
Fiães	Sede	Grupo Columbófilo de Fiães	28/2002
Gião	Reconstrução / Recuperação da antiga Escola Primária do Outeiro	Freguesia de Gião	6/2011
Gião	Equipamentos	Freguesia de Gião	20/2012
Guisande	Centro de Dia e Lar da Terceira Idade	Centro Social S. Mamede - Guisande	8/2011
Lobão	Lar de Idosos	Centro Social de S. Tiago de Lobão	36/2010
Lobão	Sede	Rancho Folclórico de S. Tiago de Lobão	76/2001
Lourosa	Lar da Terceira Idade	Centro Social de Lourosa	1/2011
Lourosa	Sede	Grupo Cénico de Lourosa	3/2005
Lourosa	Sede	Sociedade Columbófila de Lourosa	47/2001
Mozelos	Sede	Futebol Clube de Mozelos	19/2008
Mozelos	Sede	Grupo Columbófilo de Mozelos	24/2006
Mozelos	Sede	Os Dragões de Mozelos - Associação de Cultura Desporto e Recreio	21/2005
Nogueira da Regedoura	Campo de Jogos	Centro Popular de Trabalhadores de Pousadela	29/2001
Paços de Brandão	Campo de Ténis	Clube de Ténis de Paços de Brandão	36/2005
Paços de Brandão	Pavilhão Desportivo	Grupo Recreativo Independente Brandoense	90/2001
Paços de Brandão	Campo de Treinos e respectivos Equipamentos de Apoio	Clube Desportivo de Paços de Brandão	10/2012
Pigeiros	Sede	Associação Desportiva-Sociedade Columbófila de Pigeiros	6/2010

---

**Imóveis em Poder de Terceiros**

Freguesia	Destino	Outorgantes	Escritura
Pigeiros	Campo de Futebol, Polidesportivo e Outros Equipamentos	Freguesia de Pigeiros	69/2012
Rio Meão	Sede para Coletividades e Promoção de Atividades	Freguesia de Rio Meão	110/2000
Rio Meão	Pavilhão Gimnodesportivo	Juventude Atlética de Rio Meão	49/2001
Sanguedo	Sede	União Columbófila de Sanguedo	41/2003
S. Mª da Feira	Sede	Clube de Caça e Pesca de Santa Maria da Feira	27/1991
S. Mª da Feira	Posto de Abastecimento de Combustíveis	Clube Desportivo Feirense	11/2001
S. Mª da Feira	Construção de Polo ...	Casa dos Choupos - Cooperativa Multisectorial de Solidariedade Social, CRL	86/2011
S. Mª da Feira	Utilização como Estaleiro	Freguesia de Santa Maria da Feira	3/2011
S. Mª da Feira	Sede da Junta	Freguesia de Santa Maria da Feira	2/2011
S. Mª da Feira	Sede	Sociedade Columbófila de Vila da Feira	63/2008
S. Mª da Feira	Sede	Grupo Golgota	26/2005
S. João de Vêr	Sede Social	A.C.D.L.S. - Associação Cultural e Desportiva Lavandeira, S. João de Vêr	45/2006
S. João de Vêr	Unidade de Saúde Familiar	Freguesia de S. João de Vêr	86/2010
S. João de Vêr	Instalação de Equipamento Podesportivo	Freguesia de S. João de Vêr	47/2006
S. Paio de Oleiros	Auditório	Freguesia de S. Paio de Oleiros	13/2007
Travanca	Casa Mortuária	Freguesia de Travanca	07/2011
Travanca	Complexo Desportivo	Freguesia de Travanca	45/2004
Vale	Edifício de Apoio à Terceira Idade	Centro Social e Paroquial do Vale	25/2006
Argoncilhe	Polidesportivo e sede da Liga de Melhoramentos e Beneficiência da Vergada	Liga de Melhoramentos e Beneficiência dos Lugares de Ordonhe, Ramil Vergada e Ermilhe	21/2013

#### 8.2.14. – Relação dos bens do Imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade

A relação de bens do imobilizado que não foi possível valorizar respeita essencialmente a bens doados ao Museu Convento dos Loios e ao Museu do Papel, devido à sua complexidade artística.

### 8.2.15. – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Relativamente aos bens de domínio público, não estão a ser amortizados os bens do património histórico, artístico e cultural (45.5), terrenos (45.1) e aquisição de livros (42.3) em conformidade com o disposto nas alíneas a) e g) n.º 1, do artigo 36º da Portaria n.º 671/2000, publicada na II Série do Diário da República do dia 17 de Abril de 2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE).

### 8.2.16. - Mapa das entidades participadas

O valor contante do mapa abaixo ilustrado não coincide com o valor que se encontra escriturado no Balanço, devido à valorização das participações pelo método de equivalência patrimonial (MEP), conforme já mencionado.

Designação	Sede	Contribuinte	Valor	Participação
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.	Rua António Martins Soares Leite, Nº355 4524-909 Santa Maria da Feira	505120151	692.230,83 €	100,00%
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	504134353	125.000,00 €	50,00%
Energaia-Agencia de Energia do Sul da área Metropolitana do Porto	Avenida Manuel Violas, nº476 Sala 23 4410-136 S.Felix da Marinha	504454536	30.000,00 €	20,00%
Suldouro, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, S.A	Rua Conde Barão 4415-103 Sermonde Vila Nova de Gaia	503698812	510.000,00 €	15,00%
Feira Park-Parque de ciencia e tecnologia, S.A	Europarque Santa Maria da Feira	508272378	75.000,00 €	11,90%
Fundacao "Terras Santa Maria"	Rua António Castro Corte Real - Apartado 132 4520-909 Santa Maria da Feira	502556773	4.987,98 €	10,00%
SIMRIA-Saneamento Integrado dos Municipios da Ria, S.A	Rua Capitão Souza Pizarro, 60 3810-076 Aveiro	503929441	700.120,00 €	4,19%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Rua de Vilar, 235 - 5 <sup>a</sup> Edificio Scala 4050-626 Porto	503537624	484.750,00 €	2,33%
Primus	Av. dos Aliados, 236-1º 4000-065 Porto	502823305	499,00 €	0,06%

#### 8.2.22. – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes no balanço

O total das dívidas de cobrança duvidosa encontra-se registado nas contas 21.8 - Clientes, contribuintes e no final do ano de 2013 totalizava o montante de 38.201,34€, conforme se pode constatar no balanço a 31 de dezembro de 2013. Estas dívidas dizem respeito principalmente a taxas de loteamento e obras, trabalho por conta de particulares, entre outras.

#### 8.2.26. – Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.

No exercício económico de 2013 iniciou-se o registo das cauções e garantias bancárias prestadas ao Município referentes a fornecimentos de bens e serviços e empreitadas.

A informação aqui invocada consta em Mapas em Anexo.



## Mapas das Contas de Ordem

Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
09	CONTAS DE ORDEM	2.450.450,08 €	2.450.450,08 €	3.023.107,45 €	3.023.107,45 €	- €	- €
09.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17 €	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2	FUNDOS CAUCIONADOS	1.245.149,69 €	2.412.239,98 €	831.947,76 €	613.097,75 €	- €	948.240,28 €
09.2.1	CAUÇÕES DE EMPREITADAS	1.245.061,69 €	2.011.811,72 €	831.124,26 €	602.152,85 €	- €	537.778,62 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	2.011.811,72 €	- €	602.152,85 €	- €	2.613.964,57 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	1.245.061,69 €	- €	831.124,26 €	- €	2.076.185,95 €	- €
09.2.2	CAUÇÕES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	396.434,26 €	- €	10.261,40 €	- €	406.695,66 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	396.434,26 €	- €	10.261,40 €	- €	406.695,66 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇÕES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CACÁ	88,00 €	3.994,00 €	823,50 €	683,50 €	- €	3.766,00 €
09.2.5.01	PRESTADA	- €	3.994,00 €	- €	683,50 €	- €	4.677,50 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	88,00 €	- €	823,50 €	- €	911,50 €	- €
09.3	Cauções e Garantias prestadas ao Município	- €	- €	- €	1.578.061,94 €	- €	1.578.061,94 €
09.3.1	Fornecedores de bens e serviços	- €	- €	- €	16.741,13 €	- €	16.741,13 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	- €	- €	16.741,13 €	- €	16.741,13 €
09.3.1.02	Acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2	Fornecedores de IMobilizado	- €	- €	- €	1.561.320,81 €	- €	1.561.320,81 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	- €	- €	1.561.320,81 €	- €	1.561.320,81 €
09.3.2.02	Acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.2.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Acionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.03	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.9	CONTRAPARTIDA	1.167.090,29 €	38.210,10 €	2.191.159,69 €	831.947,76 €	2.488.092,12 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	- €	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €
09.9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	1.167.090,29 €	- €	613.097,75 €	831.947,76 €	948.240,28 €	- €
09.9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	- €	- €	1.578.061,94 €	- €	1.578.061,94 €	- €
Total .....		2.450.450,08 €	2.450.450,08 €	3.023.107,45 €	3.023.107,45 €	- €	- €

## Contas de Ordem

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	1.205.300,39 €	Garantia e Cauções Accionadas	
Garantias e Cauções	1.167.090,29 €	Garantia e Cauções Devolvidas	831.947,76 €
Recibos para Cobrança	38.210,10 €	Receita Virtual cobrada	
Garantias e Cauções Prestadas	2.191.159,69 €	Receita Virtual anulada	
Receita Virtual Líquida	- €	Saldo para Gerência Seguinte	2.564.512,32 €
		Garantias e Cauções	2.526.302,22 €
		Recibos para Cobrança	38.210,10 €
Total geral ....	3.396.460,08 €	Total geral ....	3.396.460,08 €

### 8.2.27. – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício

Para a constituição do montante final do saldo das provisões que abaixo se apresenta, a antiguidade do saldo em dívida foi fundamental para o cálculo do valor a considerar.

Provisões

Código Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	1.814.454,33 €	1.824.409,38 €	1.117.939,46 €	2.520.924,25 €
29.2	Provisões para riscos e encargos	1.280.746,60 €	- €	57.392,95 €	1.223.353,65 €
39	Provisões para depreciação de existências	126.378,91 €	- €	- €	126.378,91 €
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €

O valor das provisões no final do exercício aumentou 649.076,97€ relativamente ao ano anterior, mais propriamente na rubrica provisões para cobranças duvidosas.

As provisões associadas a cobranças duvidosas demonstraram um aumento equivalente a 706.469,92 €, consequência da dificuldade de cobrança das rendas de habitação social, das refeições escolares e da taxa de recolha de resíduos sólidos.

Relativamente às provisões para existências o valor das provisões manteve-se inalterável, em virtude da existência em stock de artigos com baixa rotatividade.

Durante o ano económico de 2013, as provisões para riscos e encargos foram alvo de redução, tendo-se verificado uma diminuição no valor de 57.392,95 €.

As provisões para riscos e encargos referentes a processos judiciais foram fruto da identificação de risco de resolução desfavorável ao Município num conjunto de processos judiciais em curso, conforme o seguinte quadro.

Anulação/Reforço de Provisões criadas em 2013 referente a processos que se encontram em tribunal

Processo n.º	Valor reclamado 2013	Valor reclamado 2012
469/06. OBEVIS	99.180,25 €	99.180,25 €
680/1999 do 4º Jcivil do Tjudicial de Santa Maria da Feira	603.207,87 €	603.207,87 €
714/06.1Bevis	11.195,33 €	11.195,33 €
747/02	- €	75.643,98 €
767/09.OBEVIS	143.614,25 €	143.614,25 €
1110/12.7TBVFR	175.985,00 €	175.985,00 €
782/07/9.BEVIS	- €	36.394,95 €
2935/07.OTBVFR - Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	15.000,00 €	15.000,00 €
6237/11.OTBVFR	120.525,00 €	120.525,00 €
678/12.2BEAVFR	54.645,95 €	- €
<b>TOTAL</b>	<b>1.223.353,65 €</b>	<b>1.280.746,63 €</b>
<b>Anulação</b>		<b>57.392,98 €</b>

As provisões foram efetuadas, tendo em consideração a materialidade dos valores em causa, resultante da não indicação por parte dos advogados acerca da probabilidade da sentença.

De acordo com o princípio da prudência, quando existir informação com base na probabilidade alta de ocorrência, o município deverá efetuar as devidas provisões.

#### 8.2.28. – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 – Fundo Patrimonial, constantes do balanço

		Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
5	Fundos Proprios				
51	Patrimonio	86.191.949,53 €	835.426,54 €	120.633,10 €	86.906.742,97 €
57	Reservas	6.392.095,82 €	2.567.927,25 €	418.741,50 €	8.541.281,57 €
57.1	Reservas legais	2.153.172,68 €	505.954,21 €	- €	2.659.126,89 €
57.5	Subsídios	919.888,17 €	1.986.697,31 €	418.741,50 €	2.487.843,98 €
57.6	Doações	1.822.763,32 €	46.408,73 €	- €	1.869.172,05 €
57.7	Reservas decorrentes da transferência de activos	1.496.271,65 €	28.867,00 €	- €	1.525.138,65 €
59	Resultados Transitados	39.864.957,47 €	7.701.015,10 €	3.665.527,29 €	51.231.499,86 €
59.01	Aplicação de Resultados	52.485.589,88 €	9.613.130,09 €	- €	62.098.719,97 €
59.02	Ajustamentos Financeiros - MEP	28.113,90 €	- €	- €	28.113,90 €
59.99	Outras Variações de Capital	12.592.518,51 €	1.912.114,99 €	3.665.527,29 €	10.839.106,21 €
	<b>Total</b>	<b>132.449.002,82 €</b>			<b>146.679.524,40 €</b>

Tal como sucedido em anos anteriores, também em 2013 foram efetuadas correções ao balanço inicial, tendo-se verificado os aumentos 835.426,54 € e as reduções em 120.633,10€. Não obstante os valores contabilizados a título de correções ao balanço inicial terem vindo a diminuir substancialmente nos últimos exercícios económicos, face aos montantes outrora registados, continuam a ser identificados factos patrimoniais com impacto no ativo imobilizado do Município que à data de elaboração do balanço inicial não foram devidamente referenciados, requerendo por isso a realização das respetivas correções.

Assim, solicita-se à Excelentíssima Câmara, no âmbito de competência que lhe é conferido pelo artigo 33º, nº 1, i), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação de uma alteração à conta 51 – Património no valor de 714.793,44 € proveniente das regularizações ao inventário dos bens do imobilizado.

Conta Geral	Diminuições	Aumentos	Alteração
42.1	120.633,10 €	34.000,03 €	- 86.633,07 €
45.1	- €	10.155,00 €	10.155,00 €
45.3	- €	791.271,51 €	791.271,51 €
	120.633,10 €	835.426,54 €	714.793,44 €

Nas Reservas foram relevados factos que tiveram essencialmente a ver com o registo de parcelas de terrenos que vieram à posse do Município por doação ou cedência. Assim:

Na 57.1 – Reservas Legais – houve um aumento no valor de 505.954,21 € referente a aplicação de resultados líquidos conforme deliberação da Assembleia Municipal.

Na conta 57.5 – Subsídios – foram contabilizados os valores que respeitam a subvenções destinadas a investimentos não amortizáveis.

#### Na conta 57.6 – Doações

- Prédio Rústico com área de 398,50 m<sup>2</sup> em Fornos, no valor de 3,27 €;
- Parcada Terreno com área de 202 m<sup>2</sup> em Mozelos, no valor de 2.020,00€;
- Prédio Rústico com área de 580 m<sup>2</sup> em Fornos, no valor de 15,46 €;
- Prédio Urbano com área de 330 m<sup>2</sup> em Fornos, no valor de 16.790,00 €;
- Parcada Terreno com área de 487 m<sup>2</sup> em Lourosa, no valor de 2.435,00€;
- Parcada Terreno com área de 65 m<sup>2</sup> em Lourosa, no valor de 325,00€;
- Parcada Terreno com área de 447 m<sup>2</sup> em Lourosa, no valor de 2.090,00€;
- Parcada Terreno com área de 150 m<sup>2</sup> em Guisande, no valor de 750,00 €;
- Parcada Terreno com área de 110 m<sup>2</sup> em Lobão, no valor de 550,00 €;

- Parcera Terreno com área de 17.287 m<sup>2</sup> em Santa Maria da Feira, no valor de 20.000,00€;
- Parcera Terreno com área de 335 m<sup>2</sup> em Fiães, no valor de 1.200,00 €;
- Parcera Terreno com área de 46 m<sup>2</sup> em Mozelos, no valor de 230,00 €.

Na conta 57.7 – Cedências e Reservas decorrentes da transferência

- Parcera terreno com área 2850 m<sup>2</sup> em Sanfins, no valor de 28.712,00 €;
- Parcera terreno com área 31 m<sup>2</sup> em Escapões, no valor de 155,00 €.

Na conta 59.01 – Aplicação de Resultados – destina-se de acordo com o POCAL ao registo do Resultado Líquido do Exercício anterior, que foi no montante de 9.613.130,09 € conforme deliberado pela Reunião Extraordinária da Câmara Municipal Santa Maria da Feira realizada no dia 23 de abril de 2013.

Durante o exercício de 2013, a conta 59.99 – Outras Variações de Capital – foi movimentada por regularizações, das quais se destacam:

O saldo devedor de 90.369,21 € corresponde a custos que em anos transatos deveriam ter sido refletidos, mas que ainda estavam espelhados na conta 44 – Imobilizações em Curso, que dizem respeito a trabalhos especializados.

O saldo devedor de 957.120,04 € e o saldo credor de 930.093,93 € correspondem fundamentalmente a regularizações de faturas que em anos transatos deveriam ter sido registadas em imobilizações corpóreas, visto ser material didático para os centros escolares, e ao devido reconhecimento das amortizações imputáveis a exercícios anteriores.

No âmbito das regularizações à conta 27.4.5.6- fundos comunitários, teve impacto na conta 59.99, conforme quadro infra:

**Mapa de Controlo dos subsídios ao investimento ANO 2013**

Rubricas	59.99	
	débito	crédito
Município Digital	303.590,77	
Museu Convento dos Loios		56.539,42
Reabilitação da EN 327		300.270,14
Ordenamento, Valorização e Requalificação das Margens do Rio Cáster		52.818,00
Construção da Escola Fixa de Trânsito		3.384,88
Recuperação e Ampliação do Edifício na Rua Dr. Elísio de Castro em Santa Maria da Feira		5.467,36
Construção de Pontões Derrrocados pelas Cheias_1ª fase		55.974,48
Reordenamento de instalações das Redes de Educação Pre-escolar e do Ensino Basico - Construção da Escola EB1 Murado_Mozelos		30.747,12
Construção Prolongam. Electricific. Via Estruturante Eixo Industrial Norte-Construção Rotunda Casalinho		50.572,25
Beneficiação do CM 1025 (Igreja/Pousadela/EN14)		10.615,04
Revitalização do Centro Histórico de Santa Maria da Feira		92.820,08
Museu Papel		58.349,33
Projecto Desperta Novos Museus		71.533,80
Regularização saldo da conta 27.4.5.4.6, após regularização exaustiva de todas as candidaturas		762.948,62
Mobilidade para Todos		2.379,27
Regularização das amortizações de anos anteriores Centro Escolar Espargo		282,07
Regularização das amortizações de anos anteriores Centro Escolar Mosteirô		1.374,42
Retificação da obra Reservatórios 2º Fase	2.834,35	
Retificação da obra Reservatórios 1º Fase		2.478,94
Regularização das amortizações de anos anteriores Município Digital		434.817,82
Regularização das amortizações de anos anteriores Z.I. Romariz, por lapso tinha incluido o terreno		50.132,86
Regularização das amortizações de anos anteriores Z.I. Soutelo, por lapso tinha incluido o terreno		48.038,06
Regularização das amortizações de anos anteriores Remodelação e Ampliação do Ed. Termas Caldas S. Jorge	87.834,33	
Regularização das amortizações de anos anteriores PEC 1º Fase, por lapso tinha incluido o terreno		43.613,13
Regularização das amortizações de anos anteriores Centro Escolar Igreja_Lobão		21.224,46
Regularização das amortizações de anos anteriores Centro Escolar Arraial_Sanguedo		1.352,24
Regularização da comparticipação e das amortizações Centro Escolar Chão do Monte _Lamas		24.472,83
Regularização da conta FEDER	140.577,05	
Regularização das amortizações de anos anteriores J.I. Sanguedo		132,01
Regularização das amortizações de anos anteriores Fundo de Coesão		2.588,96
Regularização da comparticipação da DGAL e respectivas amortizações na obra Ordenamento, Valorização e Requalificação das Margens do Rio Cáster	211.372,93	42.274,59
Regularização da comparticipação da DGAL e respectivas amortizações na obra Requalificação Urbana na Rua dos Descobrimentos	57.036,68	23.097,21
Regularização da comparticipação da DGAL e respectivas amortizações na obra Conclusão do Interceptor do Cáster	56.382,28	8.457,34
Participação na FUNDAÇÃO TERRAS SANTA MARIA	4.987,98	
Regularização da Conta 27.4.5.4.2.2.01, pois o valor já foi regularizado em 2012, pela conta do FEDER		142.452,55
Retificação da Conta IPBL, pois faz parte da obra BIBLIOTECA-3ºFASE		57.990,00
Conteudos Multimédia Educativos nas Escolas EB1 no Concelho de Santa Maria da Feira		48.675,86
Apetrechamento Informático das Escolas EB1 no Concelho de Santa Maria da Feira		140.211,75
Apetrechamento Informático nas Escolas do Ensino pré-escolar no Concelho de Santa Maria		88.720,89
<b>Totais</b>	<b>864.616,37</b>	<b>2.736.807,78</b>



## 8.2.29. – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	CMVMC	=	Existência Inicial	+	Compras	+	Regularizações	-	Existência Final
36.1	772.716,18 €	=	167.940,56 €	+	734.698,01 €	+	20.008,05 €	-	149.930,44 €
36.2	2.616,06 €	=	0,69 €	+	2.616,06 €	+	- €	-	0,69 €
36.3	87.417,59 €	=	91.757,20 €	+	82.523,74 €	+	72,42 €	-	86.790,93 €
36.5.1.1	189.636,60 €	=	19.714,37 €	+	185.444,50 €	+	3.534,31 €	-	11.987,96 €
36.5.1.2	26.522,30 €	=	9.731,59 €	+	23.965,14 €	+	1.614,81 €	-	5.559,62 €
36.5.1.3	15.980,59 €	=	33,21 €	+	16.016,91 €	+	2,17 €	-	67,36 €
36.5.2.1	16.130,61 €	=	9.722,62 €	+	6.073,20 €	+	613,75 €	-	278,96 €
36.5.2.2	5.979,32 €	=	6.321,35 €	+	2.831,43 €	+	624,52 €	-	3.797,98 €
36.5.3	20.427,13 €	=	20.426,81 €	+	21.066,04 €	+	3.226,91 €	-	17.838,81 €
36.5.4	40.790,57 €	=	43.566,94 €	+	46.426,68 €	+	436,85 €	-	48.766,20 €
36.5.5	16.729,60 €	=	10.108,51 €	+	14.166,06 €	+	47,54 €	-	7.497,43 €
36.5.6	19.443,50 €	=	4.246,40 €	+	18.933,03 €	+	293,09 €	-	3.442,84 €
36.5.7	1.342,08 €	=	66,75 €	+	1.351,22 €	+	- €	-	75,89 €
36.5.8	37.874,54 €	=	134.039,75 €	+	32.944,23 €	+	6.269,80 €	-	122.839,64 €
36.5.9.1	29.516,29 €	=	967,42 €	+	29.226,57 €	+	0,55 €	-	678,25 €
36.5.9.3	6.816,93 €	=	4.919,07 €	+	7.334,62 €	+	153,10 €	-	5.589,86 €
36.5.9.9	142,03 €	=	- €	+	214,73 €	+	- €	-	72,70 €

Os valores respeitantes às existências finais foram apurados através da realização de inventários físicos.

## 8.2.31. – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
681 Juros suportados	1 131 355,23 €	1 570 416,72 €	781 Juros Obtidos	111 969,91 €	60 606,17 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		39,92 €
684 Provisões para aplicações financeira	85.265,58 €	50.611,04 €	784 Rendimentos de participações de capital	125.925,10 €	31.888,88 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável			785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. De Pronto Pagamento Obtidos	5.406,91 €	418,09 €
687 Perdas na alienação de aplicações de Tesouraria			787 Ganhos na alien. Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	36.333,63 €	20.099,41 €	788 Outros Prov. E Ganhos Financeiros		
Resultados Financeiros	- 1 009 652,52 €	- 1.548.174,11 €	Total	243.301,92 €	92.953,06 €
Total	243.301,92 €	92.953,06 €			

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros mantêm-se em valores negativos registando em 2013 um total de 1.009.652,52 €, salientando-se contudo uma variação de 538.521,59 € em relação a 2012, ou seja, com um melhor contributo no resultado líquido do exercício.

Será de salientar o aumento da conta de proveitos “*Descontos de pronto pagamento obtidos*” no montante de 4.988,82 €, em virtude de descontos financeiros obtidos nos pagamentos a fornecedores.

#### 8.2.32. – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2013	2012		2013	2012
691 Transferências de capital concedidas	1.608.621,56 €	1.723.266,94 €	791 Restituição de Impostos		
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	15.497,90 €		793 Ganhos em existências	21.399,97 €	95,51 €
694 Perdas em imobilizações	242.768,28 €	981.927,28 €	794 Ganhos em imobilizações	539.654,80 €	622.744,22 €
695 Multas e Penalidades	1.205,00 €	3.981,12 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	58.550,14 €	61.899,35 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provisões	272.765,95 €	21.090,91 €
697 Correcções rel. Exercício anteriores	916.958,54 €	617.557,86 €	797 Correcções Relativ Exerc. Anteriores	2.679.000,46 €	2.675.192,40 €
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	129.561,65 €	5.222,14 €	798 Outros Prov. E Ganhos Financeiros	1.777.396,73 €	1.573.949,95 €
Resultados Extraordinários	2.434.155,12 €	1.623.017,00 €	Total		
Total	5.348.768,05 €	4.954.972,34 €	Total	5.348.768,05 €	4.954.972,34 €

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2013, apresentaram tal como no ano transato um resultado positivo, na ordem dos 2.434.155,12 €, contra o período anterior que registou um resultado de 1.623.017,00 €.

Parte deste resultado deve-se à diminuição das transferências de capital concedidas quer às associações do Município, quer às Freguesias, no âmbito da contenção preconizada pelo município, e que se traduziu no montante de 1.608.621,56 €, quer pela diminuição da rubrica “*Perdas em Imobilizações*” devido a abates de imobilizações, no montante de 242.768,28 €.

No âmbito dos proveitos e ganhos a rubrica determinante para a formação do resultado é a das Reduções de amortizações/provisões, ao registar uma diminuição de 251.675,04 € relativamente ao ano transato, cujo impacto, se faz sentir no seu todo ao nível da redução nas provisões para cobrança duvidosa.

### 8.3. Notas sobre o Processo Orçamental e Respetiva Execução

#### 8.3.1. - Modificações ao Orçamento

Durante o exercício económico de 2013 foram efetuadas dezasseis alterações e duas revisões ao Orçamento, as quais se consubstanciaram em:

- ❖ Catorze alterações ao Orçamento da Despesa;
- ❖ Três alterações ao Orçamento da Receita
- ❖ Uma revisão ao Orçamento da Receita e ao Orçamento da Despesa.

#### 8.3.2. - Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal

No que se reporta ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipal, na gerência em análise foram efetuadas:

- ❖ Catorze alterações ao Plano Plurianual de Investimentos;
- ❖ Treze alterações ao Plano de Atividades Municipal;
- ❖ Uma revisão ao Plano de Atividades Municipal.

#### 8.3.3. – Outras Informações Relevantes

##### 1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omisso no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.

Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

Assim, de acordo com esta norma “Passivo Contingente é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou



b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

- i. não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se descrimina os processos em causa.

	Processo n.º	Valor reclamado
1083/2001 - Recurso contencioso	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto /J	sem indicação de valor
720/06 - Ação Popular	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro /J	sem indicação de valor
651/07.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo/V	sem indicação de valor
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu/I	sem indicação de valor
610/09.OBEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/J	sem indicação de valor
79/10.7 BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
622/11.4BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
916/11.9BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I	sem indicação de valor
158/11.3BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
796/12.7 BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
862/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM	sem indicação de valor
62/12.8 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
110/09.9 BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
114/13.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
115/13.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
117/13.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
119/13.8 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
184/13.8 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
369/12.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
524/13.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor



	Processo n.º	Valor reclamado
431/09.0 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
890/13.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
208/06.5 BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	sem indicação de valor
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	sem indicação de valor
194/00-4º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
462/10.8 TBVFR-4º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
6346/12.8 TBVFR-1º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
32343/13.8 YIPRT-4º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
34779/13.5 YIPRT-4º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
190535/12.7 YIPRT-1º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira	5.934,23 €
694/12.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	5.420,92 €
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	1.775,00 €
978/12.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	1.479,56 €
1034/12.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	1.571,93 €
1814/06.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	6.452,86 €
5068/10.9TBVFR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Santa Maria da Feira	sem indicação de valor
6/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7.282,09 €
8/10.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	6.966,00 €
54/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7.980,70 €
149/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	7.972,41 €
308/12.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	2.780,15 €
451/121.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	1.529,17 €
544/13.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	642,61 €
630/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	2.717,14 €
697/13.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	10.543,30 €
921/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	1.635,61 €